

MANCHAS DE SOFRIMENTO

ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS AO
DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO DE 2019

1ª EDIÇÃO





Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, sendo realizado no âmbito do inctAmbTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI com financiamento do MCTI.

Coordenação Geral: Miguel da Costa Accioly e Fábio Pessoa Vieira

Coordenação Técnica: Jussara Cristina Vasconcelos Rego e Tayane Lopes Santos

Editoração e Artes Finais: Tayane Lopes Santos

Análises Gerais: Julliet Correa da Costa

Bolsistas Acadêmicos: Karol Ribeiro dos Santos, Jéssica da Cunha Santos, Stephanie Vitória de Jesus Oliveira, Evelyn Coelho Rocha, Iezus Bizerra de Souza, Júlia Maria Lima Braz, Leonardo Albuquerque de Barros

Bolsistas Comunitários: Liliana do Carmo dos Santos, Talita Carla de Souza Prado, Maria Madalena Silva dos Santos, Tayná de Oliveira Pinto, Ianca dos Santos Pinto, Jamile Conceição Sales, Thiago de Aguiar Souza, Daniel Silva Cunha

Pesquisadores Colaboradores: José Victor dos Santos de Souza, Beatrice Padovani Ferreira, Paulo Gilvane Lopes Pena, Pedro Diamantino e Severino Antônio dos Santos

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Manchas de sofrimento: enfrentamentos das comunidades pesqueiras ao derramamento de petróleo de 2019 / coordenação geral, Miguel da Costa Accioly e Fábio Pessoa Vieira. - Salvador : UFBA, 2022.
58 p. : il. color ; 297x420mm + mapas

Projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA vinculado à ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI com financiamento do MCTI.
ISBN 978-65-5631-076-3

1. Costa - Poluição por petróleo - Brasil, Nordeste. 2. Crimes contra o meio ambiente. 3. Poluição marinha por óleo. 4. Comunidades pesqueiras - Brasil, Nordeste. 5. Impacto ambiental. 6. Impacto social. I. Accioly, Miguel da Costa. II. Vieira, Fábio Pessoa. III. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Biologia. Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular.

CDD 363.7382 - 23. ed.

Elaborada por Maria Auxiliadora da Silva Lopes - CRB-5/1524

SUMÁRIO

3
APRESENTAÇÃO

3
SÍNTESE GERAL DO NORDESTE

7
CEARÁ: FOZ DO RIO JAGUARIBE E ENTORNO

11
PERNAMBUCO/PARAÍBA: RESEX DE ACAU-GOIANA

14
PERNAMBUCO: LITORAL SUL

19
ALAGOAS: APA COSTA DOS CORAIS

25
BAHIA: FOZ DO RIO ITAPICURU E ENTORNO

29
BAHIA: NORDESTE DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

36
BAHIA: BAIXO SUL

45
BAHIA: RESEX DE CANAVIEIRAS

53
BAHIA: RESEX DE CORUMBAU



APRESENTAÇÃO

O crime do derramamento do petróleo, ocorrido na costa do Nordeste brasileiro, que se iniciou em 2019, impactou diretamente 59 municípios em todos os nove estados (IBAMA, 2020[1]¹). O impacto ao qual nos referimos, aqui, foi direcionado a partir do vivido, da percepção, do sofrido por homens e mulheres, pescadores, pescadoras e marisqueiras que tiveram seu modo de vida afetado. O objetivo deste trabalho é apresentar, a partir de saberes e fazeres, constituídos no envolvimento e na gestão territorial existente em comunidades pesqueiras, uma síntese de mapas elaborados por associações, movimentos sociais, colônias, rede de mulheres, todos estes pescadores e pescadoras de comunidades tradicionais diretamente atingidos pelo petróleo derramado e ou pelos respectivos efeitos socioeconômicos.

Os saberes e fazeres que alicerçam os mapas foram constituídos em uma pedagogia fundada em comunidades tradicionais que realizam a pesca artesanal, que por sua vez é plural e alicerçada em atos ético-ecológicos, de envolvimento e pertencimento para com o território. Estes mapas têm a intencionalidade de com o território, com seus saberes, ambiências e pertencimentos constituídos por comunidades, no caso pesqueira, constituir um diálogo vivido entre múltiplos saberes. Os mapas constituem um movimento de aprendizado, união, solidariedade e de debate político, a partir do mapeamento biorregional (Rêgo 2018²). Assim aprendemos, com as comunidades pesqueiras sobre os elementos naturais/culturais alicerçados na coletividade entre todas as formas de vida, e não vida que compõem o ambiente e foram envolvidos pelo desastre.

Os mapas tiveram suas elaborações coordenadas pelo Marsol – Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular da Universidade Federal da Bahia, abrangendo comunidades pesqueiras em cinco estados do Nordeste brasileiro: Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. A técnica do Mapeamento Biorregional foi adaptada, para ser desenvolvido de forma remota por conta da pandemia de Covid-19, tendo como base o Mapeamento Biográfico (Tobias 2009³). Quando a pandemia da Covid-19 apresentou redução em números de casos e óbitos, sobretudo por conta da vacinação no Brasil, a metodologia incluiu as atividades de campo. Todos os trabalhos foram feitos buscando os mais altos níveis de participação cidadã (Arnstein 2002⁴) numa proposta de ciência cidadã extrema conforme preconizada por COMANDULLI C. et al. (2016⁵). De acordo com a metodologia, todas as etapas da pesquisa foram construídas com os pescadores e pescadoras: a definição dos objetivos e perguntas da pesquisa, a definição de metodologia e os trabalhos de produção de resultados, incluindo definição dos temas, redação e produção das ilustrações.

¹Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-localidades-atingidas>

² RÊGO, J. C. V. Ilha de Maré vista de dentro : um olhar a partir da comunidade de Bananeiras/Salvador-Ba. Tese. Instituto de Geociência/UFBA. 327 f.: il. Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31699>

⁴ ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4–13, 2002.

³ TOBIAS, T. N. Living proof: the essential data-collection guide for indigenous use-and-occupancy map

⁵ Comandulli C., et al. Ciência Cidadã Extrema: Uma Nova Abordagem. Biodiversidade Brasileira, 6(1): 34-47, 2016.

Os trabalhos de análise dos resultados gerais, discussão e encaminhamentos de proposições, estavam previstos para acontecer em oficina geral reunindo representantes das comunidades trabalhadas, que não pode ser efetivada dentro do projeto. Desta forma esse caderno traz os 43 mapas produzidos nesse projeto junto com a análise da equipe acadêmica, como instrumento para discussão e definição de proposições junto com as comunidades trabalhadas, em futuras oficinas.

Ao todo foram confeccionados 43 mapas biorregionais por diferentes membros das comunidades entrevistadas em 9 localidades ao longo da zona costeira dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Estes produtos ilustram a complexidade do enfrentamento do derrame que abrangeu diferentes escalas territoriais e enfatizam, entre outros elementos, a importância dos espaços marinhos e costeiros como fonte primária de vida – cultura, alimentação e renda – para os povos e comunidades pesqueiras e extrativistas locais. De modo geral, os relatos demonstram que existe uma parcela alta de pescadores na costa nordestina que ainda contam exclusivamente com a pesca como fonte de sustento. Da mesma maneira, as relações estabelecidas com os ambientes nos quais as comunidades se inserem e com os demais membros de suas e/ou de outras localidades ficam evidentes nas menções das estratégias e articulações estabelecidas para a manutenção de sua estrutura social frente aos impactos da chegada do petróleo nestes territórios. Neste contexto, os dados de opinião pública das comunidades, coletados através da confecção dos mapas, fornecem um diagnóstico legítimo do derramamento que atingiu a costa nordestina em 2019, a medida que seus relatos permitem o entendimento do desastre vivenciado pelo ponto de vista de quem possui vínculos diretos através dos modos de vida, moradia e profissão com os espaços afetados, e que foram os primeiros a sofrerem as consequências e prejuízos deste incidente de tamanha proporção.

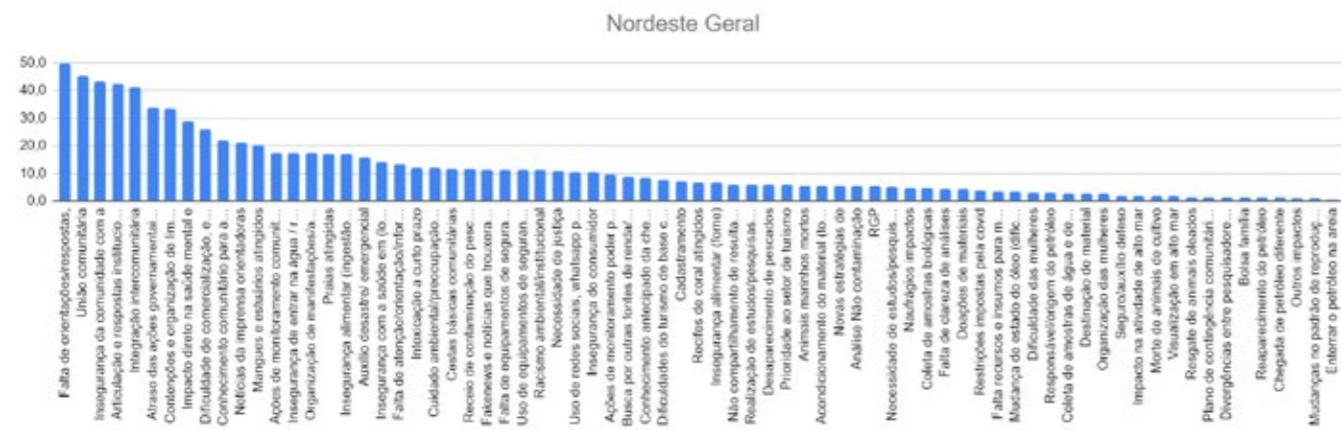
SÍNTESE GERAL DO NORDESTE

Diante dos múltiplos relatos, dados, referências e documentos mencionados optou-se, para análise do conteúdo disposto nos mapas biorregionais, pela formulação de descritores qualitativos mencionados pelas comunidades participantes como forma de descrever as prioridades, motivações, demandas e encaminhamentos que compõem suas opiniões. Estes descritores foram identificados através de um ranqueamento relativo que considerou suas abundâncias relativas para o conjunto dos blocos de conteúdo (299 no total) ao longo dos mapas e foram expressos em porcentagem (percentual dos relatos nos mapas) para facilitar a leitura. Ao total foram classificados 72 descritores que informam as condições do enfrentamento do derrame pelas comunidades, da atividade de pesca nas diferentes localidades, dos ecossistemas impactados, da saúde dos envolvidos nas ações de limpeza, da gestão para o desastre, entre outras variáveis, que caracterizam os diferentes aspectos levantados na confecção dos mapas pelos pescadores, extrativistas e marisqueiras. Este conjunto de descritores foi agrupado na forma de 17 indicadores que oportunizam uma leitura de encaminhamentos relevantes, desde o ponto de vista das comunidades e também, a proposição de direcionamentos para estudos, debates e ações de enfrentamento para outros desastres que possam vir a ocorrer na costa brasileira.



No que se refere à costa do Nordeste, dadas suas proporções, é incontestável que o advento do petróleo gerou e agravou uma série de problemas relacionados ao meio ambiente, saúde, economia, segurança, política, educação, entre outros, já vivenciados pelas comunidades pesqueiras ali presentes. Ao atingir rapidamente a zona costeira dos nove estados da região, a chegada de toneladas de material oleoso se distingue de um “problema trivial” de poluição e/ou contaminação e passa a ser caracterizada como uma “situação de emergência e/ou calamidade pública”, a qual demandava, além de uma estrutura operacional de resposta ao espalhamento, limpeza e remoção do petróleo, um fluxo constante de informações e conhecimentos que pudessem atender a gestão dos impactos socioambientais inerentes e as demandas das comunidades expostas.

Gráfico 1. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas do Nordeste.



Atuação do governo/gestão/setores

Dada a situação emergencial declarada, as comunidades destacam como descritores agravantes dos problemas enfrentados na maioria das localidades afetadas, a falta e insuficiência de orientações, respostas, coordenação e comunicação entre União, estados e municípios responsáveis/competentes pela administração do derrame (50%), bem como, o atraso nas tomadas de decisão e ações governamentais (34%). No contexto do cumprimento de ações referentes ao derrame, 11,1% enfatizam o racismo ambiental/institucional por pessoas ou instituições.

Na prática, devido a rapidez e urgência dos acontecimentos, de acordo com as opiniões coletadas, a gestão do derrame foi executada principalmente através da articulação e respostas de diferentes setores sociais. As articulações ocorreram em resposta à saúde das comunidades, alimentação, meio ambiente, auxílio, entre outros temas/problemas, mas principalmente em prol da execução de ações de contenção e limpeza do material que chegava em diferentes partes da costa de todo o Nordeste (42,3%).

Monitoramento, limpeza e destinação do petróleo e resíduos

As ações de contenção, colocação de barreiras, limpeza e remoção do petróleo executadas pelas comunidades pesqueiras e por diferentes atores sociais voluntários se destacaram nos mapas (33,3%), os quais atuaram, muitas vezes, sem equipamentos adequados para limpeza como luvas, botas, óculos e roupas que impedissem o contato direto com o petróleo (11,3%).

Integração, conhecimento e ação comunitária

Nesse contexto, as comunidades mencionam a união comunitária (45,2%), a integração intercomunitária (41%) e a adoção do conhecimento das comunidades pesqueiras para ação (22%) como formas de organização predominantes para o enfrentamento, as quais se destacaram na remoção da maior parte de todo resíduo.

Outras formas de organização e ação como a estruturação e participação em eventos, protestos e espaços políticos de debate, resoluções e decisões sobre o derrame (17,4%) e o uso de redes sociais, como whatsapp para comunicação, partilha de conteúdos, envio de mensagens e mobilização das comunidades para o enfrentamento do derrame (10,5%) aparecem de forma um pouco menos expressiva nos relatos.

Modo de vida, organização e profissão

Ressalta-se, que ao mesmo tempo que o petróleo chegava no litoral das diferentes localidades entrevistadas, as práticas de pesca e mariscagem, de forma geral, foram reduzidas e/ou suspensas (17,4%), o que levou a menção a preocupação e inseguranças em relação às estruturas social e financeira das comunidades (43,1%), ou seja, sobre a produção e reprodução das relações sociais, condições financeiras e de trabalho. Danos relacionados à segurança alimentar das comunidades, por exemplo, também são destacados em razão dos impactos cumulativos do consumo da própria produção de pescado e mariscos com riscos de contaminação (17,1%).

Impactos relacionados a saúde das comunidades

A exposição perigosa das comunidades aos compostos poluentes provocou danos imediatos associados à sua saúde mental e emocional (28,8%) e adoecimento a curto prazo, após contato direto com o petróleo, principalmente durante as ações de limpeza (12,3%). Foi muito mencionada (14%) a insegurança das comunidades sobre os efeitos de sua exposição ao petróleo e seus componentes químicos em longo prazo. Dados os relatos sentidos a curto prazo e informações sobre a toxicidade do petróleo, há também insegurança em relação aos tratamentos oferecidos e/ou negados. No que diz respeito às orientações de saúde, às comunidades relatam a falta de atenção e informações sobre os riscos do contato com o petróleo, tanto das secretarias de saúde locais quanto dos órgãos governamentais federais, como Ministério da Saúde (13,4%). Da mesma forma, houve falta de suporte dentro de unidades de atenção à saúde, atraso de respostas e na devolução de exames/estudos, quando feitos. Problemas de saúde sentidos a curto prazo após exposição e contato com o petróleo foram destacados (12,3%), principalmente durante as ações de limpeza. Também se destacam os relatos de inseguranças sobre os efeitos de sua exposição ao petróleo e seus componentes químicos em longo prazo (14%).

Impactos nos ecossistemas e biodiversidade

Sobre os ecossistemas atingidos que mais aparecem nos mapas, destacam-se os mangues e estuários atingidos (20,3%) com relatos do petróleo disperso em diferentes estratos e estados físicos, presença de óleo nas raízes e nas desembocaduras de estuários, e nas praias (17,1%), com relatos sobre fragmentos espalhados pela ação das ondas e correntes costeiras, manchas e piche na areia.



Cuidado ambiental

Ao longo da análise, chamou atenção (12,2%) os temas relativos ao cuidado ambiental/preocupação das comunidades com a conservação e sustentabilidade dos ecossistemas.

Consequências na venda e consumo de pescado e marisco

As adversidades e obstáculos para escoar a produção pesqueira, perda de pescados e mariscos frescos que estragaram, suspensão de pedidos de consumidores e empreendimentos, bem como, o acúmulo de pescado congelado em freezers, poucas vendas por preços muito abaixo do mercado são temas/assuntos que integram o descritor “Dificuldade de comercialização, estoque e desvalorização do pescado” e aparecem com grande destaque nos mapas (25,9%) . Mencionam-se também a situação de fragilidade frente aos atravessadores/pombeiros que dificultavam as compras de pescado, comprando por preços bem abaixo da média e a insegurança de consumidores (individuais e empreendimentos) na compra de pescado e mariscos sujeitos a contaminação (10,5%).

Coleta e análises biológicas, da água e material oleoso

Visto a potencial contaminação dos pescados, 11,6% manifestam insegurança em relação às análises para venda.

Auxílios e subsídios para o enfrentamento do derrame

O Auxílio emergencial oferecido pelo governo federal para o enfrentamento do derrame aparece como grande abundância nos mapas (15,8 %). Nem todos pescadores afetados (a maioria) receberam o auxílio, por diferentes motivos. Principalmente porque muitos não estavam inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Alguns receberam por determinados meses sem completar as parcelas. Há também relatos de não recebimento e falta de resposta dos governos sobre o auxílio. Ao longo dos mapas menciona-se a mobilização das comunidades para a arrecadação de cestas básicas e a montagem e distribuição de cestas básicas para as localidades afetadas (11,7%). Muitas comunidades não receberam as cestas. Algumas receberam só uma parte. Outras receberam com atraso e com mantimentos estragados. Houve um processo de auto-gestão que priorizou as cestas para as comunidades que dependiam exclusivamente da pesca.

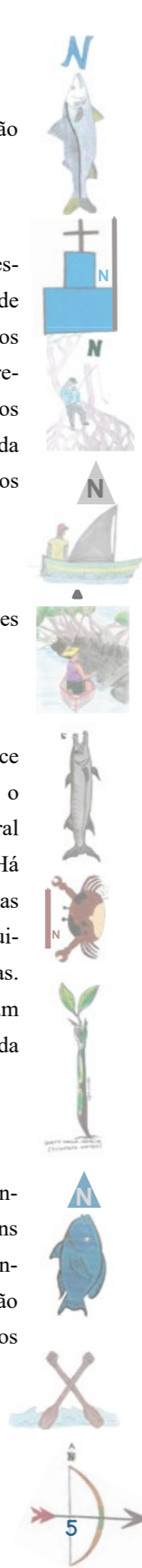
Impacto da mídia

No âmbito do desastre, a mídia reuniu e distribuiu dados e informações que acabaram influenciando a opinião pública e possivelmente algumas prioridades políticas. São muitas menções de reportagens veiculadas pela televisão, rádio e internet sobre o evento, impactos, medidas de cuidado com a saúde, contaminação, locais atingidos, entre outros temas (21,3%). Por outro lado, menciona-se também a confusão gerada por notícias consideradas falsas e/ou alarmantes principalmente sobre a contaminação dos pescados e impactos do petróleo na saúde das comunidades (11,3%).

A partir dessas análises gerais propusemos para discussão com as comunidades os seguintes encaminhamentos:

1. Elaboração de planos de contingência regionais que dêem organização, segurança e efetividade à necessidade de atuação da população direta e indiretamente atingida, garantindo ordem, segurança e eficiência para a mobilização espontânea em torno de desastres, envolvendo a mobilização intercomunitária de pessoal e meios flutuantes para ação de planejamento, monitoramento, comunicação, contenção e limpeza.
2. Redes de monitoramento que garantam a segurança sanitária do consumo do pescado e da atividade profissional, além das atividades de lazer, durante o desastre e enquanto durarem seus efeitos.
3. Estrutura de apoio à vida das populações atingidas, incluindo segurança alimentar, sanitária, financeira e econômica.
4. Estrutura integrada de proteção ambiental aos diversos ecossistemas costeiros.
5. Redes de monitoramento e prevenção de desastres, visando antecipar seus impactos com base em conhecimento técnico e tradicional, estruturando uma rede colaborativa de pescadores por toda a costa.

Não pretendemos com essa breve apresentação, esgotar as informações e sobretudo os conhecimentos, a partir do mapeamento biorregional. São os próprios mapas de cada localidade, que por si só, serão o produto central de uma multiplicidade de conhecimentos constituídos em pedagogias próprias de pescadores, pescadoras e marisqueiras, e que tais pedagogias se tornem fontes de planejamento visando ser utilizadas em decisões eficazes na gestão de seus territórios.



O ÓLEO CHEGOU
SERÁ PRA SEMPRE?

NO RIO E NO MAR PESCADORES E PESCADORAS LUTANDO PELO ECOSISTEMA SAUDAVEL.

NOSSO LUGAR: DESAPREÇO E IMPOTÊNCIA



A LUTA CONTINUA, ESTAMOS DE PÉ:
LUTAR SEMPRE, DESISTIR JAMAIS!

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA NO TERRITÓRIO PESQUEIRO

CHEGA DE DESCASO!
CHEGA DE ÓLEO!

ENFRENTAMENTOS E AÇÕES VIVIDAS PELAS COMUNIDADES NA CHEGADA DO ÓLEO NO LITORAL NORTE DA BAHIA EM 2019 (PARTE 1)

PESCADORES NA RESISTÊNCIA!
ENFRENTANDO O DERRAMAMENTO DO PETRÓLEO DE 2019 - Parte 1



OMISSÃO QUE REVOLTA

DESINFORMAÇÕES PERIGOSAS PARA O TERRITÓRIO



A VOZ DAS COMUNIDADES
UM PEDIDO DE JUSTIÇA

MAPAS

BIORREGIONAIS



O PETRÓLEO ACABOU...
COM A LUTA DO PESCADOR.
O DESCASO COM O PESCADOR
QUE COMETEU ESSE CRIME?

SAÚDE AMEAÇADA NO TERRITÓRIO

A DOR DO IMPACTO: OS SOFRIMENTOS PELA CHEGADA DO ÓLEO DE CORUMBAU

COMBINARAM DE NOS MATAR
NOS ARTICULAMOS PARA NÃO MORRER

Tão o luto, quanto o petróleo
Luta organizada das comunidades frente à negligência dos órgãos públicos

DESPREZO, ABANDONO E NEGLIGÊNCIA:
O DESCASO COM A SAÚDE DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS ATINGIDAS PELO PETRÓLEO

COMUNIDADES PESQUEIRAS FIRMES NA LUTA EM BUSCA DE SEUS DIREITOS CONTRA OS DESCASOS DO GOVERNO



A NOSSA UNIÃO FEZ A FORÇA!
LUTA, FORÇA E SUOR NA LIMPEZA DO PETRÓLEO NAS COMUNIDADES

CEARÁ: FOZ DO RIO JAGUARIBE E ENTORNO

Na região da foz do Rio Jaguaribe e entorno, no Ceará, os 3 mapas confeccionados relatam as diferentes articulações das comunidades na busca de seus direitos a partir da morosidade e omissão dos órgãos públicos; o sofrimento prolongado pela insegurança financeira e a luta e organização para a defesa de seus territórios, o que inclui a organização de conhecimentos para ações visando evitar e diminuir o impacto do derramamento do petróleo.

Diante do desastre ambiental, as comunidades do Ceará destacaram, primeiramente, a redução das atividades de pesca e mariscagem (20%) e a insegurança em relação à saúde pelo consumo de peixes e mariscos (20%), pelo contato direto com o petróleo (15%) e a longo prazo (20%). A grande maioria da comunidade têm renda exclusiva da pesca, o que tem grande relevância (45%) e também é mencionada renda através do turismo comunitário (5%). Com o avanço do petróleo e a suspensão destas atividades, as dificuldades de comercialização e desvalorização da produção pesqueira (20%) levaram as comunidades a se unirem, principalmente na busca de subsídios que pudessem suprir suas necessidades básicas (60%). A integração com membros e coletivos de outras comunidades também permitiu diferentes trocas de conhecimentos para as ações de enfrentamento, monitoramento e limpeza (55%). Dentre as estratégias, menciona-se o uso de grupos de whatsapp (10%) e reuniões onde informações (10%) foram compartilhadas e mobilizadas por diferentes sujeitos.

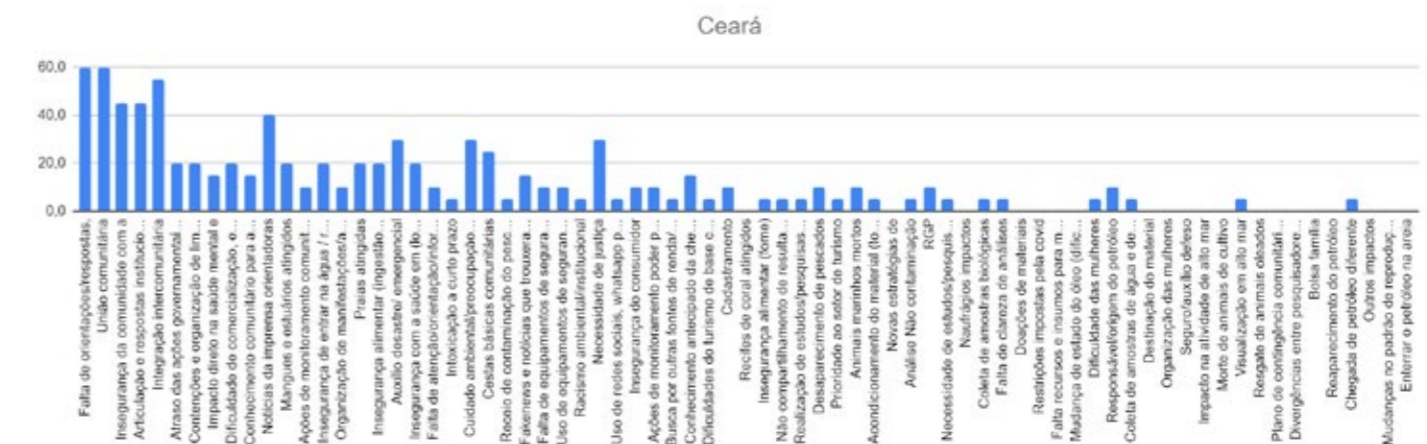
Com vistas a garantir seu modo de vida e a diminuição dos impactos provocados pela chegada do petróleo, destaca-se a organização dos movimentos e a luta incessante pelos direitos ao auxílio emergencial do governo federal (30%) e de cestas básicas (25%). A insuficiência de respostas e ações das autoridades públicas responsáveis/competentes pela administração do derrame (60%) integra os diferentes relatos sobre a busca das comunidades pelos direitos e principalmente pelo auxílio emergencial. As articulações se dão através da inter-relação de instituições e associações ligadas às questões do território pesqueiro, como Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP; na busca por respostas junto às prefeituras e governo federal; e com diferentes atores, como pesquisadores de universidades e instituições públicas independentes como a Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Ceará (45%).

Em alguns mapas se menciona a necessidade do auxílio emergencial, outros sua implementação deficiente e/ou negação, a organização dos pescadores para o cadastro, o RGP, o processo de pedido de auxílio junto à Justiça, entre outros temas. O auxílio é visto como um tema importante dentro dos mapas. Da mesma forma, a busca pelo direito às cestas básicas ganha destaque, visto que as comunidades demonstram não ter condições de comprar outros alimentos. Muitos pescadores declararam que continuaram se alimentando de peixes e ma-

mariscos, mesmo com receio de estarem contaminados (20%). As comunidades destacam que se auto organizaram na distribuição das cestas com apoio das instituições e que muitos pedidos de cesta não chegaram. Houve um processo de auto-gestão de priorizar as cestas para as comunidades que dependiam exclusivamente da pesca.

Por último, destaca-se que muitas das informações mencionadas nos mapas estão pontuadas por notícias de jornais (40%), demonstrando o papel da mídia na construção e divulgação de informações que circularam entre as comunidades.

Gráfico 2. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da Foz do Rio Jaguaribe e entorno - Ceará.



DESTAQUES GERAIS:

Faltam respostas e articulação com poder público/governo/gestão; atraso das ações governamentais; articulação institucional; há insegurança da comunidade com a estrutura social e financeira; destacam-se a união comunitária, intercomunitária e o conhecimento comunitário para a ação; impacto direto na saúde das comunidades; dificuldade de comercialização; contenções e organização de limpezas comunitárias.

LITORAL LESTE DO CEARÁ
Mapa Bioregional 33 sobre o Entendimento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Litoral Leste do Ceará.

Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Novembro de 2021 e nas reuniões de Janeiro e Fevereiro de 2022.

ABANDONO DOS ÓRGÃOS INCOMPETENTES

Estávamos acompanhando, por meio de boletins, ações do Governo do Estado do Ceará e dos Órgãos Públicos. Quando percebemos que as ações não estavam sendo realizadas, fomos nos organizando e os governos só aconteceram tempos depois da chegada do petróleo e não foram suficientes para evitar a poluição no meio ambiente. Ele só se mobilizou depois que a atividade turística começou a ser prejudicada e dando pouca importância à pesca artesanal. O governo criou um Grupo de Trabalho (GT) de Combate às Manchas de Óleo no Litoral Cearense, no qual participamos pelo MPP junto ao CPP e Terramar. A primeira fase das operações de limpeza das praias afetadas foi iniciada pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semar) nos dias 28 e 29 de Setembro de 2019. A Marinha do Brasil também fazia operações de limpeza. As autoridades deveriam ter se engajado mais, em evitar que esse petróleo chegasse nas praias, nos manguezais. Falhou atempado e agilidade dos governos, e até hoje (2021) ninguém foi responsabilizado por esse crime.

REFERÊNCIAS: Mapa do Brasil sobre o Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Governo do Estado do Ceará, IS 11, 15 out. 2018. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021. O Brasil. Constituição da República. 500 anos de liberdade. Governo do Estado do Ceará, IS 11, 30 set. 2018. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021.

NÓS POR NÓS: A UNIÃO FAZ A FORÇA, POIS SOMOS ARTICULADOS E FOMOS PARA A LUTA

Não queremos ficar de braços cruzados e ver nosso território sendo invadido. Foi desesperador quando o petróleo chegou, e por isso nos mobilizamos para a sua retirada antes mesmo de qualquer órgão do Governo Municipal. Foi o MPP, o Conselho de Meio Ambiente Macaé, Guajiru e na RESEX Praia de Canto Verde, fizemos um trabalho comunitário de limpeza do petróleo. Nós de Canaveira e Cumbe nos unimos, nos preocupávamos principalmente com nosso mangue, ficamos em alerta e criamos grupos de trabalho para monitorar o petróleo diariamente pelo estuário do Rio Jaguaribe e nas praias entre Canto Verde e Quabreja e fora do rio Jaguaribe. Ao ver as manchas entre as praias, nos comunicávamos pelo grupo de articulação dos movimentos e juntas pressionávamos a prefeitura de Canaveira para recolher o petróleo como contínuo no texto "EVIDÊNCIAS DE RACISMO AMBIENTAL". Em Jardim e Pontal de Macaé, incentivamos alguns dos Colônia dos Pescadores, alguns de Pontal de Macaé, onde este chegou no dia 28 de Setembro de 2019, para se articularem em articulação com a prefeitura.

Na RESEX Praia de Canto Verde, como já estávamos articulados com o ICMBIO e o município de Beberibe, já tínhamos elaborado a logística de recolhimento e armazenamento deste petróleo na praia da Praia de Beberibe e da comunidade. Nós monitorávamos as praias e fotografávamos as manchas de petróleo com sua localização e enviávamos para o Comitê Municipal de Articulação dos Movimentos de Limpeza na Praia da Praia de Beberibe e o ICMBIO. E incluíamos, fomos orientados sobre como recolher o petróleo. A prefeitura e o ICMBIO eram responsáveis por recolher o petróleo que havíamos coletado.

LEGENDA

- Mar, rios e lagos
- Mangue
- Praia
- Dunas
- Outros
- Comunidade
- Regiões onde houve contaminação com petróleo
- Comunidade
- Cidade
- Cercanicultura
- Área de Proteção Ambiental
- Verde
- Estradas
- Regiões onde houve contaminação com petróleo
- Barreiras de contenção
- Rio
- Regiões onde houve contaminação com petróleo

NO RIO É NO CAR PESCADORES E PESCADORAS LUTANDO PELO ECOSISTEMA SAUDAVEL

AUTORES:

PESCADORAS E PESCADORES DA COMUNIDADE DE PONTELA DE MACAÉ

PESCADORAS E PESCADORES DA COMUNIDADE DE GUAJIRU

SITIO JARDIM

A FORÇA DA NOSSA UNIÃO NA COMUNICAÇÃO PARTICULADA

Com o avanço do governo do estado do Ceará divulgaram informações sobre o petróleo, mas ainda assim nem todas as informações que precisávamos ter conhecimento sobre o petróleo eram dadas. Por isso, a todo momento nós compartilhávamos informações entre nós e através do grupo de articulação a nível nacional com o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, o Conselho Pastoral da Pesca - CPP, e a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - CONFREMA grupo organizado pelo Terramar. Nos comunicávamos por meio do grupo do WhatsApp, e através de reuniões presenciais, para discutir o petróleo e o que estava acontecendo em cada comunidade, os riscos e danos causados por esse óleo, além de nos articularmos para conseguir ações básicas. E mesmo depois do petróleo, ainda estamos articulados nesse grupo, que é de extrema importância para nós.

APOIOS MUNCIPAIS NA LIMPEZA

Em meio a esse desastre tivemos diferentes formas de articulação com os governos municipais. Nós, da Reserva Extrativista da Praia de Canto Verde, buscamos apoio do ICMBIO para nos prepararmos para a chegada do petróleo e, junto aos EPIs, nós buscamos apoio do MPP, do Conselho Pastoral da Pesca e representantes de cada comunidade pesqueira do nosso município e órgãos do Governo, como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará, e a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). Neste grupo foram elaboradas logísticas de monitoramento e limpeza da prefeitura de Beberibe junto com as comunidades. Em Jardim e Pontal de Macaé, buscamos apoio do MPP, do Conselho Pastoral da Pesca e representantes de cada comunidade pesqueira do nosso município e órgãos do Governo, como a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará, e a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). Neste grupo foram elaboradas logísticas de monitoramento e limpeza da prefeitura de Pontal de Forquim quando chegou petróleo em Pontal de Forquim, enviou garis para recolher o petróleo junto com os pescadores e preparou os hospitais para receber aqueles que tivessem problemas de saúde por conta do petróleo. Contudo não nos apoiaram financeiramente e nem na aquisição de alimentos.



Foto: Tonéis de petróleo recolhido sendo transportados pela Prefeitura de Forquim para destinação final/Agência Comunitária.

MEDO NÃO ESTÁVAMOS PARA ESSE CRIME

Tínhamos receio de entrar em contato direto com o petróleo, pois tínhamos consciência de que isso poderia trazer danos à nossa saúde. Uma publicação feita pela organização WWF-Brasil diz que a inalação pode causar dificuldades na respiração, náuseas, dor de cabeça e contusão mental, e o contato direto com a pele poderia causar dermatite e queimaduras. Não tínhamos nenhuma orientação direta do governo sobre os riscos para nossa saúde, mas nos grupos de articulação do MPP e Terramar recebíamos orientações de cidadãos que deveríamos ter cuidado com as impurezas e viamos para evitar o contato com o petróleo. Então, buscamos por EPIs para realizar o trabalho comunitário de retirar esse material perigoso das praias.

Em Guajiru, solicitamos a prefeitura de Guajiru, Jéssica, Jéssica e as EPIs. Já em Pontal de Macaé conseguimos kits de proteção individual com a prefeitura de Forquim e com a Colônia Z-21, mas nem todos nós fazíamos a coleta com o EPIs. Parte deste material da Colônia foi doado pelo EPI e ele chegou com o EPIs. Então, buscamos por EPIs em Ceará, outra parte foi cedida pela Petrópolis e Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semar, sendo distribuídos pela Marinha do Brasil para as colônias de pesca em Outubro de 2019. Na RESEX Praia de Canto Verde, buscamos apoio do MPP, do Conselho Pastoral da Pesca e representantes do ICMBIO, mas os que conseguimos não foram suficientes para todos, então só participamos da limpeza quem possuía esse material. O governo falhou ao disponibilizar poucos EPIs as comunidades pesqueiras, então nós tivemos que nos articular para retirar esse petróleo, mas nem todos tínhamos condições de fazer isso de forma segura.

REFERÊNCIAS: WWF-Brasil. Governo mantém estratégia preventiva de controle de manchas de óleo na Reserva Extrativista de Pesca Artesanal de Beberibe. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021. O Brasil. Constituição da República. 500 anos de liberdade. Governo do Estado do Ceará, IS 11, 30 set. 2018. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021.

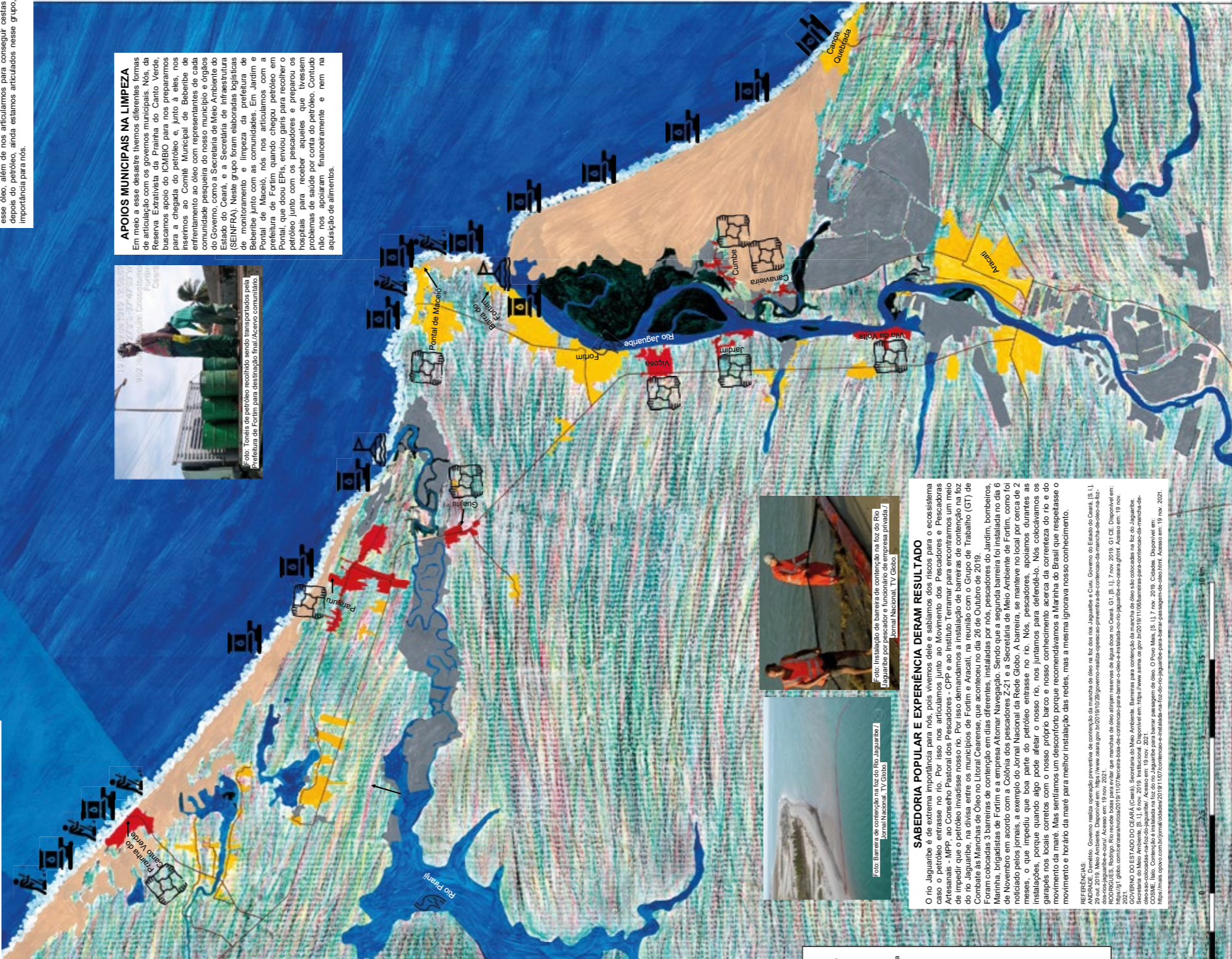


Foto: Barreiras de contenção na praia de São João, Guajiru. Foto: Barreiras de contenção na praia de São João, Guajiru. Foto: Barreiras de contenção na praia de São João, Guajiru.

SABEDORIA POPULAR E EXPERIÊNCIA DERAM RESULTADO

O rio Jaguaribe é de extrema importância para nós, pois vivemos dele e sabemos dos riscos para o ecossistema caso o petróleo entrasse no rio. Por isso nos articulamos junto ao Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, ao Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP e ao Instituto Terramar para encontramos um meio de impedir que o petróleo invadisse nosso rio. Por isso demandamos a instalação de barreiras de contenção na boca do rio Jaguaribe, na divisa entre os municípios de Forquim e Aracati. Na reunião com o Grupo de Trabalho (GT) de Combate às Manchas de Óleo no Litoral Cearense, que aconteceu no dia 26 de Outubro de 2019, foram colocadas 3 barreiras de contenção em locais diferentes, instaladas por nós, pescadores do Jardim, bombas de água e uma barragem de contenção em Cumba. A barragem foi colocada em Cumba, no rio Jaguaribe, em Novembro em acordo com a Colônia dos pescadores Z-21 e a Secretaria de Meio Ambiente de Forquim, como foi noticiado pelos jornais, a exemplo do Jornal Nacional da Rede Globo. A barragem, se manteve no local por cerca de 2 meses, o que impediu que o petróleo entrasse no rio. Nós, pescadores, apoiamos durante as instalações, porque quando algo pode afetar o nosso rio, nos juntamos para defendê-lo. Nós colocamos os garapes nos locais corretos com o nosso próprio braço e nosso conhecimento acerca da correnteza do rio e do movimento da maré. Mas sentíamos um desconforto porque recomendavam a Marinha do Brasil que respeitasse o movimento e horário da maré para melhor instalação das redes, mas a mesma ignorava nosso conhecimento.

REFERÊNCIAS: ANDRADE, DAVI. Governo realiza operação preventiva de contenção de manchas de óleo na boca do rio Jaguaribe e Cua. Governo do Estado do Ceará, IS 11, 15 out. 2018. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021. O Brasil. Constituição da República. 500 anos de liberdade. Governo do Estado do Ceará, IS 11, 30 set. 2018. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/03/03/grupo-de-trabalho-de-combate-a-manchas-de-oleo-no-litoral-23-nov-2021>. Acesso em: 23 nov. 2021.



Foto: Retirada das manchas de petróleo na praia de Canaveira, Ceará. Foto: Retirada das manchas de petróleo na praia de Canaveira, Ceará. Foto: Retirada das manchas de petróleo na praia de Canaveira, Ceará.

EVIDÊNCIAS DE RACISMO AMBIENTAL

Em Cumba e Canaveira, não existiu diálogo com a Prefeitura de Aracati. Fomos ignorados, e ela sequer reconheceu, nós, da comunidade do Cumba, como quilombolas. Em mais um nítido exemplo de racismo ambiental, a praia de Cangaço Quabreja, que é um local considerado pelo já estado como de importância turística, recebe um tratamento diferenciado, uma vez que já havia limpeza constante da praia independentemente do petróleo. Por sua vez, no Cumba e em Canaveira nem na chegada do petróleo houve uma atenção à praia da comunidade. Além disso, quando os movimentos de pescadores pesqueiros e ambientalistas se articularam para recolher tudo, a prefeitura de Aracati, apesar de alegar não haver petróleo, passou algum tempo do deramamento, assumiu ter feito a limpeza de uma grande quantidade, que ultrapassou a marca de uma tonelada de petróleo.

REFERÊNCIAS: CATRACA LIVE. O que se espalhou pelo Nordeste e atingiu Cangaço Quabreja, no Ceará. Realizantes chegaram a 88 toneladas e 233 toneladas do litoral nordestino. Ceará Live, IS 11, 24 out. 2019. Disponível em: <https://catracalive.com.br/viagem-evidencia-espuma-por-tudo-no-nordeste-e-atingiu-cangaço-quabreja-no-ceara/>. Acesso em: 19 nov. 2021.



PERNAMBUCO/PARAÍBA: RESEX DE ACAU-GOIANA

Na Resex de Acaú-Goiana, na Paraíba e Pernambuco, 2 mapas enfatizaram a resistência, a solidariedade e a luta pela sobrevivência; menciona-se o descaso dos governantes em diferentes níveis, além da não divulgação, por parte de mídias jornalísticas, do desastre e recuperação das comunidades pesqueiras. Na falta de respostas e orientação do poder público (52,6%), destacam-se a capacidade e rapidez da organização das comunidades para articulação de seus direitos junto a diferentes instituições (52,6%). Primeiro, através de reuniões e ações no contexto das próprias comunidades em prol de garantir seus interesses individuais e coletivos (42,1%), com destaque para o compartilhamento de informações que vinham de outras comunidades do sul do estado (58%), as quais comunicavam sobre a chegada, preparação e espalhamento do petróleo.

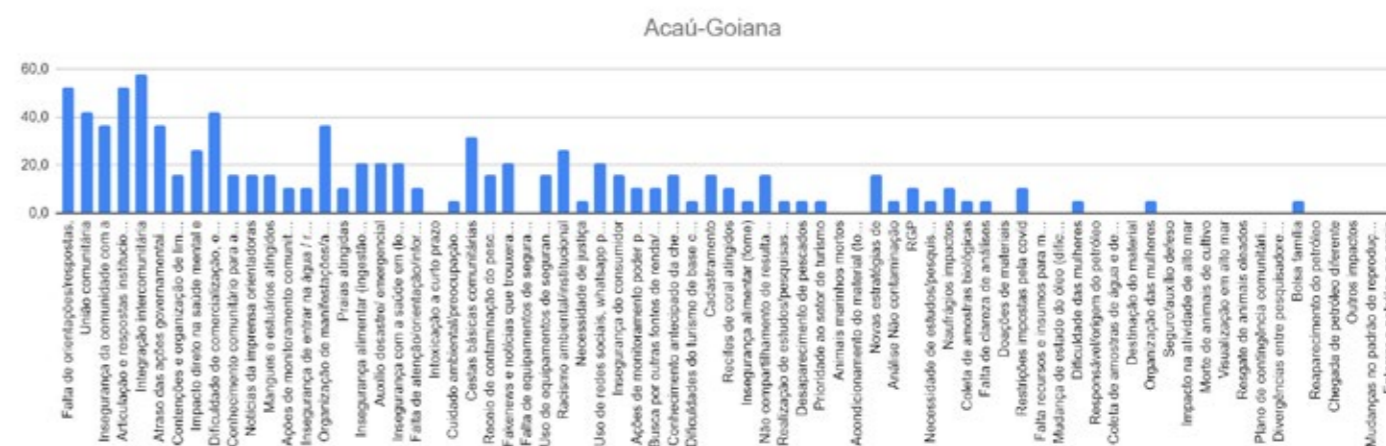
As articulações com instituições, colônias e associações permaneceram e seguiram rumo à realização de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Recife em que pescadores e pescadoras unidos com outros movimentos sociais reivindicaram respostas e organizaram protestos e manifestações pedindo auxílio e a investigação do derrame (36,8%). São menções significativas em relação aos protestos, um gerou uma ação coletiva junto ao MPU para o pagamento do auxílio emergencial, também foram acionados processos junto à justiça estadual que foram descontinuados por conta do avanço da pandemia de COVID-19.

As restrições impostas pela COVID-19 são mencionadas (10%), as quais, segundo as comunidades entrevistadas, agravaram principalmente as dificuldades de comercialização da produção pesqueira. Neste tema, são mencionadas uma série de adversidades para escoar a produção pesqueira, perda de pescados e mariscos frescos que estragaram, a suspensão de pedidos de consumidores e empreendimentos, o acúmulo de pescado congelado em freezers, e as poucas vendas por preços muito abaixo do mercado com destaque para situação de fragilidade de muitas comunidades frente a atravessadores/pombeiros que dificultavam a compra, comprando por preços bem abaixo da média (42,1%). Menciona-se que o governo apoiou, de forma geral, a limpeza das praias mas deixou a desejar em temas como a comercialização, o auxílio e cestas básicas solicitadas. Quanto ao auxílio emergencial, são destacados os equívocos no pagamento, no cadastramento, muitos pescadores com RPG que não receberam, o fato de terem muitos aposentados recebendo e quem estava na ativa não, os pescadores do estuário sem cadastro que também foram afetados (21,05%). As cestas básicas são um tema de destaque também nas pautas das comunidades. Muitos comentam que foram insuficientes e chegaram com atraso, ademais com itens perecíveis que estragaram e não foram distribuídos a todas comunidades (31,6%).

Outro descritor que aparece com destaque no contexto local é o racismo ambiental/institucional (26,3%). Há em determinados relatos menções ao sentimento de discriminação que sofreram algumas comunidades, seja

por conta do ambiente onde vivem, comunidades próximas ao mangue, por exemplo ou por pessoas e/ou instituições no contexto do cumprimento de ações referentes ao derrame. As intervenções da mídia também provocaram indignação para alguns pescadores, na medida em que alguns relatos mencionam que os jornais que documentaram a situação se apenas trataram a divulgação dos impactos e dos locais atingidos e não traziam informações sobre derrame e sobre a recuperação dos ambientes e da pesca (21,05%).

Gráfico 3. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da Resex de Acaú-Goiana - Pernambuco/Paraíba.



DESTAQUES GERAIS:

Muito boa articulação e organização comunitária com diferentes instituições; articulações e manifestações pelo auxílio emergencial e cestas básicas; dificuldades na comercialização (desenvolvimento de estratégias); advento da covid (mais impactos e enfrentamentos); percepção de racismo ambiental/institucional.

PERNAMBUCO: LITORAL SUL

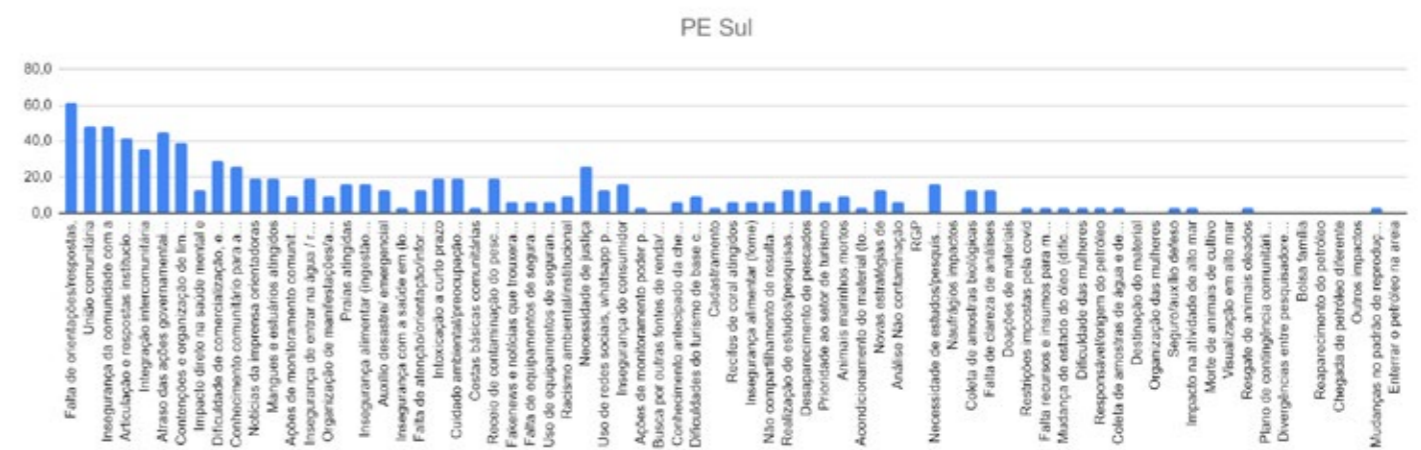
No litoral Sul de Pernambuco 4 mapas trouxeram temas que abordam: a luta e a organização frente ao desprezo dos governantes; os impactos do descaso dos poderes públicos e como isso afetou a saúde das pessoas e do território; o monitoramento do derramamento de petróleo a partir dos saberes comunitários; e a luta das comunidades pesqueiras na busca pelos seus direitos.

As comunidades pesqueiras afetadas pelo derrame no litoral sul de Pernambuco compartilham o espaço com diferentes atividades socioeconômicas que estão vinculadas principalmente ao setor de turismo. Essa condição permitia, até então, que boa parte da produção de pescados e mariscos da região fosse comercializada por hotéis, restaurantes, quiosques e diferentes estabelecimentos junto à costa. Neste contexto, os pescadores e marisqueiras relatam uma série de dificuldades associadas à venda de pescados e mariscos depois do desastre (30%). Com base nos relatos dos mapas, destacam-se a falta de respostas da gestão (61%), o atraso nas ações governamentais (45%), o receio sobre a contaminação (ou não) do pescado (20%), como descritores principais associados à menção da insegurança das comunidades com a manutenção de sua estrutura social e financeira (48,4%).

Mesmo muitas famílias estabelecendo novas estratégias de vendas e divulgação dos produtos através das redes sociais, migrando para vender a produção na cidade e colocando preço abaixo do valor (13%), naquele momento a maioria das comunidades não conseguiu garantir o seu sustento. 25% dos relatos mencionam os impactos diretos na saúde mental e emocional e a insegurança dos efeitos do contato direto com petróleo a longo prazo (20%). Há também alguns relatos de impactos na saúde a curto prazo como dores de cabeça, dificuldade de respirar, ardência nos olhos, irritação na pele, náuseas (13%) associados principalmente às atividades de limpeza e coleta do petróleo nas praias (38,7%).

Junto às iniciativas de limpeza, pescadores, pescadoras e outros atores sociais voluntários (como pesquisadores, cidadãos locais, etc) atuaram no monitoramento do avanço do petróleo em diferentes ecossistemas, desde a sua chegada na costa (13%). Os insumos e equipamentos foram, muitas vezes, financiados do próprio bolso dos voluntários. Em busca de seus direitos e garantia de seu território, destacam-se a união comunitária (48,3%), a integração intercomunitária (35,5%) e o uso dos conhecimentos das comunidades (25,8%) como formas de organização que asseguraram as respostas institucionais (42%) mesmo que tardias.

Gráfico 4. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas do Litoral Sul - Pernambuco.



DESTAQUES GERAIS:

Contenção, limpeza e monitoramento comunitário; medidas de prevenção, união e fortalecimento comunitário, intercomunitário e uso do conhecimento comunitário para o enfrentamento; dificuldades de comercialização; novas estratégias de vendas; insegurança sobre a estrutura social e financeira.

ALAGOAS: APA COSTA DOS CORAIS

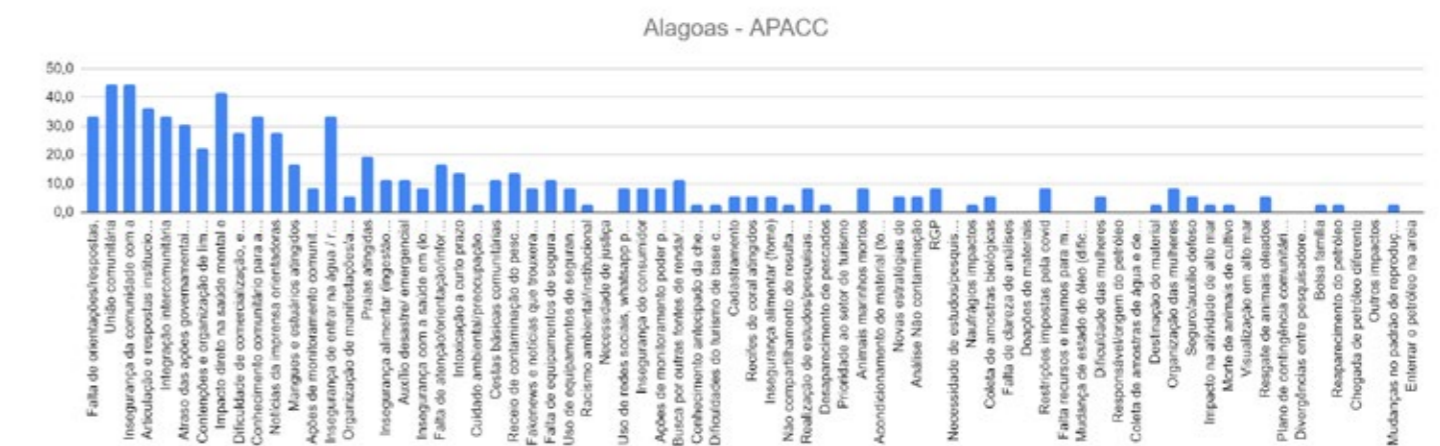
As comunidades de Alagoas demonstram uma força de organização e luta frente aos impactos enfrentados junto à chegada do petróleo. Os 5 mapas que destacaram a organização das comunidades na busca pela manutenção de sua sobrevivência; o sentimento de impotência diante do desastre em seu lugar, em seu território de pertencimento; a dor provocada pelo crime do derramamento do petróleo; as desinformações originadas por mídias e por pesquisadores que não dialogaram com os pescadores e sua territorialidade; e o impacto na saúde da população do território.

Destacam-se, como descritores que apareceram em todos os mapas, a união comunitária (44,4%), a integração intercomunitária (33,3%) e o uso dos conhecimentos comunitários para a gestão (33,3%) através da menção de uma série de ações coletivas em prol das diferentes comunidades. Da mesma forma, mencionam-se as buscas por articulações institucionais junto aos órgãos públicos locais e nacionais e com diferentes setores da sociedade (36%) como formas de organização das atividades de contenção, limpeza e monitoramento da chegada e do espalhamento do petróleo (22,2%). Há menção de algumas prefeituras que organizaram as ações em conjunto com as comunidades.

A insegurança das comunidades em relação a manutenção de suas estruturas social e financeira (44,4%) aparece ligada principalmente às menções da redução das atividades de pesca (33,3%) e as consequentes dificuldades de comercialização e desvalorização da produção pesqueira (27,8%). A preocupação das comunidades com a conservação e sustentabilidade de praias (19,4%) e manguezais (16,6%) impactados é destacada através da menção de medidas e práticas de contenção, mitigação e limpeza destes espaços. Outro dado que se menciona.

Os impactos na saúde mental e emocional das comunidades (41,6%) são expressados através da menção de sentimentos de tristeza, dor, desespero, agonia, angústia, entre outros, que tornam este descritor importante na realidade desta localidade. Menciona-se as dificuldades das mulheres pescadoras e marisqueiras para encontrar novas atividades de trabalho e o agravamento de problemas de saúde física e mental enfrentados por elas (5,5%). Há também menções ao protagonismo feminino e sua capacidade de organização e conciliação de ações de limpeza, cuidados com a comunidade e responsabilidades com as tarefas domésticas (8,3%).

Gráfico 5. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da APA Costa dos Corais - Alagoas.



DESTAQUES GERAIS:

Questão das mulheres que foram prejudicadas; articulação para limpeza comunitária; pedidos de apoio ao governo; disparidades locais; problemas com repasse de informações, alianças e articulações comunitárias; animais mortos; reivindicação do auxílio emergencial, dificuldades com o cadastro e RGP; insegurança na saúde e alimentação, falta de cestas básicas; estratégias para buscar outras fontes de renda.

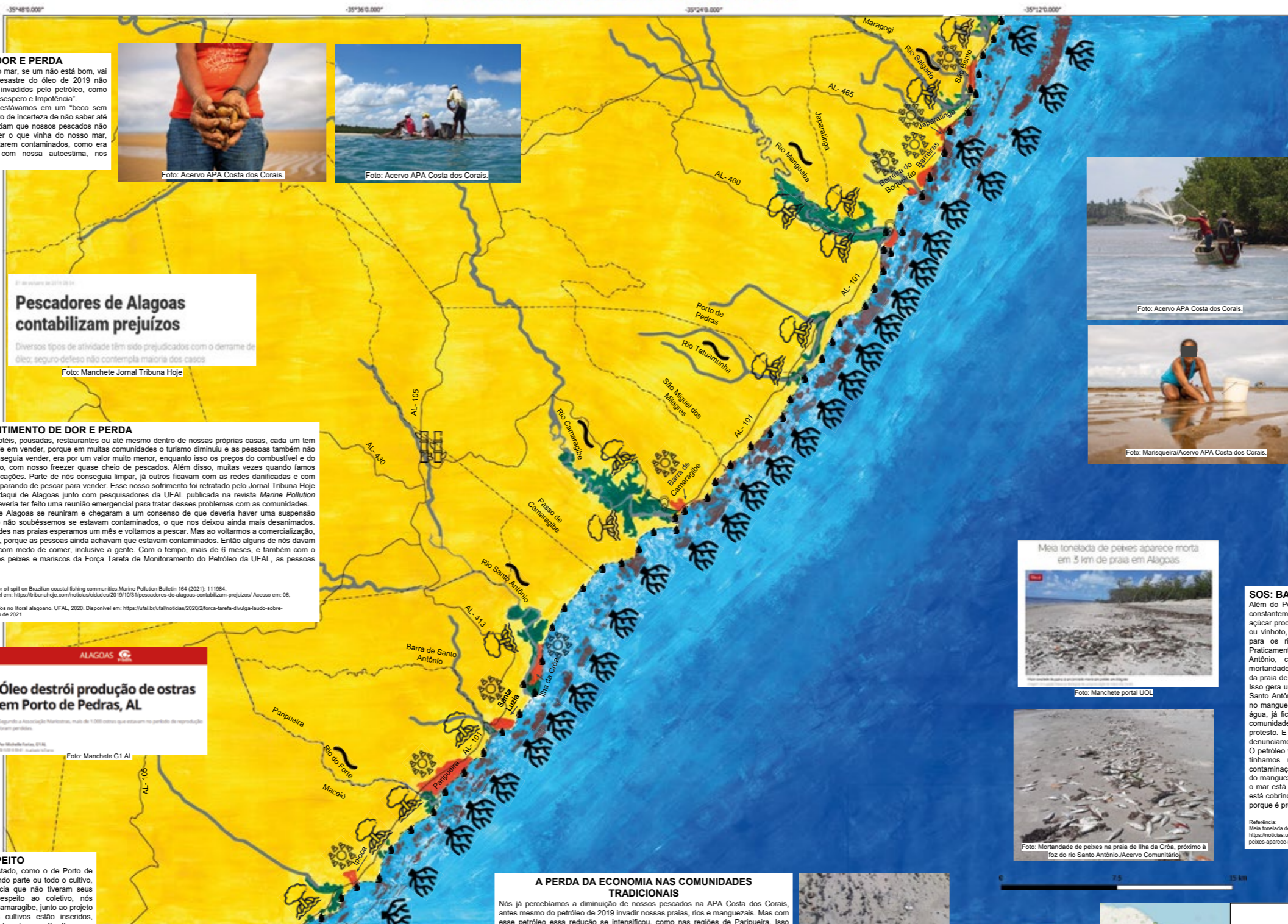
LITORAL DE ALAGOAS
 Mapa Biorregional 2/5 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Litoral de Alagoas

Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Novembro de 2021 e Abril de 2022

AUTORES
 Comunitários de Ilha da Crôa, Paripueira, Barra de Camaragibe, Ipioca, Santa Luzia, São Bento, Boqueirão, Barreiras de Boqueirão e Centro de Japaratinga. *Lista com os nomes dos comunitários ao lado.

A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA NO TERRITÓRIO PESQUEIRO AS DORES DURANTE O IMPACTO

Nomes dos Autores:
 Comunidade de Ilha da Crôa: Ana Paula, José Cícero, Pedro Villan, Adriana Oliveira, Daniele, Alexandre, José Ferreira, André, Amara Maria, Ernando Pinto, Tainá Oliveira, José Amaro.
 Comunidade de Paripueira: Johnny Lima, Adalberto, Jucelino, Josivaldo, Ednaldo, Rodrigo, Raniela Malta.
 Comunidade de Ipioca: Jassil, Luciene, Nayza, Nelida, César Manoel, Renilda.
 Comunidade de Barra de Camaragibe: Isabel Cristina, Cícero Manoel, Renilda.
 Comunidade de Santa Luzia: Ferrinho, Enoque, Eliana, Telma.
 Comunidade de São Bento: José Almir, Eliete Rocha.
 Comunidade de Japaratinga: Edna, Holanda, Faustina, Neto.



SENTIMENTO DE DOR E PERDA
 Quando a comunidade vive do rio e do mar, se um não está bom, vai trabalhar no outro. Mas com esse desastre do óleo de 2019 não tivemos opção, pois ambos estavam invadidos pelo petróleo, como contamos no mapa "O Nosso Lugar, Desespero e Impotência". Vivemos momentos desesperadores, estávamos em um "beco sem saída". Isso tudo, somado ao sentimento de incerteza de não saber até quando isso iria durar. As pessoas diziam que nossos pescados não valiam nada, não queriam mais comer o que vinha do nosso mar, compravam de fora, por medo de estarem contaminados, como era divulgado pela mídia. Isso mexia com nossa autoestima, nos sentíamos um lixo.



Foto: Acervo APA Costa dos Corais.



Foto: Acervo APA Costa dos Corais.

Pescadores de Alagoas contabilizam prejuízos
 Diversos tipos de atividade têm sido prejudicados com o derrame de óleo; seguro-défeso não contempla maioria dos casos

Foto: Manchete Jornal Tribuna Hoje



Foto: Pescadora catando mariscos mortos na praia / Acervo Comunitário.

SENTIMENTO DE DOR E PERDA
 Antes comercializávamos nossos peixes e mariscos aos hotéis, pousadas, restaurantes ou até mesmo dentro de nossas próprias casas, cada um tem seu ponto de entrega. Mas com o piche, tivemos dificuldade em vender, porque em muitas comunidades o turismo diminuiu e as pessoas também não queriam mais comer o que vinha do nosso mar. Quem conseguia vender, era por um valor muito menor, enquanto isso os preços do combustível e do material de pesca aumentaram. Então ficamos no prejuízo, com nosso freezer quase cheio de pescados. Além disso, muitas vezes quando iam pescar, o petróleo sujava as redes ou grudava nas embarcações. Parte de nós conseguia limpar, já outros ficavam com as redes danificadas e com receio de perder as redes. Por todos esses motivos, fomos parando de pescar para vender. Esse nosso sofrimento foi retratado pelo Jornal Tribuna Hoje e em um artigo científico escrito por algumas lideranças daqui de Alagoas junto com pesquisadores da UFAL, publicada na revista *Marine Pollution Bulletin* em 2021. O Conselho da APA Costa dos Corais, deveria ter feito uma reunião emergencial para tratar desses problemas com as comunidades. Foram meses nesse sofrimento! As Colônias de Pesca de Alagoas se reuniram e chegaram a um consenso de que deveria haver uma suspensão temporária da venda e do consumo do pescado enquanto não soubéssemos se estavam contaminados, o que nos deixou ainda mais desanimados. Quando o petróleo parou de aparecer em grandes quantidades nas praias esperamos um mês e voltamos a pescar. Mas ao voltarmos a comercialização, ainda enfrentamos dificuldades em vender nossos produtos, porque as pessoas ainda achavam que estavam contaminados. Então alguns de nós davam seus pescados aos vizinhos, amigos, mas todos ficavam com medo de comer, inclusive a gente. Com o tempo, mais de 6 meses, e também com o resultado de algumas pesquisas sobre a contaminação dos peixes e mariscos da Força Tarefa de Monitoramento do Petróleo da UFAL, as pessoas foram esquecendo da situação e fomos vendendo melhor.

Referência:
 de Oliveira Estevão, Mariana, et al. Immediate social and economic impacts of a major oil spill on Brazilian coastal fishing communities *Marine Pollution Bulletin* 164 (2021): 111984.
 Pescadores de Alagoas contabilizam prejuízos. Tribuna Hoje, 31/10/2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com.br/noticias/cidades/2019/10/31/pescadores-de-alagoas-contabilizam-prejuizos/> Acesso em: 06, Novembro de 2021.
 Garcia, Izadora. Força-tarefa divulga laudo sobre contaminação por óleo em pescados no litoral alagoano. UFAL, 2020. Disponível em: <https://ufal.br/noticias/2020/2/forca-tarefa-divulga-laudo-sobre-contaminacao-por-oleo-em-pescados-no-litoral-alagoano> Acesso em: 06, Novembro de 2021.

Óleo destrói produção de ostras em Porto de Pedras, AL
 Segundo a Associação Marinheiros, mais de 1.000 ostras que estavam no período de reprodução foram perdidas.

Foto: Manchete G1 AL



Foto: Ostras morreram por causa do óleo/Edemara Lara (Arquivo Pessoal)/G1 AL

CONSCIÊNCIA E RESPEITO
 O petróleo invadiu alguns cultivos de ostra do estado, como o de Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio e Coruripe, matando parte ou todo o cultivo, os deixando em desvantagem com a concorrência que não tiveram seus cultivos destruídos. Então, por consciência e respeito ao coletivo, nós cultivadores da Associação Rio-Mar, de Barra de Camaragibe, junto ao projeto Ostras Depuradas de Alagoas, ao qual esses cultivos estão inseridos, optamos por suspender a nossa comercialização de ostras por 2 a 3 meses, mesmo o petróleo não matando nosso cultivo. Além disso, estávamos receosos de prejudicar a saúde de nossos consumidores, uma vez que não sabíamos se a água e as ostras poderiam estar contaminadas. Em Porto de Pedras, os cultivadores de ostra se reuniram com a Associação Mariscostrás, acionamos o Ministério Público com o intuito de conquistar alguma indenização ou auxílio para os cultivadores de Ostra do Rio Manguaba que perderam quase toda as ostras, mas até hoje não obtivemos resultado. Para piorar, depois do petróleo veio a pandemia e a comercialização de nossas ostras continuaram ruins, mas não passamos por necessidade porque não vivemos exclusivamente da criação de ostras.

Referência:
 FARIAS, Michele. Óleo destrói produção de ostras em Porto de Pedras, AL. G1 AL, 23/10/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2019/10/23/oleo-destrui-producao-de-ostras-em-porto-de-pedras-al-g1.html> Acesso em: 06, Novembro de 2021.
 Ostras depuradas de Alagoas. Ostras labs, 2021. Disponível em: <https://ostras.labs.org.br/> Acesso em: 06, Novembro de 2021.

LEGENDA

| | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--|---------------------|--|--------------------|--|---------|
| | Comunidade | | Cultivo de Ostras | | Estradas | | Mar |
| | Rio | | Recifes de Corais | | Limites municipais | | Rio |
| | Manguezal | | Usina Santo Antônio | | Recifes de Corais | | Povoado |
| | Lugares onde o petróleo chegou | | Outros | | | | |

A PERDA DA ECONOMIA NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
 Nós já percebíamos a diminuição de nossos pescados na APA Costa dos Corais, antes mesmo do petróleo de 2019 invadir nossas praias, rios e manguezais. Mas com esse petróleo essa redução se intensificou, como nas regiões de Paripueira. Isso contribui para a perda de nossa economia, onde em alguns casos a quantidade de mariscos e peixes pescados não compensa os gastos para e ir pescar e mariscar. Isso nos coloca em uma situação de vulnerabilidade, principalmente as mulheres pescadoras que tem essa situação intensificada por acumularem diversas funções na pesca e dentro de casa, incluindo uma grande parte do beneficiamento do pescado. Um exemplo são as 60 mulheres que pescavam na Praia Morro e Barra de Camaragibe, mariscando um saco grande de marisco antes do óleo chegar, pois havia uma grande produção de mariscos. Mas hoje em dia, menos de 10 mulheres vão, porque para pegar o marisco na Praia de Morro de Camaragibe, é preciso atravessar o Rio Camaragibe, o que é feito por pequenas balsas artesanais. Visto que o local não tem portão, e que essas mulheres não tem barcos, muitas deixaram a atividade de mariscagem, porque sabem que não vão tirar uma quantidade suficiente de marisco para compensar os gastos que vão ter com a travessia do rio. Por conta disso, algumas passaram a trabalhar em outros ramos da atividade pesqueira, como pesca de sardinha com redinha, ou até mesmo catando peixes pequenos que vêm nas redes de arrasto de outros pescadores, para secar e vender na feira.



Foto: Registro de massinim mortos nas praias. Acervo Comunitário.

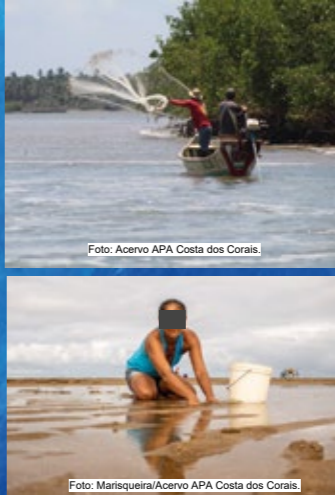


Foto: Acervo APA Costa dos Corais



Foto: Marisqueira/Acervo APA Costa dos Corais



Foto: Manchete portal UOL



Foto: Mortandade de peixes na praia de Ilha da Crôa, próximo à foz do rio Santo Antônio /Acervo Comunitário

SOS: BARRA DE SANTO ANTÔNIO PEDE SOCORRO!
 Além do Petróleo de 2019, temos um grande problema que se repete constantemente em Ilha da Crôa. O resíduo da fermentação da cana de açúcar processado na usina Santo Antônio, chamado de tiberna, vinhaça ou vinhoto, que é utilizado na fertilização da plantação de cana, escoava para os rios quando usado em excesso ou durante as chuvas. Praticamente de 6 em 6 meses essa tiberna escoava para o rio Santo Antônio, causando grande mortandade de peixes. As vezes a mortandade de peixe é tamanha, que fica cheio de peixe morto na beira da praia de Ilha da Crôa, o que pode até ser visto na reportagem do Uol. Isso gera um impacto muito grande na economia pesqueira da Barra de Santo Antônio, pois os peixes, crustáceos e mariscos que ficam no rio e no mangue acabam morrendo. Quando sentimos o cheiro de tiberna na água, já ficamos tristes, pois sabemos que isso vai acontecer. Nós da comunidade pesqueira já tivemos várias discussões com a usina, fizemos protesto. E nós da Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais, denunciamos esse crime no Ministério Público, mas nada muda. O petróleo veio para aumentar ainda mais o enorme prejuízo que nós já tínhamos no nosso rio Santo Antônio por conta da constante contaminação pela tiberna da usina. O Petróleo chegou na parte da frente do manguezal do rio, a maior parte do mangue próximo ao encontro com o mar está morto, com as árvores do mangue secas. Além disso a areia está cobrindo a área onde antes era lama do mangue. Isso é muito forte, porque é preciso muita coisa para detonar o mar, o mangue e o rio.

Referência:
 Uma tonelada de peixes aparece morta em 3 km de praia em Alagoas. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/brasil-ambiental/noticias/2020/02/25/uma-tonelada-de-peixes-aparece-morta-em-3-km-de-praia-em-alagoas.htm> Acesso em: 06, Novembro de 2021.

MANCHAS DE SOFIMENTO

FICHA TÉCNICA
 Este é um dos produtos do Manchas de Sofimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo MARSOL, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do inclAmbTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

MARSOL **CNPq** **BRASILE**

UFBA **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA** **ICBio**

LITORAL DE ALAGOAS
 Mapa Biorregional 4/5 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Litoral de Alagoas.

Versão: Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Novembro de 2021 e Abril de 2022.

AUTORES
 Comunitários de Ilha da Crôa, Paripueira, Barra de Camaragibe, Ipioca, Santa Luzia, São Bento, Boqueirão, Barreiras de Boqueirão e Centro de Japaratinga. *Lista com os nomes dos comunitários ao lado.

DESINFORMAÇÕES PERIGOS PARA O TERRITÓRIO



Nomes dos Autores:
 Comunidade de Ilha da Crôa: Ana Paula, José Cicero, Pedro Vilas, Adriana Oliveira, Daniele, Alexandre, José Ferreira, André, Anara Maria, Ernando Pedro, Tainá Oliveira, José Amaro, Comunidade de Paripueira: Johnny Lima, Adalvo, Jucelino, Josivaldo, Edinaldo, Rodrigo, Flaviana Malta, Comunidade de Ipioca: Jissiel, Lucinda, Nayza, Natália, Cimar, Comunidade de Barra de Camaragibe: Isabel Cristina, Cicero Manoel, Renilson, Comunidade de Santa Luzia: Fermindo, Enoque, Eliana, Telma, Comunidade de São Bento: José Amir, Ezequiel Rocha, Comunidade de Japaratinga: Edda, Holanda, Faustino, Neto.

MUITO RISCO PARA POUCA INFORMAÇÃO
 No início, quando o petróleo começou a chegar, não tínhamos informações suficientes sobre os riscos na saúde que ele poderia nos causar. Algumas Colônias de Pesca, como a de Barra de Santo Antônio, não instruíam sobre os cuidados no contato com o petróleo. Só depois que algumas informações foram chegando para nós. Soubemos que o óleo possui substâncias extremamente tóxicas, como benzeno, tolueno e xileno, que podem causar náuseas e dores de cabeça após a inalação e o HPA pode causar câncer, como tratado nas reportagens do G1 e da Revista Galileu. Uma parte de nós não usava um equipamento de proteção adequado durante a limpeza do petróleo e houve mulheres que tiveram contato enquanto mariscavam. Estávamos muito expostos, o que causou problemas na nossa saúde, como contamos no mapa "Saúde Ameaçada no Território".



A DIFICULDADE DE ACESSO AO RGP E AOS NOSSOS DIREITOS
 O governo federal falhou durante a seleção de quem iria receber o auxílio emergencial do petróleo, acessando registros antigos e desconsiderando pescadores regularizados recentemente, como debate no Senado, conforme o portal Senado Notícias. Isso nos gerou muitos problemas, porque houve pescadores aposentados ou que não estão mais na profissão e pessoas que não trabalham na pesca que receberam o auxílio, enquanto que muitos que exercem a atividade com o RGP ativo, não o receberam. Há exemplo de Japaratinga, onde 50% receberam, e Paripueira, onde apenas aproximadamente 30% foram contemplados. Esse problema com os registros dos pescadores poderia ter sido evitado se houvesse comunicação com quem representa a categoria de fato. É importante uma secretaria de pesca que tenha parceria com os representantes dos pescadores e pescadoras para uma gestão pesqueira, como foi proposto a prefeitura de Paripueira pela Colônia Z-21. Além disso, é necessário que o governo federal tenha uma comunicação mais direta com o município.



A FARSAS DO SELO
 Acreditamos que os mariscos vão demorar para se recuperar, uns três anos, porque toda a cadeia morreu. Então, o governo federal deveria ter mobilizado as comunidades locais e pescadores, porque só nos empoderamos quando participamos. Mas o que foi feito? O secretário da pesca e aquicultura falou em uma audiência na Comissão da Câmara no dia 7/11/2019, sem laudos científicos até aquele momento, que o pescado atestado para consumo pelo governo federal era os vindos de estabelecimentos com o Selo de Inspeção Federal (SIF), como mostrado pelo G1. Com essa declaração ele complicou muito mais a nossa situação, porque nós das comunidades artesanais da APA Costa dos Corais não temos uma cooperativa com SIF, e isso colaborou para que as pessoas não quisessem comprar nossos pescados, nem mesmo os moradores locais.



FALTA DE RESPEITO. COMO ANDAM AS PESQUISAS?
 Na APA Costa dos Corais em Alagoas não houve uma comunicação do ICMBio conosco com relação as pesquisas de contaminação do pescado. Nós sentimos completamente desassistidos, refém dos danos causados e sem informação. Em Passo de Camaragibe, Japaratinga e Maragogi, o ICMBio até fez a solicitação à alguns pescadores para que guardassem no congelador os mariscos recém mortos, os com os cascos entreabertos, para análise de contaminação. No entanto, em Japaratinga ninguém pegou, e em São Bento, Maragogi, foi coletado, mas após um tempo, eles informaram não haver recursos para fazer as análises. Já na parte sul da APA Costa dos Corais, não houve o mesmo diálogo com a comunidade para coleta de mariscos e outros organismos afetados pelo petróleo. Seria necessário também uma ação de conscientização da população durante o período para não comercializar nem consumir o pescado que estivesse contaminado, e uma ação do poder público liberando recursos mais rápidos, para atender a população, além de termos uma resposta e um resultado das pesquisas.



LEGENDA

| | | | | | |
|--|--------------------------------|--|--------------------|--|-------------------|
| | Comunidade | | Recifes de Corais | | Mar |
| | Rio | | Estradas | | Manguezal |
| | Manguezal | | Limites municipais | | Recifes de Corais |
| | Lugares onde o petróleo chegou | | Povoado | | Outros |



IMPACTOS DA MÍDIA: IMEDIATISMO SEM BASE EM ESTUDOS CIENTÍFICOS
 Quando a mídia começou a falar sobre o aparecimento do óleo, assustou a população informando que o pescado de áreas atingidas pelo óleo estava contaminado e não deveria ser consumido, tais como nas notícias da Gazeta de Alagoas e da TV Gazeta, teve muita gente que ficou com medo de consumir o pescado. Além disso tiveram alguns vídeos circulando nas redes sociais mostrando que os peixes, caranguejo uçá, guaiamum, tinham engolido óleo. Isso dificultou muito a venda do pescado. Mas, infelizmente, a televisão não falava da situação do pescador, a maioria dos pescadores passou necessidade, porque não podia comer e nem vender o pescado. Tudo por causa desse óleo. Então, a colônia de Paripueira trabalhou para combater fake News (notícias falsas) e começou a orientar os pescadores a só compartilharem informações corretas, que soubessem a origem, se tivesse dados científicos sobre o assunto. Porque tinha pescador que estava repassando vídeos falsos, e inclusive alguns deles tinham medo de comer o próprio pescado, embora não existisse nenhuma pesquisa comprovando que o nosso pescado estava contaminado. A colônia também incentivou os pescadores a tirarem suas dúvidas com algum pesquisador, visto que alguns deles estão sempre nos dando apoio. Essa divulgação sobre o pescado estar ou não contaminado só deveria ter sido feita após finalizarem os estudos.

Força-tarefa divulga laudo sobre contaminação por óleo em pescados no litoral alagoano
 Documento indica gravidade e quanto maior a idade e qualidade da água

Foto: Manchete site da UFAL.



PESQUISAS INCOMPLETAS: INFORMAÇÕES DESENCOTRADAS
 Nós queríamos pescar, mas ficávamos preocupados com a qualidade do pescado. Em outubro de 2019, houve o estudo da força tarefa de monitoramento do Petróleo, que também avaliou a contaminação dos pescados em seis localidades do litoral Alagoano, por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Eles vieram às comunidades do sul da APA Costa dos Corais saber onde houve mais impacto do petróleo, porém não houve um diálogo com a comunidade para saber quem foi afetado. Essa pesquisa mostrou que alguns pescados estavam contaminados, e eles nos passaram essa informação durante uma reunião no ministério público. Parte de nós tivemos medo de vender e consumir os peixes e mariscos. Alguns pescadores não acreditaram muito nessa pesquisa. Dentre os resultados divulgados dessas análises, foi mostrado que o maquim coletado nos municípios de Piaçabuçu e Feliz Deserto estavam contaminados, já os peixes carapeba e sargo coletados em Japaratinga, Ipioca e Coruripe não estavam contaminados. Mas de acordo com o pesquisador, isso não significa que todos os maquim estavam contaminados ou que estão contaminados até os dias de hoje. Discordamos da forma como essa pesquisa foi feita, pois não reflete a realidade de cada local, como por exemplo, os locais de coleta e a forma que cada organismo foi coletado, e até mesmo a espécie das espécies analisadas. Teriam outras espécies de interesse pesqueiro para analisar como o karú, carumim, siri entre outros que são residentes tanto do mar quanto dos rios, além do polvo que é habitante dos recifes. Além disso, para confrontar os resultados da contaminação no maquim, seria preciso analisar uma espécie de peixe que consuma o maquim, pois como é que um peixe come um animal contaminado e não se contamina? Posteriormente, seria preciso também gerar uma resposta imediata para a população sobre quais os pescados poderiam ser comercializados e consumidos com segurança.

ENGANADOS: FALTA DE COMUNICAÇÃO/HONESTIDADE COM A COMUNIDADE PESQUEIRA
 Durante o período do Petróleo, houve informações confusas para nós pescadores e pescadoras, o que nos deixava extremamente irritados. Isso acontecia tanto por falta de honestidade de quem informava, quando por falta de um diálogo direto entre Órgãos e Instituições Ambientais com as comunidades, uma vez que comunicávamos às Colônias de Pesca, que nos repassavam as informações. Um exemplo foi o que aconteceu em São Bento, onde um professor da UFAL veio até a Colônia de Pesca informando que o pescado estava contaminado e que não deveríamos consumir por um tempo, mas, no mesmo dia, em entrevista à rádio Maragogi, essa pessoa informou para a população que os pescados não estavam contaminados. Um outro caso foi quando o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA e Instituto Federal de Alagoas – IFAL coletaram alguns peixes e mariscos de Japaratinga e São Bento para fazer análise e reformaram após um tempo, e em um diálogo com as colônias, informaram que os pescados estavam contaminados, e nos aconselharam a parar de pescar e consumir o pescado. Nesse mesmo período, a Marinha e o Exército estavam constantemente nas praias para vistoria e limpeza do petróleo, como relatado na nota do IMA. Ficamos esperando um comunicado liberando a pesca, mas não houve, já que não houve uma proibição da pesca, então, alguns de nós não puderam mais esperar e decidiram voltar a pescar, mesmo com receio de serem pegos pela fiscalização.

MANCHAS DE SOBRIMENTO
 FICHA TÉCNICA
 Este é um dos produtos do Manchas de Sobrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marisol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais nas comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados de Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do InCMBioTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.



SAÚDE AMEAÇADA NO TERRITÓRIO

Nomes dos Autores:
 Comunidade de Ilha da Cróa: Ana Paula, José Cícero, Pedro Vilar, Adriana Oliveira, Daniele, Alexandre, José Ferreira, André, Amara Maria, Ernando Presto, Tayná Oliveira, José Amaro.
 Comunidade de Paripueira: Johnny Lima, Adyvo, Jucelino, Josivaldo, Emanoel, Rodrigo, Raniela Malta.
 Comunidade de Ipioca: Jassiel, Luciele, Nayza, Natália, Cimar.
 Comunidade de Barra de Camaragibe: Isabel Cristina, Cícero Manoel, Raniela.
 Comunidade de Santa Luzia: Ferrnino, Enoque, Eliana, Felma.
 Comunidade de São Bento: José Almir, Eleba Rocha.
 Comunidade de Japaratinga: Edna, Holanda, Faustina, Neis.

LITORAL DE ALAGOAS
 Mapa Biorregional 5/5 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Litoral de Alagoas.
Versão: Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Novembro de 2021 e Abril de 2022.
AUTORES
 Comunitários de Ilha da Cróa, Paripueira, Barra de Camaragibe, Ipioca, Santa Luzia, São Bento, Boqueirão, Barreiras de Boqueirão e Centro de Japaratinga. *Lista com os nomes dos comunitários ao lado.



Foto: Pescadora afetada por queimaduras de petróleo nos braços e pescoço, já em processo de recuperação. Natie Melo (MARIANA et al, 2021).

A "NATA" E MEU SOFRIMENTO

"Quando eu botei a mão na maré, subi aquela nata preta, aí eu disse Meu Deus, o que é isso? As meninas correram para a terra seca, e eu fiquei cavando. Quando eu cheguei em casa aí eu vi aquilo esquentando, eu disse "minha gente eu estou com minhas pernas e meus braços que eu não aguento mais". Estava muito feio, minhas pernas e meus braços. Eu tinha vergonha de sair para a rua, passei cinco dias sem sair para rua. Toda semana eu ia para o posto, porque eu não aguentava de dor, mas ninguém queria mexer. Depois que eu peguei esse problema eu passei uns três meses sem ir pra maré. Quando eu fiquei boa eu voltei a trabalhar, eu tinha que ir que eu não ia passar fome, nem ia deixar meus filhos com fome. Fiquei feliz quando retornei, porque eu gosto da minha pesca, mas agora tenho uma cisma danada quando vou pra dentro d'água, quando vejo qualquer coisa já tô de orelha em pé, pra não acontecer o que aconteceu."

Renilda, Marisqueira de Barra de Camaragibe.

Referência da foto: De Oliveira Estevo, Mariana, et al. Immediate social and economic impacts of a major oil spill on Brazilian coastal fishing communities. Marine Pollution Bulletin 164 (2021): 111984.



Foto: Seminário Rede de Mulheres Pescadoras da Apa Costa dos Corais, 03 a 05 de dezembro. Tamandaré (PE)/ Natie Melo/Instituto Yandê

SORORIDADE: A DOR DE UMA PESCADORA É A DOR DE TODAS

Nós pescadoras nos sentimos extremamente sensibilizadas e revoltadas com a dor e o tratamento de saúde dado a uma de nossas pescadoras, algumas de nós até nos assustamos e deixamos de ir a praia por esse período. Isso porque em setembro de 2019, quando foi catar o marisco, essa pescadora entrou em contato com o petróleo, o que causou a queimadura em sua pele, deixando seus braços, pernas e pescoço cheios de bolhas. Ela viveu esses sintomas e pesadelo durante dois meses e, assim como as outras mulheres de sua comunidade de Barra e Camaragibe, não foi contemplada com um atendimento médico específico para este problema. Ao ir ao posto médico e fazer exames, a médica afirmou que a causa não era o petróleo.

Ao relatar toda sua dor e mostrar suas queimaduras no Seminário da Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais em Tamandaré em dezembro de 2019, todas as mulheres se sensibilizaram. E fomos nós, lutando uma pelas outras, que a levou na farmácia, onde nos foi indicado a medicação e a ajudamos a comprar o remédio. Fomos nós quem a socorremos, sem apoio de órgãos públicos ou da Colônia de Pesca de Barra de Camaragibe.

Referência da foto: Terra Mar. Seminário da Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais. Flickr: 5/11/2019. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/redeterramar/49341494888/w/album-7215771254914312/>. Acesso em 11/04/2022.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Como não tivemos apoio com relação a nossa saúde durante o derramamento do Petróleo, nós do Sul da APA Costa dos Corais junto com a Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais, a CONFREM-Brasil e a Colônia Santo Amaro Z-21, dialogamos com a Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas sobre a criação de um projeto voltado para a saúde das pescadoras e dos pescadores de todo o estado de Alagoas. Isso por meio de uma comissão formada por dois representantes da APA Costa dos Corais, um da Federação dos Pescadores, um da Resex de Jequiá da Praia e da Secretaria do Estado da Mulher e dos Direitos Humanos de Alagoas – SEMDH, que trouxe essa discussão.

Fizemos um levantamento da quantidade de pescadoras e pescadores em todas as comunidades de Alagoas, construindo algumas propostas para aquisição de equipamentos e de atendimento médico específico para quem tivesse contato com o Petróleo, caso haja um desastre novamente. A SEMDH já encaminhou o projeto para o governo de Alagoas e está esperando o aval do estado para iniciar o trabalho.



LEGENDA

- Comunidade
- Rio
- Manguezal
- Lugares onde o petróleo chegou
- Recifes de Corais
- Estradas
- Limites municipais
- Mar
- Manguezal
- Rio
- Recifes de Corais
- Povoado
- Outros



SAÚDE

Manchas de óleo no litoral brasileiro podem causar danos à saúde

Foto: Manchete Veja.

PESCADORES E PESCADORAS DESASSISTIDOS

Durante o período da invasão do petróleo, nós estávamos trabalhando na limpeza e, inicialmente, a maioria de nós não tinha nenhum equipamento de proteção individual, então fomos muito expostos, isso era muito sofrido de viver. Parte de nós apresentou vômito e dor de cabeça, principalmente no início das limpezas das praias. Também houveram sintomas de manchas na pele, bolhas, coceiras, irritações e reações alérgicas. De acordo com a Revista Veja e a FIOCRUZ, esses são sintomas a curto prazo causado pelo contato com o petróleo. Já a longo prazo pode haver até câncer.

Enquanto isso, em toda APA Costa dos Corais, não tivemos nenhum apoio dos municípios com relação a nossa saúde. Isso nos revoltou! Deveria haver um atendimento específico para as pessoas que começaram a ter problemas de saúde por conta do contato com o petróleo e as Colônias de Pesca também deveriam ser mais atuentes.

Referência: FIOCRUZ analisa impactos do derrame de petróleo na saúde. Flo Cruz: 4/11/2019. Disponível em <https://portal.biotica.fiocruz.br/pt-br/analisa-impactos-do-derrame-de-petroleo-na-saude>. Acesso em 12/04/2022.
 BONFIM, C. Manchas de óleo no litoral brasileiro podem causar danos à saúde. Veja. 20/10/2019. Disponível em <https://saude.abril.com.br/tema/esta-mancha-de-oleo-no-litoral-brasil-podem-causar-danos-a-saude/>. Acesso em 12/04/2022.



Foto: Local onde o petróleo está enterrado em Barra de Camaragibe/ Acervo Comunitário.

INFÂNCIA MANCHADA

Quando as primeiras manchas de petróleo apareceram em Barra de Santo Antônio e Barra de Camaragibe, ainda não se sabia como armazená-la. Por conta dessa falta de informação, os voluntários da limpeza de Barra de Santo Antônio e a prefeitura de Barra de Camaragibe, a enterraram na própria areia da praia. Depois que o estado de Alagoas se responsabilizou por este trabalho, o material da limpeza era levado para a Central de Tratamento de Resíduos, em Pilar, como foi mostrado na reportagem da Gazeta de Alagoas.

Mas o petróleo que foi enterrado na areia não foi removido, o que vem nos causando problemas. Em Barra de Camaragibe, ele está enterrado no lugar onde os jovens e crianças jogam bola e quando entram em contato com a areia, sentem coceira e bolhas na pele.

Referência: 750 TONELADAS DE RESÍDUOS DE ÓLEO JÁ FORAM RECOLHIDAS EM AL. Gazeta de Alagoas, 2019. Disponível em: <https://id.gazetadealagoas.com.br/politica/211753750-toneladas-de-residuos-de-oleo-ja-foram-recolhidas-em-al> Acesso em: 06, Novembro de 2021.

MANCHAS DE SOFRIMENTO

FICHA TÉCNICA

Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo MARSOL, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do InCAnoTropic fase II (Processo CNPq: 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

MARSOL **CNPq** **BRASIL** **UFBA** **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ** **ICMBio**

BAHIA: FOZ DO RIO ITAPICURU E ENTORNO

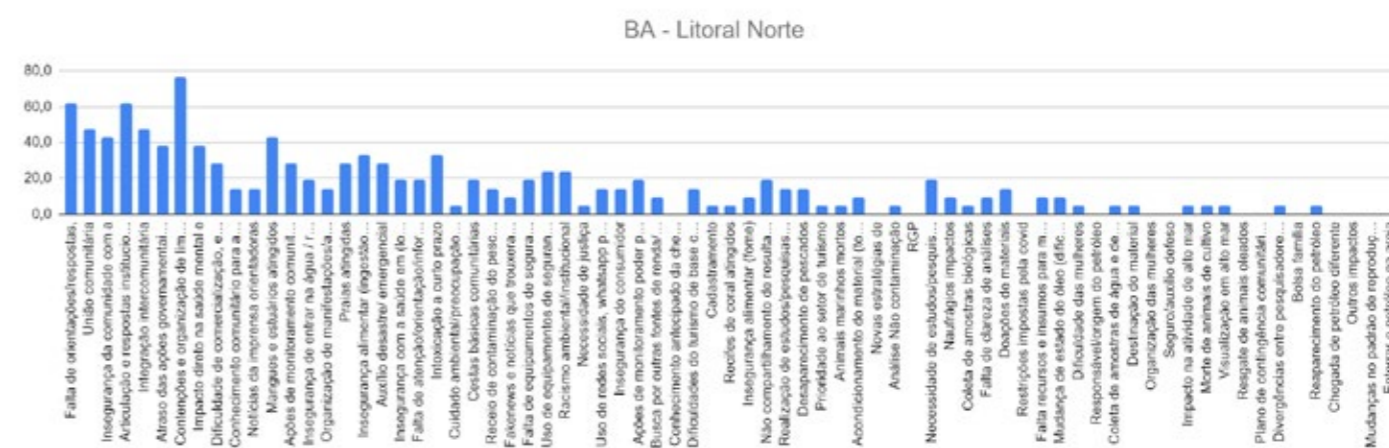
Na foz do Rio Itapicuru, no litoral Norte da Bahia, os 3 mapas elaborados destacaram: o enfrentamento da comunidade frente ao crime do derramamento do petróleo; o uso dos saberes pesqueiros na organização e execução das ações de resposta; a falta de orientação por parte dos poderes públicos no que se refere a contenção da chegada do petróleo, a saúde dos comunitários e as ações de limpeza, realizadas predominantemente em áreas turísticas em detrimento das áreas pesqueiras.

Os relatos nos mapas enfatizam a falta de suporte dos órgãos públicos em todas as ações de enfrentamento, desde estratégias para contenção e limpeza, cuidados ambientais, alimentação, questão dos auxílios, saúde, entre outros temas (62%). A preocupação com a saúde foi um tema mencionado em diferentes relatos. Há diferentes menções dos sintomas e efeitos do contato direto com o petróleo após as atividades de limpeza, como a surgimento de manchas na pele, dores de cabeça, dificuldade de respirar, entre outros (33%) e também destacam-se os relatos de danos relacionados à saúde mental e emocional, como sentimentos de preocupação, sofrimento, angústia (38%) associados principalmente a insegurança quanto a manutenção da estrutura social e financeira das comunidades (42,8%).

Houveram uma série de articulações das comunidades, colônias e associações com diferentes atores voluntários e instituições públicas, como universidades, por exemplo (61,9%). Menciona-se o recebimento de doações de cestas básicas e a organização das comunidades para dividir as doações das cestas e dos materiais de limpeza (19,04%). Mesmo estando cadastrados, a maioria acusa não ter recebido o auxílio emergencial (28,57%).

O tema que mais aparece nos mapas integra a importância e as dificuldades das iniciativas de contenção e limpeza comunitárias (76,2%). Há uma preocupação evidente com a conservação dos manguezais e estuários (42,8%).

Gráfico 6. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da Foz do Rio Itapicuru e entorno - Bahia.



DESTAQUES GERAIS:

Organização para reivindicar o auxílio e cestas básicas; busca de alternativas de renda para os pescadores; união comunitária; contenção e limpeza comunitária; mobilização por direitos; insegurança sobre a estrutura social e financeira das comunidades; preocupação e cuidados ambientais; insegurança alimentar.



A NOSSA UNIÃO FEZ A FORÇA!

LUTA, FORÇA E SUOR NA LIMPEZA DO PETRÓLEO NAS COMUNIDADES

APA Litoral Norte da Bahia
Mapa Biorregional 3/3 sobre o Entendimento do Petróleo de 2019
pelas pescadoras e pescadores da APA Litoral Norte da Bahia.
Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de
Outubro de 2021.

AUTORES
Pescadoras e Pescadores das Comunidades de Siribinha,
Poças e Sempre-Viva - Conde/BA.

LUTA, FORÇA E SUOR NA LIMPEZA DO ÓLEO NAS COMUNIDADES

Quando esse petróleo chegou aqui não imaginávamos que a quantidade seria tanta, a ponto de nos impossibilitar de pescar e de vender. Em Siribinha e em Poças, esperamos por uns 3, 4 dias algum órgão do governo vir limpar, como demonstraram de chegar, fomos nós mesmos que fomos limpar. Quando chegou o óleo, a gente não sabia como lidar com isso, como limpar a praia, mas fomos assim mesmo. Era muito difícil, porque quando o petróleo entrava em contato com o sol, derretia nas pedras. Fazíamos a limpeza todos os dias sozinho ou em pequenos grupos de pessoas da mesma família, depois outras pessoas viam e iam se juntando para limpar a praia. Como disse o pai de um menino de 10 anos: "Uma vez, eu e meu irmão fomos os beneficiados e os outros acompanharam. Só paramos quando lemmhou". Nós, dos grupos de Poças, usávamos nosso próprio material durante a limpeza do petróleo. Para tirar o petróleo da areia e das pedras, usávamos gadanho (ferramenta que usamos para separar o petróleo da areia), pá e cothor de pedreiro; já para castigar usávamos nossos materiais e ferramentas. Quando o óleo chegou, a gente usou de mão, caxias e cestos. Poucas pessoas usavam luvas e botas, nem todo mundo tinha esses materiais de proteção, então a maioria lá de sandália mesmo ou descalços. Quem mais nos ajudou foram 3 pesquisadores da UFBA, que tinham um projeto de pesquisa aqui, tirando o petróleo com a gente, doando materiais para a limpeza e orientando como limpar.

POVOADO DE POÇAS COM A MÃO NO ÓLEO

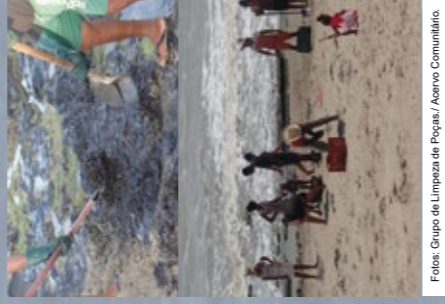
Em Poças, o petróleo chegou na nossa praia e entre as pedras. Quando os bombeiros vieram da Bahia vieram com o óleo e a gente não sabia como lidar com isso, como limpar a praia, mas fomos assim mesmo. Era muito difícil, porque quando o petróleo entrava em contato com o sol, derretia nas pedras. Fazíamos a limpeza todos os dias sozinho ou em pequenos grupos de pessoas da mesma família, depois outras pessoas viam e iam se juntando para limpar a praia. Como disse o pai de um menino de 10 anos: "Uma vez, eu e meu irmão fomos os beneficiados e os outros acompanharam. Só paramos quando lemmhou". Nós, dos grupos de Poças, usávamos nosso próprio material durante a limpeza do petróleo. Para tirar o petróleo da areia e das pedras, usávamos gadanho (ferramenta que usamos para separar o petróleo da areia), pá e cothor de pedreiro; já para castigar usávamos nossos materiais e ferramentas. Quando o óleo chegou, a gente usou de mão, caxias e cestos. Poucas pessoas usavam luvas e botas, nem todo mundo tinha esses materiais de proteção, então a maioria lá de sandália mesmo ou descalços. Quem mais nos ajudou foram 3 pesquisadores da UFBA, que tinham um projeto de pesquisa aqui, tirando o petróleo com a gente, doando materiais para a limpeza e orientando como limpar.

DIFICULDADES NA LIMPEZA: SIRIBINHA NA AÇÃO!

Aqui em Siribinha, o petróleo chegou na praia, em parte do mangue e na boca da Barra do Rio Itapicuru, na margem direita da foz, que é um mangue. Quando chegou o óleo, a gente não sabia como lidar com isso, como limpar a praia, mas fomos assim mesmo. Era muito difícil, porque quando o petróleo entrava em contato com o sol, derretia nas pedras. Fazíamos a limpeza todos os dias sozinho ou em pequenos grupos de pessoas da mesma família, depois outras pessoas viam e iam se juntando para limpar a praia. Como disse o pai de um menino de 10 anos: "Uma vez, eu e meu irmão fomos os beneficiados e os outros acompanharam. Só paramos quando lemmhou". Nós, dos grupos de Poças, usávamos nosso próprio material durante a limpeza do petróleo. Para tirar o petróleo da areia e das pedras, usávamos gadanho (ferramenta que usamos para separar o petróleo da areia), pá e cothor de pedreiro; já para castigar usávamos nossos materiais e ferramentas. Quando o óleo chegou, a gente usou de mão, caxias e cestos. Poucas pessoas usavam luvas e botas, nem todo mundo tinha esses materiais de proteção, então a maioria lá de sandália mesmo ou descalços. Quem mais nos ajudou foram 3 pesquisadores da UFBA, que tinham um projeto de pesquisa aqui, tirando o petróleo com a gente, doando materiais para a limpeza e orientando como limpar.



Foto: Acervo Comunitário



Fotos: Grupo de Limpeza de Poças / Acervo Comunitário.



Foto: Grupo de Limpeza de Siribinha / Acervo Comunitário.



Foto: Grupo de Limpeza de Siribinha / Acervo Comunitário



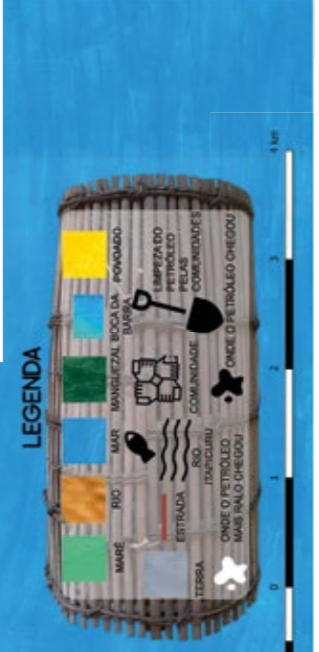
SÃO NOSSOS DIREITOS: PREFEITURA, FAÇA MAIS POR NÓS!

A prefeitura não convocou nenhuma reunião para sermos comunicados e orientados sobre como lidar com o petróleo. Apenas quando já chegou o óleo que fomos convocados para fazer a limpeza. Nós, do grupo de Poças, fomos convocados para fazer a limpeza da praia de Siribinha, em Conde, no dia 09 de Novembro de 2021.

Foto: Facebook Prefeitura de Conde-Bahia. Neste sábado (09) foram retirados cerca de 8 toneladas de óleo da Praia de Siribinha pelos grupos de limpeza das comunidades de Siribinha, Poças e Sempre-Viva, em Conde/BA. Acesso em: 25 de Novembro de 2021.

COMO CONSEGUIR AJUDAR SEM AJUDA?

Muitas pessoas das comunidades não quiseram participar da limpeza, por não querer trabalhar sem uma ajuda de custo, mesmo sendo para a melhoria da comunidade. Porque muitos de nós já estávamos desistindo, como alimentação, roupa, higiene, não tinham roupas, luvas e botas suficientes para a proteção de todo mundo durante a limpeza do petróleo. No Buri, onde não chegou muito petróleo, quem não participava da limpeza ficava ali, perguntando a todos que vinham da limpeza se o petróleo estava entrando mais no rio Itapicuru e chegando próximo da comunidade.



Fonte: UFPA



Escala: 1:20000
Datum: WGS84

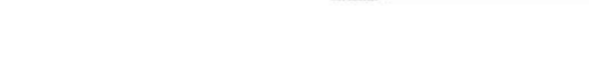
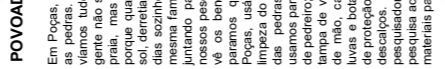


Foto: Acervo Comunitário



Fotos: Grupo de Limpeza de Poças / Acervo Comunitário.

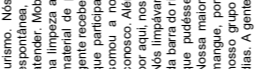


Foto: Grupo de Limpeza de Siribinha / Acervo Comunitário.



Foto: Grupo de Limpeza de Siribinha / Acervo Comunitário

A COLÔNIA Z-31 EM AÇÃO NA LUTA CONTRA O ÓLEO

Quando o petróleo invadiu nossa praia em grandes quantidades, ficamos sem saber o que fazer, não tinha ninguém para nos orientar. Alguns pescadores iam com a Colônia Z-31, tomamos alguma providência. Por meio do grupo de WhatsApp da colônia, os pescadores foram avisados que aconteceria a limpeza da praia de Siribinha, em Conde, no dia 09 de Novembro de 2021. A limpeza aconteceu principalmente no Sítio do Conde. O grupo de limpeza que ficou em Sítio do Conde começou com poucas pessoas e depois foi aparecendo mais gente, chegando a ter mais ou menos 40 pessoas. Sendo formado por pescadores do próprio Sítio, Poças, Siribinha, Cobo e do Buri. Passamos mais de um mês indo à praia e em uma parte do mangue para tirar o petróleo em dias alternados. Mas não deu jeito, porque até hoje, no final de 2021, ainda encontramos o petróleo em alguns pontos aqui da praia onde a areia cobriu ou que se perdeu por dentro do manguezal.

RESPEITEM O POVO! SEM APOIO E SEM RESPOSTAS.

O Exército, o Corpo de Bombeiros e o IBAMA vieram aqui nas comunidades. O Exército fez a limpeza na praia de Siribinha. Em uma postagem do dia 8 de novembro no Facebook a prefeitura de Conde, informou que ia retirar o petróleo nas praias entre Poças e Siribinha, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento - SEMMADE. Foram convocados 70 bombeiros do Exército. Mas a gente não viu eles indo limpar em Poças, só passando por lá e, ainda assim, foram bem menos de 70 homens. Já o Corpo de Bombeiros atuou em Poças. Em uma postagem feita no dia 9 de novembro, é informando na legenda que o Corpo de Bombeiros iria voltar a limpar as praias de Siribinha, mas não vimos eles fazendo isso. A gente sente que os órgãos públicos deram mais atenção às regiões mais turísticas, porque acreditam que o turismo gera mais renda, mas na verdade a pesca é tão importante quanto o turismo. Mas aqui os dois estão interligados e o turismo depende da pesca.

Foto: Prefeitura de Conde - Bahia. Prefeitura Municipal de Conde e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMMADE juntamente com o Exército Brasileiro, no dia 08 de Novembro de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/prefeituracondedebahia/posts/92226261826833/. Acesso em: 25 de Outubro de 2021.
Facebook Prefeitura de Conde - Bahia. @prefeitura31, with @ex_1909... Nessas imagens seguem firme atuando no enfrentamento ao torço de petróleo no litoral baiano... 09 de Novembro de 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/prefeituracondedebahia/posts/92226261826833/. Acesso em: 25 de Outubro de 2021.



Foto: Retirada de resíduos de óleo pela Prefeitura de Conde. Facebook da Prefeitura de Conde-Bahia.



Foto: Equipe de Corpo de Bombeiros Militar da Bahia atuando em Conde. Página no Facebook da Prefeitura de Conde-Bahia

BAHIA: NORDESTE DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

Na região Nordeste da Baía de Todos os Santos, na Bahia, 6 mapas explanaram impactos indiretos do derrame, dado que o petróleo não chegou diretamente à localidade mas impactou principalmente a comercialização dos pescados. Destacam-se a mobilização e o clamor dos pescadores e pescadoras pelos seus direitos; o sofrimento de uma localidade que já foi impactada por diversos tipos de crimes ambientais; e o adoecimento e ao mesmo tempo resistência e resiliência das comunidades frente aos grandes empreendimentos industriais.

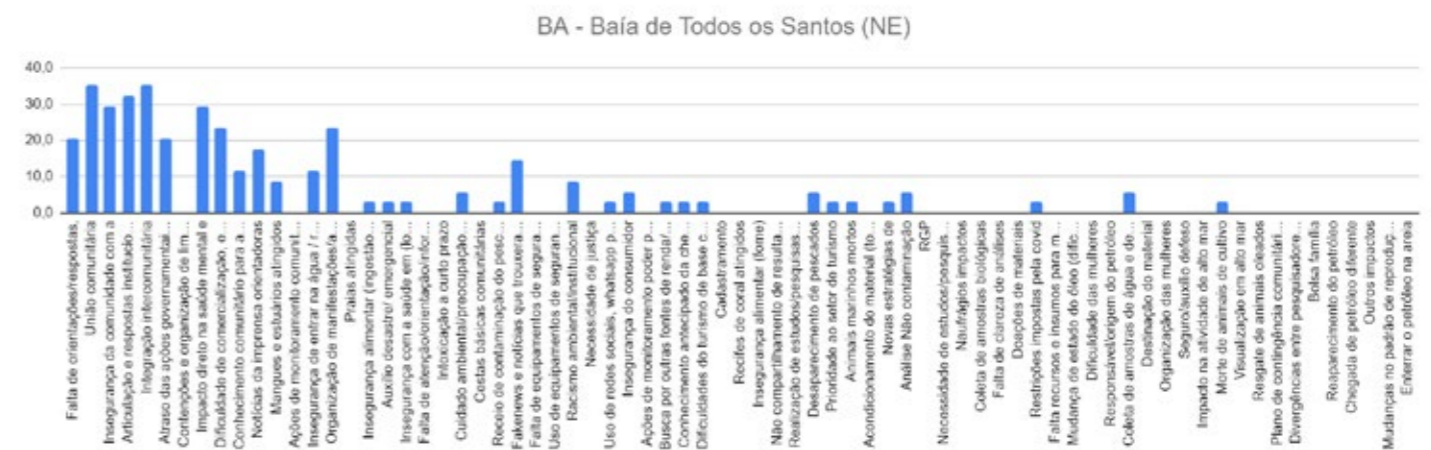
São mencionadas uma série de dificuldades associadas à venda de pescados e mariscos para diferentes consumidores (23,5%). Mesmo os pescados e mariscos estocados antes do derrame tiveram baixa aceitação por comerciantes, empreendimentos e turistas, visto que, a mídia noticiava que a contaminação era generalizada (14,7%). A diminuição das vendas e desvalorização refletiu diretamente na manutenção da estrutura social e financeira das comunidades (29,41%). Há relatos de insegurança alimentar e de endividamentos por conta das dificuldades de comercialização da pesca. Depois de articulações e mobilizações junto ao MPP, Bahia Pesca e secretarias, relata-se a implementação de estratégias de troca de mantimentos com outras comunidades e apoio no transporte de mariscos de uma região para outras (2,94%).

Sobre o derrame de 2019 as comunidades se mostram resistentes e resilientes, visto que já enfrentam uma luta por sua permanência e sobrevivência em um território onde há disputas e conflitos junto ao setor de óleo e gás. A união comunitária (35,3%) e o conhecimento para ações de enfrentamento (12%) fica evidenciado através das menções de propostas de gestão e consciência dos impactos do petróleo e da indústria de óleo e gás.

São mencionadas a estruturação e participação das comunidades da Baía de Todos os Santos junto a outras comunidades pesqueiras em manifestações, protestos e espaços políticos de debate, resoluções e decisões sobre o derrame como forma de fortalecer os movimentos dos pescadores para garantir direitos, recursos e assistência (23,52%). O direito ao auxílio emergencial, a desconfiança com o processo de cadastramento e o pagamento de forma não homogênea para as comunidades aparece em um dos relatos (2,94%).

Dado o advento da pandemia da COVID-19, foram relatadas novamente dificuldades nas vendas e mais uma vez os pescados e mariscos ficaram estocados (2,94%).

Gráfico 7. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas do Nordeste da Baía de Todos os Santos - Bahia.



DESTAQUES GERAIS:

Comunidades muito resilientes; união comunitária e união intercomunitária; conhecimento comunitário para as ações; advento da pandemia (enfrentamento e impactos); reivindicação de direitos e auxílio; desenvolvimento de estratégias para comercialização.

PESCADORES NA RESISTÊNCIA!

ENFRENTANDO O DERRAMAMENTO DO PETRÓLEO DE 2019 – Parte 1

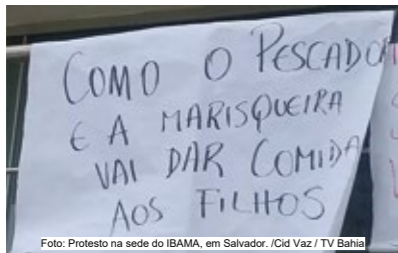


Foto: Protesto na sede do IBAMA, em Salvador. /Cid Vaz / TV Bahia

O ÓLEO NÃO CHEGOU, MESMO ASSIM AS DIFICULDADES DAS VENDAS AUMENTARAM!

Quando o petróleo de 2019 apareceu na Bahia sofremos bastante por causa da queda nas vendas, mesmo o óleo não chegando aqui. Estávamos em um período de maré grande, nessa época a maré fica muito baixa, as corais ficam bem secos e conseguimos marcar tanto nas corais quanto nos manguezais, por isso produzimos mais mariscos. Nós esperamos ao longo do ano essas marés chegarem, porque durante os períodos de maré pequena, a maré está mais alta e só conseguimos marcar nos manguezais. Além disso, era final de ano, chegando o verão, época em que recebemos e vendemos bastante para os turistas. Mas foi tudo perdido porque mesmo tendo a chance de pegar muitos mariscos não conseguimos vender, então não fomos mais marcar e nem pescar.

As pessoas não queriam comprar os nossos pescados e mariscos por medo de consumir e passar mal, já que não sabiam as substâncias do petróleo. Isso aconteceu até com os mariscos que já tínhamos pescado antes do petróleo, mesmo tendo uma declaração afirmando que foi pegado antes. Não conseguimos vender nem mesmo argumentando que o petróleo não tinha chegado aqui, por causa das notícias divulgadas pelas televisões e internet de que o pescado estaria contaminado, como contamos no quadro "ENFRENTAMENTO AO RACISMO DA MÍDIA".

Então, como as pessoas não queriam mais consumir os pescados e mariscos, os restaurantes pararam de comprar conosco, fomos para as feiras e voltávamos com quase tudo sem vender. Os bares, restaurantes e as mulheres que vendiam moquecas nas portas de casa não conseguiam mais vender. Havia comunidades que os mariscos e pescados ficaram estocados na geladeira por um bom tempo, mesmo correndo o risco de ficarem ruins. Algumas poucas pessoas do Rio do Cunha ainda conseguiram vender os mariscos e peixes estocados para pessoas de dentro da comunidade, principalmente para os restaurantes onde os donos sabiam que não tinha risco de contaminação, mas ainda assim era bem difícil. Acabamos consumindo quase tudo o que pescamos e mariscamos e passamos por muitas dificuldades, principalmente financeiras. Teve gente que não tinha dinheiro para pagar o gás, a água e a luz porque o alimento que pescamos do mar é repartido para a gente comer e vender, se não conseguimos vender o nosso pescado a gente passa por muita necessidade.

Fonte: Foto do protesto retrada do Portal G1 Bahia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bahia/noticia/2019/10/22/apoi-protesto-por-causa-de-manchas-de-oleo-reuniao-em-mercado-e-grupo-desocupa-sede-do-ibama-em-salvador-gfmh>>. Acesso em: 22 de Setembro de 2021 às 12:32



g1 BAHIA

Manchas de óleo que atingem litoral do Nordeste chegam na Bahia

Estado era o único da região que ainda não tinha sido afetado. Segundo Projeto Tamar, há contaminação em ao menos seis pontos.

Por G1 BA
04/10/2019 09:36. Atualizado há 2 anos

Foto: Manchete do Portal G1 com a lista das praias que foram atingidas pelo petróleo de 2019.

COMO FICAMOS SABENDO

A notícia sobre o derramamento de petróleo chegou de forma diferente para cada um de nós. Alguns ficaram sabendo antes mesmo de chegar à Salvador, no mês de setembro de 2019, através de notícias que saíram nas mídias e do contato com lideranças das comunidades pesqueiras de Pernambuco e Ceará que estavam aqui fazendo um intercâmbio. Já outras pessoas ficaram sabendo só quando o petróleo chegou na Bahia no mês de outubro, quando a notícia se espalhou através dos grupos de WhatsApp daqui das comunidades. Assim que a gente soube do derramamento do petróleo de 2019 ficamos assustados e preocupados. Todos nós que vivemos nas comunidades seríamos prejudicado direta ou indiretamente, pois isso afeta os nossos trabalhos e nosso modo de vida. Nós preocupávamos com nossas crianças, porque quem é adulto aguenta muita coisa. A gente tinha medo de continuar aparecendo petróleo, não sabíamos até quando isso iria durar. Quem vive da pesca sabia que teria dificuldades de vender seus peixes e mariscos, como disse uma das marisqueiras aqui da comunidade "a preocupação da gente era dizer que todo mundo ia morrer de fome, porque a gente vive mesmo é da pesca".

FONTES: Lista de praias atingidas pelas manchas de óleo no litoral. Portal de notícias G1. 08 de Outubro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/08/lista-de-praias-atingidas-pelas-manchas-de-oleo-no-nordeste-gfmh>>. Acesso em 15/09/2021 às 10:59
DANTAS, Carolina OLIVEIRA, Erika MANZANO, Fátima e FIGUEIREDO, Patrícia. Óleo no Nordeste: veja a evolução das manchas e quando ocorreu o pico do desastre que completa 2 meses. Portal de notícias G1. 08 de Outubro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/10/08/oleo-no-nordeste-veja-a-evolucao-das-manchas-e-quando-ocorreu-o-pico-do-desastre-que-completa-2-meses-gfmh>>. Acesso em 15/09/2021 às 11:13

LEGENDA

| | |
|-----------------|-------------|
| MAR | RIO |
| MANGUE | COMUNIDADES |
| NATUREZA | INDÚSTRIA |
| COROA | INDÚSTRIA |
| COROA DE PEDRAS | PORTO |
| | ESTRADA |

g1 BAHIA

Pescados do litoral baiano não foram contaminados por manchas de óleo, aponta Bahia Pesca

Trabalho foi feito por técnicos de órgão em 22 pontos de coleta em áreas costeiras, no início de outubro. Resultado foi divulgado nesta quarta-feira (27).

Foto: Manchete do Portal G1 sobre resultados da pesquisa feita pela Bahia Pesca

Bahia Pesca SEAGRO Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agroindústria

Manchas
Contaminada ou não
Pescado não foi contaminado com substâncias do petróleo

A Bahia Pesca realizou a análise dos pescados coletados entre as cidades de Cruz e São João, dirigidas para manchas de óleo que atingiram o litoral baiano em outubro de 2019. Segundo o órgão, o trabalho foi realizado em 22 pontos de coleta em áreas costeiras, no início de outubro. O resultado da análise foi divulgado nesta quarta-feira (27).

De acordo com o órgão, o trabalho foi realizado em 22 pontos de coleta em áreas costeiras, no início de outubro de 2019. O resultado da análise foi divulgado nesta quarta-feira (27).

Foto: Resultado da pesquisa realizada pela Bahia Pesca sobre a contaminação dos pescados pelo petróleo em 2019

ENFRENTAMENTO AO RACISMO DA MÍDIA

A primeira nota da Bahia Pesca e da Prefeitura que dizia que os pescados estavam contaminados causou um alarde e ninguém mais comprava nossos produtos. Essas notícias, principalmente as falsas, foram desesperadoras para nós, ainda mais para quem só possui a pesca como meio de sobrevivência. E é sempre assim, têm vezes que a mídia ajuda e têm vezes que atrapalha, depende do modo como ela passa as informações. É a palavra dela contra a nossa e as pessoas acreditam mais na mídia. Só depois de um tempo que a mídia começou a falar e publicar que os pescados não estavam contaminados. O portal de notícias do G1 publicou uma matéria em novembro de 2019, com os resultados de pesquisas da Bahia Pesca e logo apagou a primeira nota que emitiu pouco tempo atrás sobre a falsa contaminação. Seguiram como se nunca tivessem postado nada.

A gente percebe que qualquer notícia sobre contaminação de peixe e marisco é motivo das pessoas parearem de consumi-los por medo. Um outro exemplo disso foi quando vários jornais e sites, como o G1, Correios, UOL, divulgaram sobre alguns casos da doença de Haif no final de 2020, que fez com que as pessoas parassem de comprar peixes e mariscos conosco. É a mesma coisa quando vamos para a luta, tem mobilizações que a mídia distorce o que estamos falando e não repassa o que está ocorrendo corretamente. Isso nos prejudica demais. Como foi o caso da explosão do navio Golden Miller em 2013, no Porto de Aratu, em que eles divulgaram que não havia atingido toda a ilha, só as comunidades mais próximas, sendo que toda a ilha foi atingida, como demonstrado nos Mapeamentos Biorregionais: "Explosão e vazamento do Navio Golden Miller/ Porto de Aratu: Impactos ambientais no território pesqueiro das comunidades de Ilha de Maré", e "Explosão e vazamento no Porto de Aratu: Pânico e sofrimento nas comunidades de Ilha de Maré", feitos em dezembro de 2013 (Rêgo, 2018). E agora com a internet e aplicativos as notícias se espalham ainda mais rápido, mesmo que sejam falsas, e nos afeta ainda mais. A mídia só consegue nos ajudar quando divulga de forma correta o que está acontecendo e não distorce o que falamos.

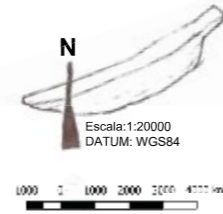


Foto: Refinaria Landulpho Alves/ Revista Ecológico

MAIS UM DE TANTOS DESASTRES QUE ENFRENTAMOS

Os impactos do petróleo de 2019 e os tantos outros desastres com petróleo que aconteceram aqui, como contamos nos mapas "OS IMPACTOS E O SOFRIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS CONTINUAM" e "AS EMPRESAS COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS NÓS PESCADORES COMBINAMOS DE NÃO MORRER", foram quase todos iguais para nós, porque no fim sempre somos prejudicados. Quando o petróleo atinge nossas corais e nosso manguezal, que é o berçário para muitas espécies marinhas, afeta a reprodução dos peixes e mariscos, além de provocar a morte deles. Além disso, as dragagens no Porto de Aratu já destruíram das nossas corais o equivalente ao tamanho de dois campos de futebol, matando todas as espécies que estão nelas. Isso enfraquece a nossa cadeia produtiva. Todos esses desastres nos prejudicaram, pois ficamos sem poder pescar e vender e ainda agride o meio ambiente.

Fonte: Foto da Refinaria Landulpho Alves retrada da Revista Ecológico. Disponível em: <<http://revistaecologico.com.br/revista/edicoes-anteriores/edicao-115/maneja-de-morte-no-petroleo>>. Acesso em 22 de Setembro de 2021 às 13:02



MANCHAS DE SOFRIMENTO

UMA ANÁLISE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

FICHA TÉCNICA

Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Mestrado em Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapeamentos Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do projeto/tese de doutorado "Petróleo e Comunidade: Impactos Ambientais e Sociais em Comunidades Artesanais de Pesca no Nordeste Brasileiro" (Provanon CMH 405834/2024-1), vinculada à Ação Emergencial ao Combate do Derramamento de Óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

PESCADORES NA RESISTÊNCIA!

ENFRENTANDO O DERRAMAMENTO DO PETRÓLEO DE 2019 – Parte 2



Foto: Mobilização no IBAMA/Roberta Viana / Socção News

MOBILIZAÇÕES DOS PESCADORES POR DIREITOS

Em 2019 fizemos muitas mobilizações, precisávamos lutar pelos nossos direitos. Os Órgãos Públicos, como o IBAMA, só davam prioridade para as comunidades que foram atingidas diretamente pelo petróleo, mesmo a gente falando que estávamos sendo afetados. Nos reunimos com outras comunidade do litoral do Nordeste que também foram atingidos pelo petróleo e com nossos apoiadores no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia – UFBA, onde conversamos sobre o que estava ocorrendo e o que íamos fazer. Foi decidido que íamos realizar a primeira ocupação no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, já que a gente não estava tendo visibilidade. Depois de muito tempo no IBAMA, de muito gritar, eles resolveram se reunir com as lideranças para conversar e, no fim, foi marcado uma reunião no dia 24/10/2019, e também fazer uma análise da água e do petróleo. Depois dessa ocupação fizemos muitas outras mobilizações, como no INCRA, na colônia de pescadores do Rio Vermelho, no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, em Brasília e outras que contamos na linha do tempo "A UNIÃO QUILOMBOLA FAZ A FORÇA: PESCADORES NA LUTA E NA RESISTÊNCIA".

Fonte: Foto da mobilização no IBAMA retirada do site Socção News. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/principal/salvador/24948-grupo-de-pescadores-ivai-bele-do-ibama-em-protesto-a-oleo-nao-gras-da-bahia-veja-video.html>. Acesso em 27 de Agosto de 2021 às 10:23

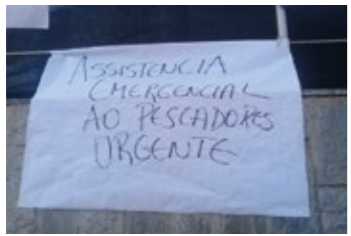


Foto: Protesto na sede do IBAMA, em Salvador/ Cid Vaz / TV Bahia

AUXÍLIO NÃO ATENDEU AOS DIREITOS DE TODOS OS PESCADORES E AS PESCADORAS

No final de 2019, após as manifestações que fizemos nas sedes do IBAMA e INCRA, nos meses de Outubro e Novembro, ficou decidido que a Bahia Pesca iria realizar um levantamento dos pescadores e marisqueiras aqui em ilha de Maré para saber quem estava inscrito no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Saíu até no site da Bahia Pesca, no dia 05 de novembro de 2019, que eles estavam fazendo o levantamento dos pescadores afetados e o cadastrando para levar ao MAPA, para que o Governo Federal pudesse desenvolver políticas compensatórias emergenciais. Então, nós acreditávamos que seria para o recebimento do auxílio emergencial do petróleo, direito conquistado dias depois através da Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019, sendo duas parcelas no valor de um salário mínimo cada, ou seja R\$998,00, disponibilizado nos meses de Novembro e Dezembro para quem estava com o Registro Geral da Pesca - RGP ativo. A Bahia Pesca levou 15 dias aqui realizando esse cadastramento, no entanto, a vinda deles gerou várias informações distintas, causando medo em algumas pessoas. Por fim, nem todos os pescadores e marisqueiras tiveram acesso a esse auxílio. Inicialmente foi dito que para ter esse auxílio era preciso não estar recebendo nenhum outro pagamento do governo e só os pescadores com o RGP ativo iriam receber, e isso aqui nas comunidades é uma minoria, pois nem todos possuem a carteira ou tiveram suas carteiras canceladas. Esse problema é tão antigo, que desde 2013 não se faz mais carteira de pesca no Brasil, e mesmo fazendo o cadastro na colônia e levando para o antigo Ministério da Pesca o sistema não finalizava o cadastro. Nisso mais de 500 mil pescadores no Brasil tiveram suas carteiras de pesca canceladas e suspensas por conta do sistema deles. Em 24 de novembro de 2016 o portal de notícias do Conselho Indigenista Missionário registrou um ato no Ministério da Agricultura, realizado por povos indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, e eles já denunciavam que muitos pescadores e pescadoras já estavam há 4 anos sem os RGPs em mãos, e consequentemente sem o direito de receber o Recurso do Seguro Defeso e outros direitos previdenciários.

Depois de quase três meses de muita luta, o auxílio foi disponibilizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca, mas ainda assim ele não atendeu às nossas necessidades! Então, entendemos que esse auxílio não teve nada a ver com a Bahia Pesca, e que a vinda deles aqui foi somente para saber o número exato de pescadores em cada comunidade da Baía de Todos os Santos, e não para saber quem estava apto para receber o auxílio. Quanto a comunidade do rio da Cunha, só foi contemplado quem tinha o cadastro feito em ilha de Maré, os outros não receberam e nem participaram do levantamento.

FONTE: MICTTO, Thiago e SANTANA, Renato. Povos e comunidades tradicionais fazem ato no Ministério da Agricultura depois de marcha. Conselho Indígena Missionário, 24 de novembro de 2016 Disponível em: <https://icim.org.br/2016/11/24/90787>. Acesso em 22 de Setembro de 2021 às 11:16
Bahia Pesca cadastro pescadores e marisqueiras afetados pelo óleo. Bahia Pesca, 05 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.bahiapescas.ba.gov.br/2019/11/05/7Bahia-Pesca-cadastro-pescadores-e-marisqueiras-afetados-pelo-oleo.html>. Acesso em: 05/10/2021 às 09:48
BRASIL. Medida Provisória nº 908, de 28 de novembro de 2019. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/019/2019008.htm>. Acesso em: 05 de Outubro de 2021 às 10:00
Foto do protesto retirada do Portal G1 Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2019/10/22/apos-protesto-por-causa-de-manchas-de-oleo-reuniao-e-marcada-a-e-grupo-desocupa-sede-do-ibama-em-salvador-grfm.html>. Acesso em: 22 de Setembro de 2021 às 12:32



Fotos : Mariscos e peixes/ Acevco Comunitário

SEM APOIO DO GOVERNO, MAS APOIADOS POR OUTROS MOVIMENTOS

Depois de muitas lutas e mobilizações das nossas comunidades e do Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP, o Governo do Estado junto com a Bahia Pesca nos mandou fazer um levantamento nas comunidades dos mariscos que não estávamos conseguindo vender nas feiras livres e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia – SEPROMI e Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – SEMUL fizeram um acordo conosco para comprar nossos mariscos. Nós fizemos esse levantamento, mas eles não cumpriram o acordo. Então, o que conseguimos fazer enquanto movimento de pescadora e pescador foi organizar a troca dos pescados e mariscos entre as comunidades do recôncavo baiano e com a região metropolitana, trocando os nossos produtos por inhame, farinha, alipim, feijão e outros alimentos. E a Bahia Pesca só emprestou o caminhão frigorífico para levar o marisco. Tivemos também que baixar o preço do pescado e vender por um preço que não era justo, mas foi preciso para não ficarmos com o estoque velho.



Fotos: Acevco comunitário

Norte da Baía de Todos os Santos
Mapa Biorregional 2/6 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Norte da Baía de Todos os Santos.
Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Outubro e Novembro de 2021.
AUTORES
Pescadoras e Pescadores das Comunidades de Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Major e Maracanã, Ilha de Maré - Salvador/BA e Comunidade do Rio da Cunha, Passé - Candeias/BA.



Pandemia agrava situação de pescadores afetados pelo vazamento de óleo no Nordeste

Organizações não governamentais de Resumam atuação para resgatar dados e impactos do vazamento de óleo no Nordeste
Danielle Dantas
Brasil de Fato | Salvador | 02 | 11 de Novembro de 2021 às 08:33
Foto: Manchete do jornal Brasil de Fato sobre a dificuldade de vendas de pescadores afetados pelo vazamento do petróleo em 2019

PANDEMIA NÃO DEU CHANCE DE RECUPERAÇÃO

Demoramos bastante tempo até conseguirmos voltar a vender, entre 5 e 6 meses, e ainda assim tínhamos que vender bem barato. Por exemplo, o catado, que é o sirri, caranguejo e aratu, de 30 reais o quilo diminuímos para 20 reais. Parece pouco, mas 10 reais de perda já é preocupante para a gente. Então chegou 2020 e quando as vendas começaram a normalizar as feiras e restaurantes começaram a fechar devido a pandemia da COVID-19, e tivemos novamente dificuldades nas vendas, porque vendemos principalmente nesses lugares, e mais uma vez os nossos pescados e mariscos ficaram estocados. No início diminuímos o valor do pescado, mas agora estamos aumentando por causa da escassez dos pescados, então temos que ir mais longe para mariscar. Ainda que fosse mais difícil de vender, teve pessoas que conseguiram comercializar seus pescados e mariscos por meio de encomendas dos mais próximos e de clientes mais amigos, seguindo os cuidados necessários por conta da pandemia. E para não perder a gente também consumia e dava para parentes e vizinhos. As dificuldades que enfrentamos junto a outras comunidades do Recôncavo Baiano, sobre as vendas dos peixes e mariscos em 2019 e 2020, foram publicadas em uma matéria do jornal Brasil de Fato em 11 de Novembro de 2020.

FONTE: GAMA, Danielle de. Pandemia agrava situação de pescadores afetados pelo vazamento de óleo no Nordeste. Brasil de Fato - Uma visão popular do Brasil e do Mundo, 11 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/pandemia-agrava-situacao-de-pescadores-afetados-pelo-vazamento-de-oleo-no-nordeste>. Acesso em 22 de Setembro de 2021 às 12:28



Foto: Nota da Bahia Pesca sobre o cadastro de pescadores e marisqueiras afetados pelo petróleo em 2019



OS IMPACTOS E O SOFRIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS CONTINUAM – Parte 1



Foto: Vazamento no Rio São Paulo em 2018/ Blog Candeias – Bahia

POLUIÇÃO DO RIO SÃO PAULO

O rio São Paulo está poluído por conta dos produtos que são jogados pelas empresas que estão ao seu redor. Ao visitar o rio é possível ver logo os dois tubos da empresa responsável por fazer o descarte desses produtos. Em frente a esse rio, na comunidade do rio do Cunha, em Candeias, existia uma região de grande potência e representatividade para a pesca. Desde a chegada dessas indústrias na região, os rios, o mangue, os diversos tipos de pescados e a nossa vida não são mais como antes.

No rio São Paulo há vários braços, que são os afluentes, e um desses braços chamamos de rio São Paulinho. Dentre tantos impactos que já sofremos, um que nos marca bastante é o que ocorreu em 2009 no rio São Paulinho, como contamos no quadro “PROQUIGEL S.A 2009”. Os dutos que passam pelo rio liberaram um produto tóxico que matou toneladas de peixes, uma caçamba lotada de peixes mortos saiu daqui. Um exemplo de como isso foi grave, é que na região, antes desse impacto, a gente via muito o robalo, que depois disso diminuiu a quantidade. Até hoje temos muitas dificuldades econômicas, que mudaram o estilo de vida da comunidade, seja no sentido financeiro como também de saúde.

Fonte: Fotos do vazamento no Rio São Paulo retradas do blog Candeias – Bahia. Disponível em: < <https://www.candeiasbahia.net/prio-sao-paulinho.html> >. Acesso em: 30 de Outubro de 2021 às 09:47



Foto: Vazamento no Rio São Paulo em 2018/ Blog Candeias



Foto: Refinaria Landulpho Alves/ Site USP

REFINARIA LANDULPHO ALVES - 2009

No ano de 2009, de abril a agosto sofremos com diversos impactos diferentes. Tivemos problemas causados por três indústrias. O navio da Transpetro transbordou na refinaria Landulpho Alves e o fundo da Baía de Todos os Santos ficou preto. No dia 14 de abril de 2009 a gente conviveu com o vazamento de petróleo na refinaria que afetou principalmente a praia de Calpe, em São Francisco do Conde. Então, nós nos unimos e mobilizamos para ocupar uma balsa da Petrobras como contamos no quadro “OCUPAÇÃO DA BALSA - 2009”. Essa refinaria também vem nos afetando de muitas formas. O duto dela, descarta um produto nocivo de várias cores, como abóbora e preto. Tem um lugar onde pescamos na foz do rio Mataripe, em frente a ela na Tapilanga Mirim, que chamamos de Lama Podre. A gente deu esse nome justamente porque os produtos descartados lá apodreceram a lama, já vimos até sair fumaça da lama. As vezes a água fica tão quente que os mariscos morrem. Além dos problemas com a poluição do ar e do mar principalmente nos lugares onde a gente pesca, RÉGO (2018) relata na sua pesquisa aqui em Ilha de Maré que o abandono das estruturas em desuso da Refinaria e a falta de sinalização dos equipamentos em terra e água podem causar acidentes para a gente que mora na região, pois a Petrobras deveria vir na comunidade explicar porque abandonou a ponte e o poço. O que faremos se acontecer um acidente, a gente procura quem? A comunidade precisa ser informada do que aconteceu.

Fonte: RÉGO, Jussara Cristina Vasconcelos. Ilha de Maré vista de dentro: um olhar a partir da comunidade de Bananeiras/Salvador-Ba. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 321. Dezembro de 2018.



Foto: Lama Podre em frente a Refinaria Landulpho Alves (Rêgo, 2018)



Foto: Acervo Comunitário



Foto: Manchete do jornal Correio* sobre a ocupação da balsa da Petrobras em 2009

Ocupação de balsa – 2009

Em 2009 tivemos muitos desastres com petróleo nas nossas comunidades e nas comunidades próximas da gente. No vazamento de petróleo da refinaria Landulpho Alves em abril de 2009, eles disseram que não estava derramando petróleo no mangue, mesmo as balsas deles entrando no mangue para fazer a coleta. Então nós nos mobilizamos, reunimos as comunidades daqui de Ilha de Maré, rio do Cunha, São Francisco do Conde, Madre de Deus e outras, ocupamos uma das balsas da Petrobras para dar visibilidade ao que estava acontecendo, para ver se era resolvido o problema do petróleo que eles derramaram. Então ficamos 4 dias e 4 noites lá, fomos revezando e fomos nos ajudando levando comida e água para quem estava na ocupação. Enquanto isso as negociações para um acordo com as nossas demandas estavam ocorrendo entre as nossas lideranças e os representantes da Petrobras. A negociação foi um momento bem difícil, pois sentamos em uma mesa redonda com a empresa para fazer um acordo que atendesse nossas demandas e resolvessem o problema do crime causado por eles. Lá sofremos muitas ameaças. Levaram as lideranças para o centro de treinamento e ameaçaram, tinham vários advogados da empresa e um deles disse “oi vocês abandonam a balsa ou vocês vão levar chumbo grosso”, e toda hora havia helicópteros da polícia circulando o local. Só saímos da balsa quando apareceu a polícia com uma liminar pedindo a reintegração de posse. E no final, depois de anos de processo, negociamos com a Petrobras para que eles pagassem a indenização por meio de cestas básicas para as comunidades. E é sempre assim, mesmo a gente não aceitando mais essa política de cestas básicas. O que nós queremos é que eles tenham responsabilidade social com o ambiente e com as vidas das pessoas. Foi também num esforço nessas mobilizações de ocupação e a partir desse enfrentamento que conseguimos o projeto das cozinhas para as marisqueiras, tendo sido aprovado em 2016 e com a execução iniciada agora em 2021. Segundo uma notícia publicada no site do Estadão, o Instituto do Meio Ambiente da Bahia - IMA, atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, multou a Petrobras em R\$30 milhões pelo vazamento de 2,3 mil litros de óleo, porém esse dinheiro nunca chegou até nós, que fomos os prejudicados.

Fonte: Vazamento de óleo atinge Baía de Todos os Santos (BA) Estadão. 27 de Agosto de 2009. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,vazamento-de-oleo-atinge-baia-de-todos-os-santos-ba,425778>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021 às 11:26
Pescadores ocupam balsas da Petrobras para pedir indenização. Correio*. 21 de Abril de 2009. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nd/pescadores-ocupam-balsas-da-petrobras-para-pedir-indenizacao/>>. Acesso em: 24 de Setembro de 2021 às 11:32



Norte da Baía de Todos os Santos
Mapa Biorregional 3/6 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores do Norte da Baía de Todos os Santos.

Versão: Maio de 2022 a partir do consenso obtido nas oficinas de Outubro e Novembro de 2021.

AUTORES
Pescadoras e Pescadores das Comunidades de Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa, Major e Maracanã, Ilha de Maré - Salvador/BA e Comunidade do Rio do Cunha, Passé - Candeias/BA.

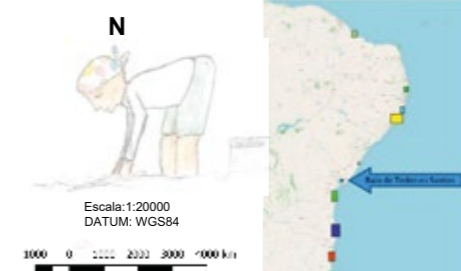


Foto: Manchete do jornal A Tarde sobre o desastre ocorrido em 2009/ Blog Candeias Bahia

PROQUIGEL S.A 2009

Em agosto de 2009 enfrentamos mais um crime, dessa vez causado pela Empresa Proquigel Química S.A. Ela possui um duto que passa pelo rio São Paulinho, e entre os dias 21 e 22, descartaram um produto tão venenoso no nosso rio que matou toneladas de peixes e fez sumir o Sururu de Pedra, o Sarnambi, Rala Coco, Ostras e outros pescados, que já vinham diminuindo por causa de diversos crimes de derramamento que ocorreram meses antes, como o da refinaria Landulpho Alves, o do Cabo Pilar, entre outros. Milhares de peixes foram mortos, os caminhões saíram daqui carregados, o próprio jornal A Tarde divulgou o ocorrido, reportando que mais de oito quilômetros de extensão foram atingidos. E não só da comunidade de rio do Cunha, mas também da de Ilha dos Frades e de Madre de Deus. No momento do impacto as marisqueiras que estavam trabalhando na maré se sentiram muito mal, voltaram com os baldes cheios de marisco, mas precisaram descartá-lo pois estava contaminado com o produto. A Proquigel Química é responsável pela fabricação de resinas, fibras e intermediários para plásticos, que serve para aumentar flexibilidade de plástico ou elastômero quando incorporado (Anfiko, 2019). De acordo com o trabalho de BISPO (2018), feito aqui em Ilha de Maré, um dos poluentes químicos descartados pela Proquigel é o Metacrilato de Metila, um produto inflamável que dependendo do tipo de contato pode irritar os olhos, nariz e garganta, sendo inalado causa tosse, dor de cabeça, dificuldade respiratória, perda da consciência e outros problemas (CETESS).

Fontes: BISPO, Beatriz Moreira. O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da Zona Costeira: O caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía de Todos os Santos, Bahia, 2018. Ficha de Informação de Produtos Químicos - Metacrilato de Metila. Disponível em: <https://sistemasinter.cebap.gov.br/produtos/ficha_completa.asp?consulta=METACRILATO%20DE%20METILA>. Acesso em: 25/02/2021 às 17:56. Plástico: a Magia da Indústria de Plásticos. Anfiko, 18 de Julho de 2019. Disponível em: <<https://anfikoquimicos.com.br/plasticante-a-magica-da-industria/>>. Acesso em: 30/09/2021 às 14:28
Milhares de peixes aparecem mortos no rio São Paulinho, em Candeias. Jornal A Tarde. 22 de Agosto de 2009. Disponível em: <<https://atardedivul.com.br/bahia/salvador/noticias/1268810-milhares-de-peixes-aparecem-mortos-no-rio-sao-paulinho-em-candeias>>. Acesso em: 30 de Novembro de 2021 às 16:40
Foto de manchete do jornal A Tarde retrada do blog Candeias – Bahia. Disponível em: <<https://www.candeiasbahia.net/prio-sao-paulinho.html>>. Acesso em: 30 de Outubro de 2021 às 09:47



BAHIA: BAIXO SUL

No Litoral Baixo Sul foram produzidos 8 mapas, 2 para cada uma das 4 comunidades envolvidas, os quais não passaram por reuniões de estabelecimento de consensos comunitários, nem por oficinas de produção de artes e diagramação final. Os temas em destaques nos mapas são: a organização das comunidades e o enfrentamento perante o derramamento de petróleo; o descaso das instituições governamentais; os impactos no emocional e a resistência das comunidades; as falhas nas respostas e comunicação da gestão; as falhas por parte da imprensa; os impactos na venda de pescados e na saúde das populações pesqueiras; a falta de EPIs e de informações sobre como armazenar o petróleo coletado; o falseamento das empresas de turismo e a dificuldade em receber cestas básicas e o auxílio emergencial oferecido pelo governo federal.

Os relatos iniciam com a menção das comunidades ao atraso das ações governamentais (30,61%) e a falta de respostas dos diferentes órgãos responsáveis (Marinha, Ibama, Prefeituras, Inema) (38,77%). Os mapas mencionam a busca por articulações e orientações e a presença de pescadores e pescadoras em reuniões junto a diferentes instituições e órgãos (22,44%), todos vinculados ao intitulado “Comando Unificado”, o qual as comunidades qualificam como despreparado para o enfrentamento do petróleo. Do mesmo modo, destacam-se a participação em manifestações e atos públicos na reivindicação de seus direitos (10,20%).

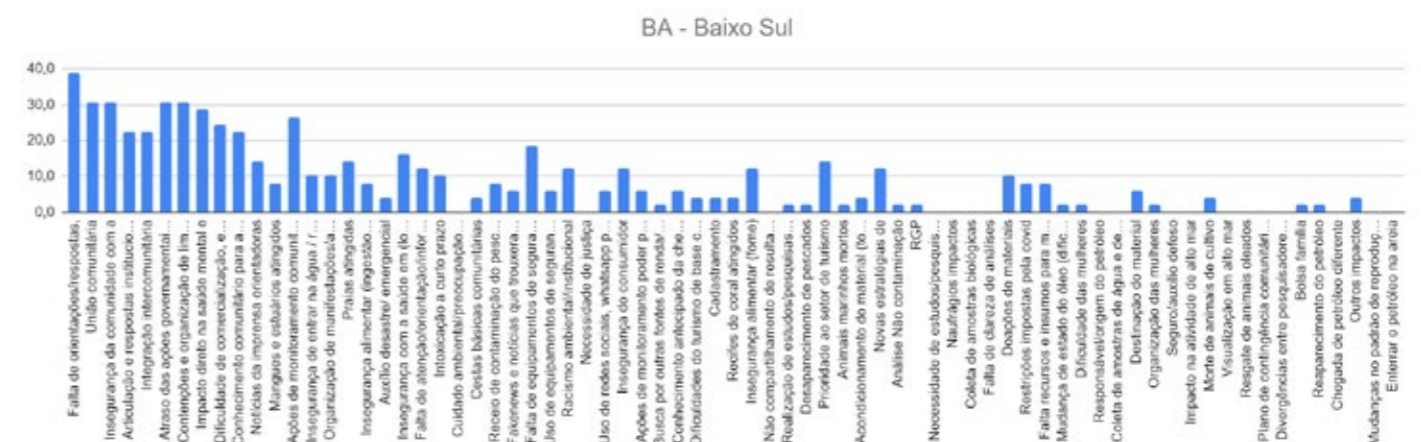
Além do descaso dos órgãos públicos, às comunidades mencionam iniciativas do setor de turismo e da mídia que encobriram a chegada do petróleo e a situação das praias, o que acabava por gerar mais prejuízos (14,28%). Neste contexto, mesmo com dificuldades de acesso a recursos financeiros, informações e instruções, muitos grupos se uniram em defesa do território (30,61%) e organizaram ações de monitoramento (26,53%), contenção e limpeza (30,61%), a maioria com falta de EPI (18,36%). São menções a diversas retiradas e reaparelhamento por conta do grande volume de petróleo. Destaca-se a menção à organização das mulheres nas ações de limpeza dos manguezais (2,04%).

Impactos diretos da exposição das comunidades ao petróleo, como problemas de pele, desmaio, náuseas, entre outros são relatados (28,57%) e a insegurança com a saúde em longo prazo (16,33%) também, visto que a maioria relata não ter recebido informações e atendimento adequado dos setores responsáveis. Há alguns relatos sobre o advento da pandemia da COVID-19 que gerou mais insegurança para a saúde e também dificultou novamente a comercialização da produção pesqueira (8,16%).

Ao longo do derrame, as dificuldades de comercialização (24,5%) foi o tema mais relatado associado à perda da fonte de renda e insegurança com sua estrutura social das comunidades (30,6%). Em termos de auxílio financeiro, alguns relatos mencionam o pagamento do auxílio emergencial, mas evidenciam que a maioria dos

pescadores não recebeu. Relatam que a Bahia pesca fez o cadastramento mas não houve critérios apresentados para identificar quem estava apto a receber o auxílio. Nem mesmo o RGP. Algumas comunidades receberam apoio através da doação de cestas básicas enviadas pela CPP, voluntários, ação social das igrejas, pousadas (4,08%).

Gráfico 8. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas do Baixo Sul - Bahia.



DESTAQUES GERAIS:

Falta de orientações e respostas do poder público; união comunitária e intercomunitária no enfrentamento; novas estratégias para comercialização; demanda de estudos e resultados de estudos; demanda por treinamento para o enfrentamento; uso de EPI's; insegurança sobre a saúde; insegurança com sua estrutura social e financeira.

BARRA DE SERINHAÉM – BA

Mapa Biorregional 1/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores de Barra de Serinhaém do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Novembro de 2021.

AUTORES

MAPEAMENTO DE BARRA DE SERINHAÉM

Em Elaboração

ANTES

Estivemos presentes em uma reunião no INEMA para entender o que seria feito para evitar que fôssemos afetados por esse petróleo. Nessa reunião estavam presentes várias instituições, entre elas a Marinha do Brasil que "simplesmente" afirmou que não tinha como detectar o óleo porque ele vinha submerso no mar. Nesse momento, o morador perguntou como que a Marinha conseguiu descobrir petróleo para explorar a muitos metros de profundidade, e não conseguia detectar a mancha.



Foto: Reportagem em Barra de Serinhaém/ Acervo Comunitário

ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS

O Governo Federal foi omissivo. A gestão foi muito ruim e negligente. Demoraram muito para agir. Essa omissão foi tão grande, que até colegas nossos de outros lugares do mundo estavam sabendo da situação das manchas de óleo que estavam chegando aqui e na região de Marau. Pior que o petróleo, só o presidente, viu?! A gestão em todos os níveis, tanto Federal, quanto Municipal e Estadual, ficaram durante todo esse tempo com "os braços cruzados". Os agentes do IBAMA apenas tiraram fotos daqui da região com óleo, e não fizeram mais nada. Somente quando eles também souberam que as redes de TV local estavam vindo, foi que eles começaram a mobilizar para fazer alguma coisa. A Prefeitura de Ituberá, durante a gestão de 2019, foi muito devagar na ação. Se não fosse a denúncia e a entrevista que fizemos as redes de TV local, ninguém do governo viria. Depois dessa atitude nossa foi que vieram a Secretaria de Meio Ambiente, de Saúde, etc. A Prefeitura só chegou depois que já estávamos "afundando" no óleo. Diferente do prefeito de Igrapiúna, que foi pra dentro do Petróleo na Ilha de Contrato retirar o óleo com a gente. Nesse dia, recolhemos quase 16 toneladas, e a maioria das pessoas estavam sem EPI. Eles começaram a pagar dinheiro pra gente limpar no mês de Novembro. Aqui eles só começaram a pagar para a praia ficar limpa e poder ter a festa.

AS MULHERES

As mulheres foram as guerreiras desde o início. Nós que "chegamos junto" e fomos para dentro do mangue. Fomos as primeiras a limpar, e estávamos em número maior do que os homens. Como não conseguimos materiais suficientes para limpeza e proteção para todas que gostaríamos de ir, nós íamos nos revezando em mais de três grupos só de mulheres, para fazer a limpeza. Fizemos tudo isso sem receber nenhum centavo para limpar! E no período mais difícil da limpeza aqui, as luvas derretiam se ficassem expostas ao sol, sujas de óleo.

FORÇA DA COMUNIDADE

Durante um período do desastre em que ninguém pescava porque estava na limpeza ou porque as pessoas estavam com medo de comer pescado com veneno. A gente ficou mais de 3 meses sem conseguir vender nada. Mas a gente se manteve com a união! Nós nos surpreendemos com a força da comunidade naquele momento. Foi lindo de ver que nós estávamos aguerriados, e em alguns dias colocamos mais de 200 pessoas na praia para fazer a limpeza. Nós somos guerreiros! Quem tinha uma reserva financeira, gastou tudo. Estávamos em casa "sufocados", a situação foi delicada demais. O comércio local foi fazendo doações que nos ajudaram, mas a coisa ficou grave aqui pra gente. As mulheres marisqueiras elas ganham com benefício de limpeza do camarão e do peixe, e se não tem como trabalhar, como que as pessoas vão fazer isso? Vão viver de que? Ficamos numa situação em que a cidade de Ituberá mobilizou o comércio local para mandar alimentos para nós, porque não tínhamos nada.

PESCADOS

Moradores relataram que tartarugas e caranguejos foram encontrados mortos, bem como o baiacu e muitas aves. Na Ilha de Quipepe tinha muitos crustáceos, polvos, larvas de siri mortas nos recifes, foi triste ver isso tudo acontecer. Sentimos muito vendo que quando a gente chegava no manguezal não era como antes, mesmo depois da andada do caranguejo. Aqui a gente pega siri, caranguejo, lambreta, sururu... Então nós sentimos muita diferença, depois da época do petróleo. A gente ia pegar os pescados e a quantidade era muito ruim. Caiu bastante a quantidade e crescimento deles. Nós não conseguimos pegar mais nem siri, nem o sururu, porque ninguém tinha como colocar as "artes" para pegar. No arrasto do camarão, a gente puxava e vinha o petróleo na rede. Além disso tudo, o pouco que a gente pegava quase não conseguimos vender. Ninguém queria se aproximar da gente, imagina comprar nossos pescados? Nem mesmo os restaurantes de áreas turísticas que sempre compravam aqui. Tinha pescador com 1 tonelada e 200 quilos de pescado para vender, mas ninguém quis comprar. A gente vive disso. E agora?

LIMPEZA

O óleo estava chegando, mas ninguém imaginava que chegaria a quantidade de petróleo que entrou lá na Ilha do Contrato. Lá chegou petróleo até já dentro do estuário, então nós corremos desesperados para retirar, porque parecia que o óleo ia acabar com tudo. Logo quando o óleo se aproximou do Pratigi, na Praia do Sotecau, nós começamos a ver a mancha de óleo chegando na praia. E o óleo se movimentava de um lado para outro com o movimento das ondas, e quando a onda quebrava, ele ia se espalhando na praia. Parecia uma gelatina mais espessa. O dia em que apareceu mais óleo aqui foi numa segunda-feira, dia 28 de outubro, que teve muita quantidade. Antes só estava chegando aos poucos, mas nesse dia a mancha chegou muito grande. Foi desesperador. Aqui, em Barra, entrou pouco nos manguezais porque a gente foi pra praia pra fazer a limpeza. Porque se a gente não tivesse ido, o estrago teria sido grande. Ele teria acabado com tudo.

Foi um trabalho intenso de limpeza. Não tínhamos nenhum material para limpar ou EPI, mas precisávamos fazer algo, a gente ouvia todo mundo dizendo que iria acabar os peixes e destruir o ambiente, por isso o desespero da gente para fazer a limpeza com as próprias mãos, mesmo. Então, pra proteger nosso território, nos organizamos em vários grupos e frentes de trabalho. Cada grupo possuía um líder e era responsável por uma faixa de 2 km de praia, e ao todo eram 4 equipes. Fazíamos a limpeza da praia e colocávamos o óleo dentro das terras cedidas por um fazendeiro, que também nos emprestou o trator para transporte, foi muito óleo. Até hoje a gente não consegue esquecer daquele momento. Não sai da cabeça a nossa agonia, porque a gente não sabia o que ia acontecer à noite. Teve uma empresa, que não era da Bahia, terceirizada da Petrobras, que até chegou a fazer coleta junto com a gente e escavações onde acharam muito óleo enterrado nas praias. Mas eles chegaram muito tempo depois que o óleo apareceu.



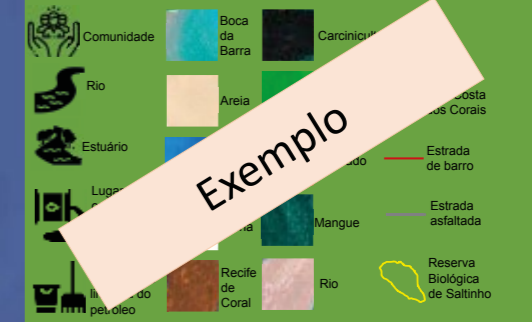
Foto: Óleo em Barra de Serinhaém/ Acervo Comunitário

Barra de Serinhaém

9.87 km

Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image © 2021 Maxar Technologies

LEGENDA



Exemplo

MANCHAS DE SOFRIMENTO

Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do incAmbioTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.



Escala



BARRA DE SERINHAÉM – BA

Mapa Biorregional 2/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores de Barra de Serinhaém do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Novembro de 2021

AUTORES

MAPEAMENTO DE BARRA DE SERINHAÉM

Em Elaboração

SAÚDE

Muita gente aqui entrou em contato direto com o petróleo. Muitas pessoas tiveram enjojo, dor de cabeça, falta de ar, tontura... e é uma sensação estranha, porque é uma coisa que você não sente o cheiro forte, mas vai entrando e vai fazendo a gente passar mal. Ficamos desesperados, porque o noticiário comunicava frequentemente que o óleo provocava câncer, além dos muitos relatos dos médicos e notícias de que esse óleo fazia mal, e ninguém sabia o que mais podia causar. Segundo (Pena 2020), as variedades de toxinas presente no petróleo bruto como, Os VOCs, particularmente o benzeno, têm sido associados às doenças carcinogênicas e a efeitos hematotóxicos, imunotóxicos e disfunção renal, mesmo em níveis relativamente baixos de exposição. Efeitos outros como alterações hepáticas e hormonais, irritação respiratória, transtornos mentais, especialmente quadros de depressão, são amplamente descritos na literatura. Os HPAs incluem substâncias cancerígenas conhecidas e podem alterar as funções reprodutivas e imunológicas em mulheres e homens, o que agrava os riscos de exposição para gestantes e crianças. O sulfeto de hidrogênio pode causar efeitos agudos e crônicos do sistema nervoso central, como cefaleias, alterações da atenção e memória insuficiente. Os metais pesados encontrados no petróleo bruto, como arsênico, cádmio, cromo, manganês, cobre, níquel, vanádio e chumbo apresentam várias enfermidades, tais como lesões renais, neurotoxicidade, carcinogenicidade e imunotoxicidade. Temos pescadores que faltam pouco tempo para se aposentar, mas se isso causar câncer, eles estão "ferrados". Como que vão se aposentar e viver bem?

Fonte:
PENA, P. G. L., NORTHROSS, A. L., LIMA, M. A. G., RÉGO, R. C. F. Derrame de petróleo cruado em la costa brasileira em 2019: emergência de salud pública em questão. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, 2020. Acessado em 26 de Maio de 2022

SAÚDE MENTAL

A imprensa tanto falava do perigo do contato e das doenças que poderiam ser causadas pelo petróleo, como falava que os pescados não poderiam ser consumidos. Ficamos doentes e sem saber como conseguir nosso sustento. Isso foi desesperador. A nossa preocupação maior era o que ia vir depois, porque a gente não sabia o que ia fazer no outro dia. A gente não tava indo pescar porque não sabia o que ia acontecer, então não adiantava a gente ir pescar. A adrenalina ficava na mente. A gente já ia dormir pensando no que ia fazer no outro dia. Para as comunidades pesqueiras isso foi um baque que até hoje a gente não se recuperou. Segundo (Pena, 2020) em adição à exposição ao próprio óleo bruto, as consequências econômicas causadas contribuem para a ocorrência de distúrbios à saúde mental, principalmente em populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte:
PENA, Paulo Gilvane Lopes et al. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, 2020. Acessado em 26 de Maio de 2022

PANDEMIA

Foram duas crises diferentes: o petróleo afetou demais toda a nossa comunidade pesqueira. Já a pandemia afeta o mundo todo. Com o óleo, o modo de trabalho do pescador foi afetado e a gente não conseguia vender nada, porque ninguém queria comprar e a gente não podia nem pescar. Com a pandemia, que também foi muito pesada, ninguém tinha como vender, já que não tinha como sair pra pescar e não tinha ninguém pra pegar aqui.

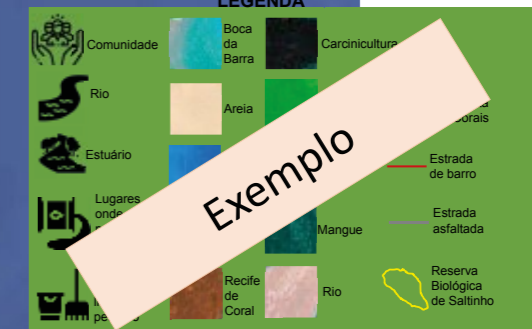
ESTUDOS

Nós precisamos saber dos estudos sobre os mariscos, sobre os pescados, sobre saúde, mas o Governo Federal até hoje não disse nada para nós. Esse é o primeiro grupo que realmente procura saber o que de fato aconteceu com a gente. Todo mundo aqui na comunidade trabalhou com esse petróleo. Cadê que veio uma equipe médica aqui para examinar a gente para gente saber o que aconteceu com nossa saúde ou que pode acontecer depois disso? Aqui a gente ficou esquecido.

ENCAMINHAMENTOS

A comunidade fez tudo o que pôde, mas nem tudo estava ao nosso alcance. Deveríamos ter tido um treinamento para esse tipo de enfrentamento. Quando uma mancha estava chegando em Barra Grande e a Marinha nos informou que uma fragata estava a caminho para fazer a contenção, mas ela nunca chegou. Se estivéssemos esperando, até hoje haveria petróleo em nossas praias, mas se fôssemos treinados para tal situação nossa atuação teria sido muito mais eficaz. As nossas necessidades nunca são prioridade, se ocorrer um incêndio aqui, até os bombeiros chegarem, o fogo já consumiu tudo. Mas se com uma brigada aqui, isso seria diferente. O mesmo raciocínio serve para o desastre do petróleo. Deve ser montada uma brigada aqui dentro de Barra, preparada para agir em situações assim e com EPIs suficientes para todos que receberem treinamento. Nossa comunidade precisa ser autossuficiente e não pode ficar esperando a ajuda chegar de Ituberá.

LEGENDA



Exemplo

9.87 km Escala



MANCHAS DE SOFRIMENTO

Este é um dos produtos das Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadoras artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do incAmbTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

MARSOL
LABORATÓRIO DE GESTÃO TERRITORIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

UFBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES DE BIOTECNOLOGIA AMBIENTAL

DESESPERO e RESISTÊNCIA

A luta contra o desconhecido no nosso território Quilombola

- Em Elaboração -

BATATEIRA E GRACIOSA – BA

Mapa Biorregional 1/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores das comunidades de Batateira e Graciosa do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Novembro de 2021

Autores

AUXÍLIOS

Ficamos sem fonte de renda durante meses. Recebemos apoio através das cestas básicas enviadas pelo CPP, voluntários, ação social das igrejas, pousadas. Nos unimos com Graciosa e Garapú para distribuir as cestas entre as famílias que mais precisavam nessas comunidades.

Algumas pessoas de Garapú receberam o auxílio óleo, mas aqui em Batateira não. Só ficamos sabendo disso muito tempo depois. A Bahia pesca fez o cadastramento em Garapú, mas ninguém em Batateira foi contemplado.

Não tivemos nenhum auxílio do governo. Pelo menos, não do nosso conhecimento. Se o governo federal, não ajudou, pior foi a prefeitura. Eles não fazem nada pela gente.

Se é previsto em lei que durante a época de defeso o pescador recebe um auxílio, porque nessa situação ficamos desamparados?

IMPACTOS

Os impactos do petróleo foram muito além do que vimos, não atingiu só os nossos manguezais e as nossas praias, ele atingiu as nossas casas e as nossas famílias. O óleo chegou e destruiu tudo. Porque nós vivemos do manguê, é dele que nós tiramos o nosso sustento. Enfrentamos uma grande dificuldade nesse período porque ninguém queria comprar os nossos pescados por conta das notícias de que o pescado estava contaminado. Além disso, sofremos também com os negociantes que trabalhavam contra os pescadores, desmentindo e nos atacando. Compartilhando vídeos e mensagens de que o petróleo não havia chegado e que as praias estavam limpas para que ninguém soubesse da contaminação e não causasse mais problemas ao turismo.

Fonte: Óleo prejudica pesca na Bahia. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/educacao/capaia-tarde/2019-10-23/>. Acesso em: 13 de maio de 2021



Foto: Reportagem Jornal A Tarde publicada em 23/10/2019

DENÚNCIA

A gestão do município só se preocupou com as medidas que davam suporte a quem trabalha diretamente com o turismo, como pousadas e restaurantes, esquecendo dos impactos que nós da pesca artesanal sofremos. Mas o turismo depende da pesca. Se tem óleo no pescado, o que os turistas irão comer?

Referência: De 'limpo' a 'tem muito óleo': as duas realidades paralelas na crise do petróleo do Nordeste. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50257407>. Acesso em: 05 de maio de 2022



Foto: Reportagem BBC News



Foto: Manchete Rádio Agência Nacional

IMPACTOS NO TURISMO

A nossa comunidade fica localizada numa área bastante turística, e isso tem nos causado problemas. Durante a chegada do petróleo, a gestão do município só se preocupou com as medidas que davam suporte a quem trabalha com o turismo, esquecendo dos impactos que nós da pesca artesanal sofremos. Também sofremos com as agências de turismo locais que, por terem um grande alcance nas redes sociais, usavam esse canal para negar o que nós estávamos passando. Os grandes empresários dessas agências contratavam pessoas para limpar as praias de madrugada para que pela manhã ninguém visse o petróleo e assim, os turistas continuassem vindo por acharem que não tinha chegado e estava tudo limpo. Toda essa ação, nos prejudicou muito.

Referência: Óleo é removido e praias de Morro de São Paulo e Boipeba são liberadas. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/en/node/1378953>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

SOBREVIVÊNCIA

Para nós, isso foi péssimo, porque não podíamos ir trabalhar no nosso lugar da pesca por conta das notícias que eram assustadoras. Diziam que não podíamos pescar e que o óleo era prejudicial à saúde. Além de tudo, sabíamos que se fossemos esperar pela ação da Prefeitura nós já estávamos mortos.

Na terceira semana, após o aparecimento do petróleo, ninguém vendia mais nada. Agora imagine, nós vendemos durante a semana e reparamos a comida em casa, na segunda semana foi difícil, mas na terceira já tinha gente sem comida em casa. Ficamos mais de 3 meses nessa situação. Só de doação a comunidade sobreviveu um bom tempo.

O pessoal de outras comunidades começaram a comprar os pescados daqui, por acharem que aqui estava mais limpo.

SAÚDE

Durante a chegada do petróleo foram aparecendo diversos sintomas e problemas de saúde. Algumas pessoas desmaiavam por conta do cheiro forte, outras vomitavam. O cheiro era tão forte que impregnou nas roupas e nas roupas, que usávamos para fazer a limpeza e o transporte do petróleo que era retirado, por vários dias.

Além desses sintomas, as pessoas que estavam tendo contato direto tiveram problemas. Duas pessoas da nossa comunidade, que estavam trabalhando na limpeza das praias, tiveram sintomas como coceiras, problemas na pele e até uma dormência que durou uma manhã inteira. Segundo (Pena 2020), o petróleo bruto é uma mistura complexa que contém uma variedade de toxinas conhecidas, incluindo compostos orgânicos voláteis (VOCs), hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs), sulfeto de hidrogênio e metais pesados. A gravidade da exposição ocorre por ingestão, absorção por meio da pele íntegra e inalação. Os riscos toxicológicos envolvidos são graves, agudos e crônicos, com atenção especial para frações tóxicas do petróleo que podem levar à morte por intoxicação, especialmente associada aos compostos aromáticos.

O que mais preocupa a gente, com a chegada desse óleo aqui, é que não sabemos o impacto que isso pode nos causar daqui a algum tempo.

Muita gente até hoje não consegue falar sobre isso. Quando lembram das praias e dos mangues cheios de petróleo. A única reação é chorar. Mas na hora não dava nem pra isso, precisávamos agir.

Fonte: PENA, P. G. L., NORTHROSS, A. L., LIMA, M. A. G., RÉGO, R. C. F. Derrame de petróleo cru na costa brasileira em 2019: emergência de saúde pública em questão. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, 2020. Acesso em 05 de Novembro de 2021

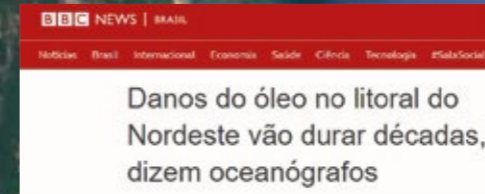


Foto: Manchete BBC News

GRACIOSA

Depois da chegada do petróleo ficamos com dificuldade em conseguir pegar lambreta e ostra. A gente tirava mais de 70 dúzias de lambreta e ostra do manguê. Hoje não chega a 8 dúzias. Vemos as cascas abertas e espalhadas na quizanga, mas o animal não se desenvolve. A pior parte é que não sabemos até quando isso vai durar. A gente da pesca, não tem esse costume de passar fome. Foi a primeira vez que a gente se viu nessa situação. Isso foi devastador, não sabíamos o que fazer. Não podíamos pescar para nos alimentar e nem para pagar nossas contas. De acordo com PENA (2020), as consequências econômicas desse desastre contribuem para a ocorrência de transtornos mentais, principalmente quadros de depressão em populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Depois que tivemos contato com o óleo, uma pessoa chegou a apresentar alguns sintomas como enjoo, tontura e bolhas no pé. Não sabemos, o que mais esse contato poderia causar. Entre os diversos efeitos que a exposição ao petróleo pode causar, estávamos apreensivos e ainda tínhamos que presenciar o petróleo ser armazenado na beira da praia sem proteção alguma e quando vinha, ele derrtava. Era um perigo e descalço total! A gente falava, falava e não via nada acontecer. Isso esgotou a gente. PENA (2020), afirma que a exposição ao óleo, seja ela por ingestão, inalação ou contato direto com a pele, envolve riscos toxicológicos graves, agudos e crônicos. Mesmo em baixos níveis de exposição é associado a doenças carcinogênicas e efeitos hematotóxicos, imunotóxicos e disfunção renal.

Fonte: PENA, P. G. L., NORTHROSS, A. L., LIMA, M. A. G., RÉGO, R. C. F. Derrame de petróleo cru na costa brasileira em 2019: emergência de saúde pública em questão. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, 2020. Acesso em 26 de Maio de 2022 UCHOA, Victor. Danos do óleo no litoral do Nordeste vão durar décadas, dizem oceanógrafos. BBC News Brasil, Salvador, ano 2020, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50131560>. Acesso em: 16 abril de 2022

PETRÓLEO E PANDEMIA

Nós sofremos muito com a chegada do petróleo, foi um impacto muito grande, que nos afeta até hoje. Depois disso, nos perguntávamos o que ainda estava por vir e o que poderia ser pior que o petróleo. Foi quando começou a pandemia. Não podíamos sair de casa e nem trabalhar. Para nos alimentarmos precisávamos ir no mercado em Valença e isso era bem complicado.

Não tivemos nem tempo de nos recuperarmos.

Referência: Pandemia agrava situação de pescadores afetados pelo vazamento de óleo no Nordeste. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/pandemia-agrava-situacao-de-pescadores-afetados-pelo-vazamento-de-oleo-no-nordeste>. Acesso em: 27 de novembro de 2021



Foto: Reportagem Brasil de Fato

LEGENDA

| | | |
|-----------------------|---------------|------------------------------|
| Comunidade | Boca da Barra | Carcinicultura |
| Rio | Areia | Estuário |
| Estuário | Estuário | Estrada de barro |
| Lugares onde pescamos | Mangue | Estrada asfaltada |
| Recife de Coral | Rio | Reserva Biológica de Salinho |

Exemplo

Escala



MANCHAS DE SOFRIMENTO

Este é um dos produtos das Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do inclAmbTropic fase II (Processo CNPq 465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

RICHA TÉCNICA

MARSOL | CNPq | UFBA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | ICMBio

COVA DA ONÇA – BA

Mapa Biorregional 1/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores da comunidade de Cova da Onça do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Novembro de 2021

Autores

MAPEAMENTO DE COVA DA ONÇA - BA

Em elaboração

ANTES DA CHEGADA DO ÓLEO

A gente via o petróleo se aproximando e ficávamos preocupados porque não sabíamos o que fazer. Não houve um acompanhamento por parte dos governantes, nós ficamos a mercê.

Nós que nos organizamos e monitoramos as praias. Conforme o petróleo foi chegando nas comunidades próximas, intensificamos o trabalho. Montamos brigadas, onde os pescadores iam com suas embarcações para água, alguns moradores usavam quadricúlos, trator ou moto para verificar se o óleo chegou nas praias e outras pessoas ficavam de apoio e faziam lanches para quem estava patrulhando.

ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E MANIFESTAÇÕES

Em 11/10/2019, para coordenar ações de enfrentamento ao petróleo, foi criado com o Comando Unificado. Esse grupo tem representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, dos Institutos de Biologia e de Geociências da Universidade Federal da Bahia (Ufba), da Superintendência de Proteção e Defesa Civil do Estado (Sudec), da Bahia Pesca, Marinha, Petrobras, Secretaria Estadual de Turismo (Setur) e das prefeituras municipais de Camaçari, Conde, Jandaíra, Entre Rios, Mata de São João, Lauro de Freitas e Cairu. Além da colaboração de equipes técnicas da Sema e do Inema

A criação desse comando ocorreu com a intenção de unir esforços e fortalecer ações mitigatórias diante do derramamento de petróleo, mas não tinha nenhum pescador ou representante da nossa categoria nesse grupo. Então como eles poderiam decidir o que era melhor pra gente?

A liderança local compareceu para uma dessas reuniões, onde foi discutida as frentes de ação do enfrentamento ao petróleo. A Marinha informou que seus fuzileiros estavam aptos para o trabalho, mas a capitania dos portos disse que não tinha embarcações adequadas para esse transporte até que foram lembrados da Balsa pelo nosso representante comunitário.

O Ibama só passava aqui de helicóptero, apenas no último dia de limpeza que eles apareceram nas nossas praias com a defesa civil. O representante do Ibama ficava do lado de fora dando ordens, enquanto seus fuzileiros estavam nas nossas praias de shortinhos, regatas e descalços. O Inema não sabia nem qual a área deveria ser limpa e queriam que doássemos nossas redes para fazer contenção, mas não previam orçamento para repor nosso instrumento de trabalho.

Como não desacreditar nos órgãos públicos quando eles se pronunciam de forma diferente do que vemos e não possuem preparo algum? Primeiro eles disseram que não tinha petróleo, depois que não fazia mal, mas não era nada disso que presenciávamos. Eles não possuíam preparo algum.

Além da reunião com a Marinha, também estivemos reivindicando nossos direitos em outras ocasiões:

- 14/10/2019 – Reunião no Instituto de Geociências, Ufba
- 22/10/2019 – Ocupação da sede do IBAMA
- 05/11/2019 - Mobilização no INCRA
- 06/11/2019 - Mobilização no Rio Vermelho e Mobilização na SEMA/INEMA
- 21/11/2019 - Ato em Brasília
- 22/11/2019 - Ato no Ministério da Agricultura e na Bahia Pesca em Salvador
- 10/03/2020 - CPI do Petróleo

Referência: Manchas de óleo na Bahia: Comando Unificado de Incidentes é criado. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2019/10/11/870/Manchas-de-oleo-na-Bahia-Comando-Unificado-de-incidentes-e-criado.html>. Acesso em: 15 de maio de 2021



Foto: Manchete Secretaria do Meio Ambiente



Foto: Reunião no Instituto de Geociências/ Acervo Comunitário



Foto: Ato em Brasília/ Acervo Comunitário

CHEGADA DO PETRÓLEO

Assim que o petróleo começou a chegar, em outubro numa maré grande, a comunidade se dividiu entre as pessoas que estavam desesperadas com a possibilidade do petróleo encostar nos manguezais e outros sem acreditar que o petróleo chegaria. Mas infelizmente chegou, em um dia de maré grande.

Para uma comunidade que sobrevive 95% da pesca, viamos aquela manta de petróleo chegando e todos diziam que se ela chegasse nas praias iria matar toda a fauna. Por outro lado diziam que ninguém devia ter contato com aquilo porque era muito perigoso e poderia causar doenças, até câncer. Ora, se a gente ia morrer mesmo então era melhor cair para dentro daquilo e tentar agarrar de alguma forma, mesmo sem proteção e material, para não deixar chegar na praia.



Foto: Redes sendo preparadas para contenção em Cova da Onça/Acervo Comunitário

LIMPEZA

Aqui, em Cova da Onça, o petróleo chegou quando a maré estava alta. Ele grudou nos corais e na areia. Logo, nos unimos para limpar nossas praias. Fomos em Baienema (Moreré), Ponta dos Castelhanos, Boipeba. Era obrigação nossa fazer aquilo. Mas também era da prefeitura e órgãos públicos. Só que a gente sabe que não podia contar com ninguém, então a comunidade se juntou.

Colocamos quatro redes de 400m no manguezal Castelhanos pra tentar conter o petróleo. Sabíamos que as pequenas botolas iam passar, mas era o único recurso que tínhamos na hora e conseguimos amenizar o estrago.

Os equipamentos de proteção individual que foram cedidos pela prefeitura foi insuficiente, tivemos que conseguir quantidade necessária para todos que podiam e queriam limpar. Afinal, quanto mais gente, mais rápido conseguiríamos fazer o trabalho.



Foto: Manchete Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social

INFORMAÇÃO/MEIOS DE COMUNICAÇÃO

As informações que eram divulgadas na mídia e gerou um efeito dominó: As pessoas não se sentiam seguras em comer o nosso pescado, então muitos comerciantes se aproveitaram e baixaram o preço de compra e nós ficávamos sem fontes de renda. Tínhamos pescado estocado antes mesmo do desastre, e ainda assim não conseguimos vender.

O Coletivo Intervozes (2020) analisou como os principais veículos de comunicação do Brasil lidaram com o derramamento do petróleo e constataram que apenas 5% das pessoas entrevistadas representavam comunidades tradicionais que foram afetadas, 60% correspondiam a autoridades públicas.

Isso não é novidade alguma. A mídia não nega direito à voz, potencializa o racismo ambiental e alimentar, que dificultou o consumo do pescado. Isso tudo junto com a falta de informação concreta e boatos só nos prejudicaram. O impacto não foi só ambiental, mas social e financeiro também.

Referência: INTERVOZES, Coletivo Brasil de comunicação social. Vozes Silenciadas – A cobertura do Vazamento de 83 Petróleo Na Costa Brasileira. Justiça socioambiental e mídia. UFPE, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/>. Acesso em: 14 de abril de 2022



Foto: Manchete G1

CONTAMINAÇÃO DOS PESCADOS

Inicialmente, todos achavam que nossos pescados estavam contaminados, mas não havia prova. Quando saiu a reportagem do G1 dizendo que os peixes do município de Cairu não haviam sido contaminados, já era tarde. Nossos principais compradores já não queriam comprar nada.

E não estão errados. Segundo Pena (2020), os verdadeiros riscos e impactos da presença de petróleo derramado são difíceis de medir com precisão e as análises de risco subestimam os agravos, os quais podem perdurar por décadas. O efeito na cadeia alimentar tem sido verificado na avaliação de impactos em áreas atingidas pela poluição de petróleo há mais de 50 anos. As concentrações de HPA's nas espécies bivalvíferas são significativas, mas nos peixes persistem em valores mínimos. Foi tudo confuso e até hoje não sabemos de fato qual a dimensão da contaminação nos nossos pescados.

Fonte: PENA, P. G. L., NORTHROSS, A. L., LIMA, M. A. G., RÉGO, R. C. F. Derrame de petróleo cru na costa brasileira em 2019: emergência de saúde pública em questão. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 2, 2020. Acessado em 05 de Novembro de 2021



Escala



Exemplo



COVA DA ONÇA – BA

Mapa Biorregional 2/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores da comunidade de Cova da Onça do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Novembro de 2021

Autores

MAPEAMENTO DE COVA DA ONÇA - BA

Em elaboração

VENDAS

Mesmo vendendo barato, muita gente não quis comprar. O marisco que era R\$24,00, vendíamos por R\$12,00, o peixe que era R\$20,00 passamos a vender por R\$16,00 e ainda assim ficamos com esses pescados por mais de quatro meses no freezer.

Se todo mundo achava que nosso marisco estava contaminado, como é que a gente ia vender? A venda de marisco deixou de chegar, mas as contas de casa não. Foi desesperador! Precisamos colocar comida na mesa, alimentar nossos filhos.

Sempre sustentamos nossas famílias com o dinheiro da pesca, mas nesse momento estávamos pedindo dinheiro emprestado e pendurando as compras nas vendas.

Esse óleo acabou tudo! Inundou tudo! Não podíamos pescar, não podíamos vender.

Agora, até as baleias que conseguíamos ver passando quando estávamos na porta de casa não conseguimos mais. Até parece que voltou a caça das baleias.

AUXÍLIOS

A secretária (qual?) disse que iria antecipar o seguro defeso, o que era um absurdo. O seguro-defeso já é um direito do pescador e não tem relação nenhuma com o petróleo que apareceu nas nossas praias. Eles se aproveitaram porque estávamos com dificuldades.

Além disso, muitos pescadores estavam (e ainda estão) com problemas no cadastro e não conseguiram receber. Não houve critério algum por parte do governo para identificar quem estava apto. Inclusive, houveram casos de, na mesma família, nem todo mundo que tinha esse direito recebeu.

O correto era recebermos seguro ocupacional até o momento em que fosse provado que não havia mais contaminação. Entramos com advogado pela colônia Z-55 de Cairu e Taperóá e eles mandaram esperar. Até hoje a gente tá esperando.

ALIMENTAÇÃO

Durante o desastre conseguimos pegar fiado nos comércios locais. Mas ninguém sabia quando poderíamos voltar a ganhar dinheiro com o nosso pescado, então os comerciantes suspenderam essa forma de venda.

Foi um momento de terror. Tivemos que comer o que ninguém queria comprar com a gente. Imaginar que estávamos levando doença para casa... Quando é a gente, a gente come e não pensa duas vezes, mas estávamos colocando uma comida na mesa que poderia causar um problema muito sério para nossos filhos... Iamos fazer o quê? Aqui não chegaram cestas básicas. É até triste lembrar que não tivemos escolha.

SAÚDE

Houve casos de pessoas com as vistas doendo, pele irritada e enjoos, principalmente quando o sol estava muito quente e derretia o petróleo na areia ou quando o vento vinha de terra pro mar.

Esperávamos um protocolo com orientações de como nos cuidar nesses casos. Mas não recebemos orientação alguma. Se houve algum protocolo ficou na gaveta em Cairu. A secretaria de saúde estadual na época, disse que iria fazer uma reunião e até hoje esperamos.

Quando nos sujávamos, a gente usava óleo de comida e detergente. Não sabemos se é o correto, mas era o que podíamos fazer.

De acordo com Pena (2020), podemos a vir desenvolver doenças graves e crônicas: O sulfeto de hidrogênio, presente no petróleo, pode causar cefaleias, alterações da atenção e memória insuficiente; Os metais pesados, como arsênio, cádmio, cromo, manganês, cobre, níquel, vanádio e chumbo podem causar lesões renais, neurotoxicidade, carcinogenicidade e imunotoxicidade. E mesmo assim, até o momento, não temos nenhum exame específico para diagnosticar essas possíveis consequências.

Para piorar, hoje com pandemia, se ficar doente é a covid.

Fonte: PENA, P. G. L., NORTHROSS, A. L., LIMA, M. A. G., RÉGO, R. C. F. Derrame de petróleo cruo en la costa brasileña en 2019: emergencia de salud pública en cuestión. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 2, 2020. Acessado em 05 de Novembro de 2021

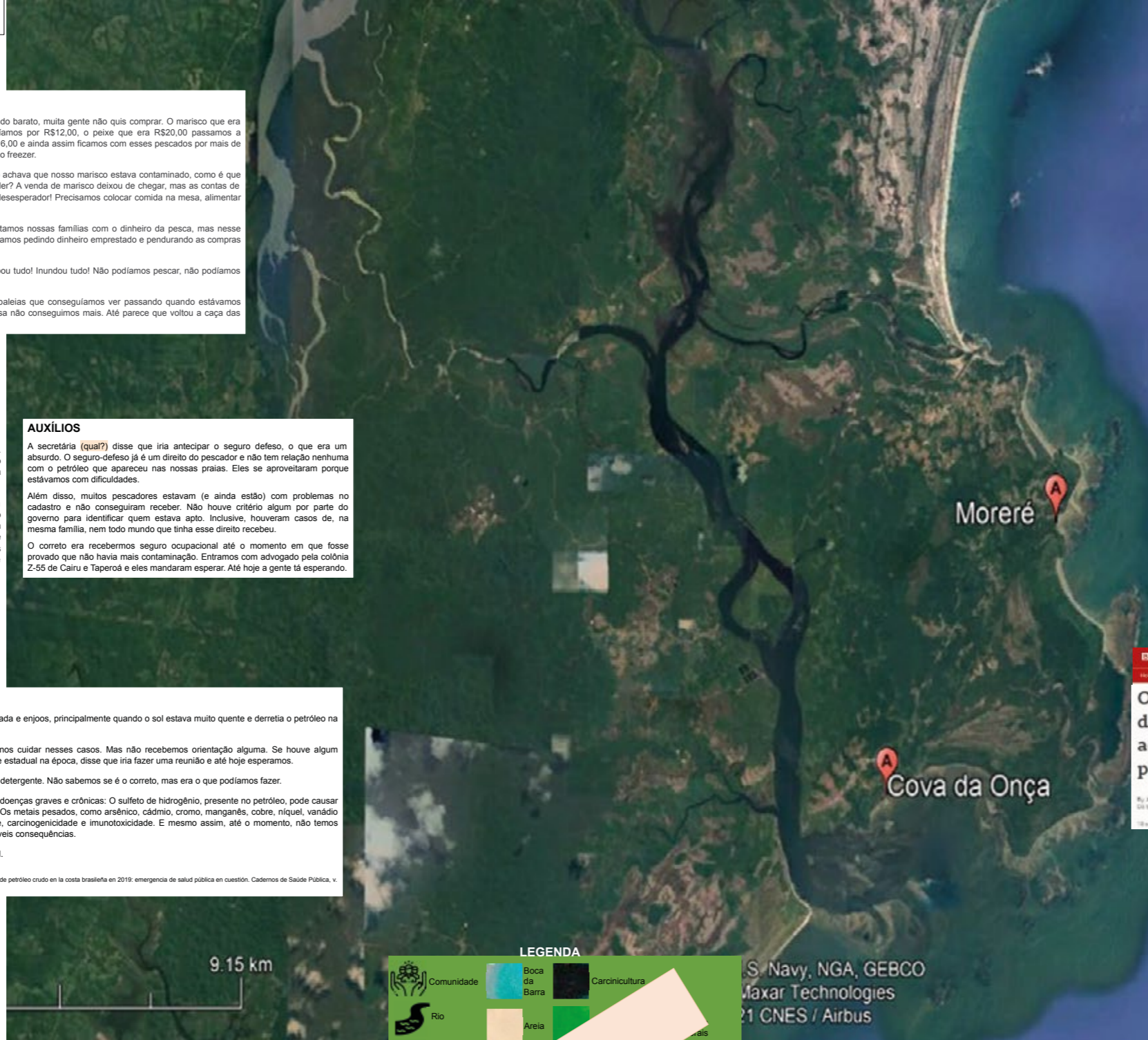


Foto: Doação de cestas básicas durante a pandemia/ Acervo Comunitário



Foto: Doação de cestas básicas durante a pandemia/ Acervo Comunitário

OUTROS "ATAQUES"

A pesca artesanal vem sofrendo vários ataques na nossa região: Aquicultura; Criadouro de camarão no mangue; turismo; negligência dos órgãos públicos; especulação imobiliária e outros.

Os órgãos públicos não estavam preocupados com o turismo que praticamos aqui, estavam preocupados com os grandes hotéis e restaurantes. Queriam a qualquer custo distarçar o estrago que o derramamento do petróleo fez nas praias. O que eles não entendem, é que a pesca que praticamos aqui é o que sustenta o turismo em Morro e região. As pessoas de fora não vem pra comer carne. Vem pra cá pra comer marisco e peixe. Se não tem turismo, não tem pesca..

Quando começamos a nos reestabelecer e colocar o pé no chão, veio a pandemia. Mas brasileiro não desiste, estamos na luta.

NEGLIGÊNCIA

Para todos os lados que olhamos encontramos descaso e desvalorização.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente elogiou o IBAMA, ICMBio, Marinha, Inema, a prefeitura e outros órgãos pelo empenho em limpar as praias, mas não citou um pescador. Parece até palhaçada. Qual foi o dia em que eles estavam lá limpando ou deram apoio? Qual direito o secretário tem de falar isso?

A Marinha colocou combatentes jovens e sem treinamento nenhum para limpar as praias. Eles deveriam ajudar, mas só nos causaram preocupação. Estavam de shortzinhos, regatas e sem EPI.

A Bahia Pesca que nunca deu as caras, aparece dizendo que a água estava própria para banho, sem nenhum estudo.

Sobre o governo federal, nem se fala. O nordestino significa "muito" pra eles, né? Mas não vamos deixar a CPI do petróleo cair no esquecimento.

No fim de tudo fomos nós que trabalhamos e fomos nós os penalizados.

ENCAMINHAMENTOS

Até o momento a comunidade não entende de fato o que aconteceu e precisamos de respostas. Como está o fundo das nossas praias? E o pescado? Precisamos de respostas e que a divulgação dessa informação seja feita de maneira precisa e correta.

Depois de toda essa luta ficou óbvio que medidas preventivas para evitar a chegada e dispersão do petróleo precisam ser feitas. Para isso, o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, o PNC precisa ser divulgado. Ou vamos esperar 41 dias novamente para que ele seja acionado, caso outro desastre desse venha a acontecer?

Vale lembrar também que as comunidades pesqueiras precisam de apoio institucional e equipe de saúde preparada e à disposição para cuidar de quem está na linha de frente da limpeza.

Fonte: O plano para conter derrames de petróleo que não foi acionado pelo governo federal para o Nordeste. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50104828>. Acessado em: 13 de maio de 2022



Foto: Manchete BBC News



FICHA TÉCNICA
Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo MARSOL, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do IncAmTropic Fase II (Processo CNPq 465534/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.



LEGENDA

| | | | | | |
|--|-----------------|--|------------------|--|-------------------------------|
| | Comunidade | | Boca da Barra | | Carcinicultura |
| | Rio | | Areia | | ... |
| | Estuário | | Estrada de barro | | Estrada asfaltada |
| | Lugares onde... | | Mangue | | Reserva Biológica de Sallinho |
| | Recife de Coral | | Rio | | |

Exemplo

MAPEAMENTO DE GARAPUÁ - BA

Em elaboração

ANTES DO ÓLEO

Nós víamos o sufoco que outras comunidades da Bahia estava passando, queríamos nos preparar para o pior cenário possível, sabíamos que se o petróleo chegasse aqui, não iria ser fácil. Somos uma comunidade pequena e sempre tivemos dificuldade no diálogo com a Secretaria de Meio Ambiente. Tanto que, o secretário disse que estávamos fazendo terrorismo com o petróleo. Fomos chamados de terroristas porque queríamos nos prevenir!

Mas continuamos nos articulando porque sabíamos que, se não nos mobilizarmos para fazer alguma coisa, ninguém vai fazer por nós. Constantemente a comunidade de pescadores e pescadoras de Garapuí é esquecida.

No domingo, tivemos uma reunião com esse secretário e a gestora da APA e fomos informados que se as correntes não mudassem, o petróleo deveria chegar aqui em até 72 horas. Na segunda à noite fizemos uma reunião interna e infelizmente, na terça chegaram as primeiras bolotas.

Além de tentar esconder a chegada do petróleo dos turistas, a secretaria de meio ambiente do município tentava esconder da gente que ele era perigoso e fazia mal à saúde, mas uma funcionária da prefeitura junto com a gestora da APA nos alertou. Infelizmente, a funcionária da prefeitura foi demitida.

Foi desesperador. Não conseguimos acreditar. Vimos aquilo acontecendo e pedimos por clemência "Meu deus. O petróleo tá chegando". Como iríamos ficar agora? Nós sustentamos nossa comunidade com a pesca e sustentamos o turismo e o comércio da região de Boipeba e Morro de São Paulo também.

ENFRENTAMENTO DO PETRÓLEO

A primeira leva desse derramamento chegou na 4ª praia e logo nos organizamos para amenizar os impactos.

Quando começamos a limpar as praias, nem tínhamos ideia que isso era responsabilidade da Marinha, do Governo Municipal, Estadual e Federal. Só sabíamos que estávamos sentindo na pele o prejuízo que esse petróleo poderia causar e algo precisava ser feito. Então nos organizamos e andamos com nossas próprias pernas.

No começo não tínhamos nenhum material de proteção para fazer a limpeza, mas nos mobilizamos e montamos uma logística de organização e limpeza. Todos os EPIs arrecadados são fruto dessa nossa mobilização, além dos materiais necessários para a limpeza (sacos, pás, tratores...) e a alimentação para quem participava da limpeza.

Além desse descaso dos órgãos públicos, precisávamos comprovar que o petróleo havia chegado aqui também porque diversas agências de turismo não queriam ser afetadas e encobriam a situação das praias e dos pescadores. Foi então, que o Greenpeace nos orientou a instalarmos um aplicativo de foto que prova onde e quando foram feitas, a partir das coordenadas, horário e data.

E então, veio a segunda leva de petróleo. Ela chegou em uma maré enchente e cobriu os corais, mas montamos barreiras com nossas redes de pesca e peneira de pedreiro, para impedir que chegasse no manguezal. Quando já estávamos cansados e não conseguiram mais esconder a situação de Garapuí, a Prefeitura Municipal de Cairu e a Marinha começaram a se envolver.

Alguns moradores achavam que deveríamos esperar os órgãos responsáveis citados e não deveríamos limpar as praias, porque não se sabia exatamente quão ruim isso poderia ser para nossa saúde. Mas se nós fossemos esperar por eles estaríamos até hoje com nossas praias cheias de petróleo.

Mas se hoje acontecesse algo parecido, não iríamos fazer o trabalho todo só e iríamos saber a quem recorrer e o que cobrar das autoridades. Fariamos diversas denúncias nas redes sociais porque é o único jeito que as pessoas têm de nos ouvir.



Fotos: Óleo em Garapuí/ Acervo Comunitário.

Escala

LEGENDA

| | | |
|--|--|--|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Exemplo

LIMPEZA

No desespero a gente pegava o óleo de qualquer jeito, imagine você morar de frente para praia e não poder entrar no mar? Nem poder pescar nem trabalhar?

À noite, sentimos um cheiro muito forte na beira dos quiosques. Logo, imaginamos que era uma mancha de petróleo se aproximando. Um pescador pegou a embarcação e foi para o mar verificar se realmente era isso. No dia seguinte, coletamos quase 3 toneladas.

Quando o petróleo chegou nós estávamos organizados em 69 pessoas, mas não tínhamos nenhum tipo de equipamento de proteção, pegamos o petróleo na mão para não deixar que ele entrasse no nosso manguezal, que era a nossa maior preocupação.

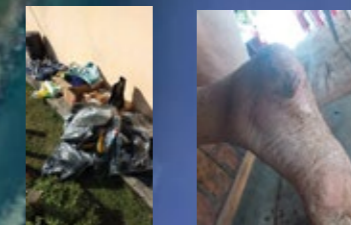
A gente sabia que apesar de árdua, o trabalho de limpeza era mais fácil com as manchas grandes que chegavam nas praias do que com as pelotas que poderiam chegar aos mangues. Quanto antes a gente agisse, menor seria o estrago e menor seria a quantidade que poderia chegar no mangue. Por isso fomos principalmente nas praias do Paná e da Chapada que são entrada para o mangue. Fizemos o que tinha que ser feito, mesmo sem EPI. A gente vive do mangue! Tudo o que temos devemos a ele.

No início fizemos trabalho voluntário, onde chegamos a ter 90 pessoas na ação de limpeza. Depois o consórcio Manati passou a pagar 30 pessoas por esse serviço. Para que todos os voluntários pudessem ser contemplados, fizemos 3 rodízios. Por questões burocráticas, os EPIs de Manati não foram cedidos pra gente.

Além da brigada de limpeza, existia outros voluntários que não faziam o trabalho braçal, mas se dedicavam à causa, como por exemplo ligar para a Ouvidoria do IBAMA que não estava dando suporte, mas proibiu a limpeza nos mangues. Eles alegaram que lá a limpeza tinha que ser feita de forma específica e por pessoas qualificadas e que poderíamos soterrar o petróleo.



Fotos: Óleo em Garapuí/ Acervo Comunitário.



EPIs

A prefeitura de Cairu comprou EPI que foram dados apenas para Boipeba e Morro de São Paulo. Quando o petróleo chegou em Morro de São Paulo, de madrugada, eles já tinham tudo para fazer a limpeza e nós aqui em Garapuí não tínhamos nada.

Aqui na comunidade, temos uma base da Manati que possui EPIs e equipamentos, como barreiras de contenção, que poderiam ter ajudado. Mas precisávamos de liberação para uso, que não nos foi cedida pelo IBAMA. Ou seja, tínhamos materiais adequados trancados dentro da comunidade sem poder usar. Se fosse diferente, o impacto não teria sido tão grande.

Aqui, os EPIs não chegaram pela prefeitura, nós tivemos doações dos empresários, amigos, parceiros e associações.

Foto: EPIs doados (à esquerda) Pé sujo de etróleo em Garapuí (à direita)/ Acervo Comunitário.

ARMAZENAMENTO

Nós não tínhamos um lugar certo para o armazenamento do petróleo. O colocamos em sacos e deixamos na areia (onde a maré alta não alcançava) até a prefeitura de Cairu retirar o óleo com tratores no dia seguinte.

O mesmo acontecia com os materiais que utilizamos. Não existia uma base de apoio, então deixamos nas nossas casas. E até hoje, ninguém fez nada.



Foto: Armazenamento e transporte do óleo/ Acervo Comunitário.



MANCHAS DE SOFRIMENTO

FICHA TÉCNICA

Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do inclAmbTropic fase II (Processo CNPq 455634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

MAPEAMENTO DE GARAPUÁ - BA

Em elaboração

GARAPUÁ – BA

Mapa Biorregional 2/2 sobre o Enfrentamento do Petróleo de 2019 pelas pescadoras e pescadores da comunidade de Garapuí do Baixo Sul da Bahia.

Versão: Maio de 2022 a partir das oficinas de Dezembro de 2021

Autores

TURISMO

As agências de turismo postavam vídeos com as praias limpas, como se o petróleo não tivesse chegado. A realidade é que esses vídeos foram feitos após nosso trabalho exaustivo de limpeza e ainda sofriamos represália quando mostramos, como de fato as coisas estavam acontecendo e que precisamos de suporte financeiro e logístico nessas situações.

Quando ocorre esses desastres é necessário uma união entre as comunidades, apesar do modo de vida e profissão. Somos todos uma única cadeia. Se a pesca é prejudicada, todos são prejudicados. Quem sustenta o turismo é a pesca. Somos nós que sustentamos Boipeba e Morro.

Em meio a esse caos, a prefeitura de Cairu, que tem um histórico de dar mais importância à Morro de São Paulo e Boipeba, deu todo suporte a eles.

Referência:
De 'limpo' a 'tem muito óleo': as duas realidades paralelas na crise do petróleo do Nordeste. BBC News (2019). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50257407>.



Foto: Reportagem BBC News

APOIO

A prefeitura de Cairu não fez nada; O pessoal da Marinha e os bombeiros estiveram em nossas praias, mas a ajuda foi muito devagar, quase parando; A Marinha em particular, tinha como prioridade a praia, não entravam no mangue, e nem tinha EPIs. Vieram de shorts e camiseta pra vir só ficar olhando na praia, não tinham treinamento nem nada. Nós estávamos muito mais organizados e com equipamentos adequados; O Ibama deu duas viagens de helicóptero e não atendia as nossas ligações; O Inema, quando aparecia, só perguntava pelos representantes da prefeitura (que nunca estavam aqui); Se hoje nossas praias, mangues e pescados estão limpos é porque nos unimos!

Como as manchas não apareciam em todas as comunidades ao mesmo tempo, Gamboa, Morro, Boipeba e Garapuí se uniram. Estavam todas as comunidades juntas para quando o óleo chegasse em alguma praia.

Todo nosso esforço só foi eficaz porque tivemos pessoas/órgãos e instituições para nos apoiar: Recebemos luvas, macacões, bota, máscaras e alimentação de Ongs, da base, de amigos e comerciantes locais; O consórcio Manati remunerou 30 pessoas que estava na limpeza, além da água, protetor e alimentação; A Pervill nos retribuíram com água de coco e 40 quentinhas, já que estava limpando a área "deles", na Fazenda Pontal.



Foto: Marinha em Garapuí/ Acervo Comunitário.

SAÚDE

A unidade básica de saúde local não estava preparada para atender as pessoas que participavam da limpeza. Temos casos de pessoas que passaram muito mal com enjoos, dor de cabeça, tontura, alergia, vermelhidão, náusea e problemas de pele, mas recebemos a orientação de ir para casa descansar. Nos dias mais quentes, quando o petróleo derretia, os sintomas eram mais fortes.

Em particular, aqui na comunidade tem o caso de uma pessoa que pisou direto no petróleo e coçou a perna com os pés, e consequentemente ficou queimada. Na época, foi muita confusão com a Secretária de Saúde e o posto de saúde da Prefeitura de Cairu que não queriam dar assistência e tratamento, até que fizemos uma vaquinha para que ela comprasse a medicação e fosse a Valença para uma consulta com médico particular. Hoje, essa pessoa está com uma mancha no braço e ainda sente alguns sintomas de quando participava do mutirão de limpeza.

AUXÍLIO/CESTAS BÁSICAS

Apenas alguns pescadores que tinham o Registro de Pescador Profissional - RGP ativo conseguiram o auxílio. O que consideramos errado já que temos pescadores que não possuem RGP porque o governo não faz carteira desde 2012. Além disso, todos fomos atingidos! Somos uma cadeia, onde se o pescador não consegue vender o pescado, o turismo cai e logo todo setor de comércio e turismo não tem quem atender.

Deveria ter sido feito o levantamento de quem foi afetado e um novo cadastramento do RGP.

A Bahia Pesca esteve na comunidade e fez um cadastramento de todos os pescadores e pescadoras para fazer um levantamento das pessoas que foram afetadas pelo petróleo, e nós não tivemos nenhum auxílio até hoje. Só conseguimos sobreviver, porque a comunidade se uniu.

A luta foi grande, pedimos ajuda em todos os cantos, até que conseguimos dois meses de cestas básicas para 100 famílias com a Multibrasil.



Foto: Reportagem BBC News

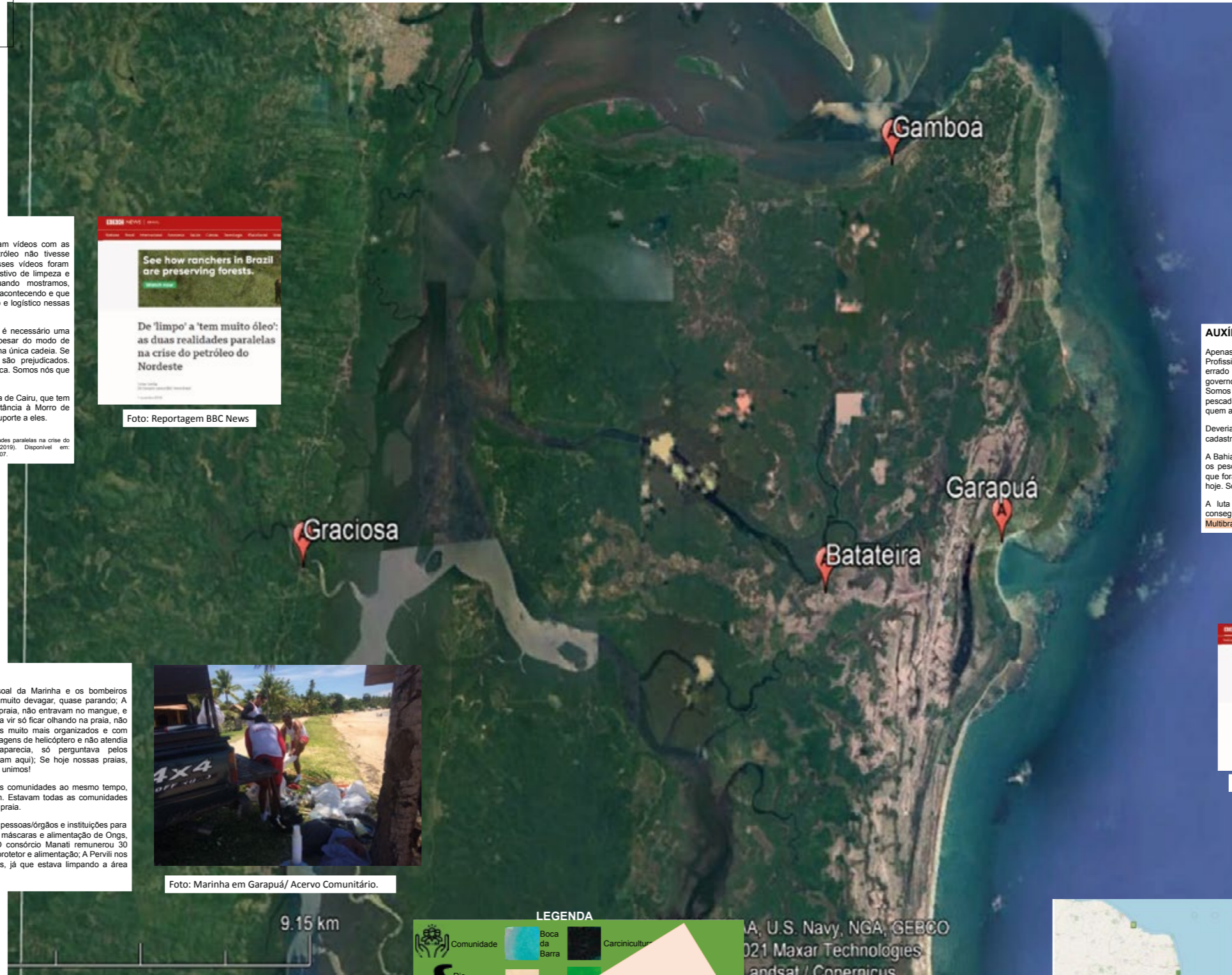
PESCADO

A imprensa circulava a notícia de que os pescados estavam contaminados sem que nenhum estudo aqui tenha sido feito. Com isso, ficamos mais de oito meses sem a renda que vinha dos pescados e da lambreta e seis meses sem comer nenhum tipo de pescado. Mas, chegou uma hora que não tivemos saída. Se comer, morreu. Se não comer... morreu também.

Pra piorar, depois desse desastre percebemos que o ambiente está diferente. Quase não tem lambreta e siri nos mangues. Levávamos uma hora pra pegar de lambreta o que hoje pegamos em cinco horas. Já de caranguejo, agora precisamos de quase seis horas.

Referência:
Ninguém quer o que pescamos': o drama dos pescadores com o petróleo no litoral da Bahia. BBC News (2019). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50158823>.

Escala



MANCHAS DE SOFRIMENTO
ENFRENTOANDO AS COMUNIDADES
PESCADORAS DO NORDESTE
#TUDOÉ1273

FICHA TÉCNICA
Este é um dos produtos do Manchas de Sofrimento. Um projeto de ciência cidadã, coordenado pelo Marsol, Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular - UFBA, que construiu Mapas Biorregionais com as comunidades de pescadores artesanais do Nordeste, sobre os enfrentamentos das pescadoras e dos pescadores artesanais ao petróleo de 2019, abrangendo os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas, sendo realizado no âmbito do InCAnBio Tropic Fase II (Processo CNPq/465634/2014-1), vinculado à Ação emergencial ao combate do derrame de óleo de 2019 do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI com financiamento do MCTI.

BAHIA: RESEX DE CANAVIEIRAS

Na Resex de Canavieiras, na Bahia, os 7 mapas evidenciaram a falta de orientações/respostas do poder público/governo e o atraso das ações governamentais em diferentes níveis de gestão (nacional, regional, local). Destacam-se também as menções aos pedidos de auxílio defeso ; a falta de de informações à respeito das condições do território e do pescado, a dificuldade na comercialização de pescados mesmo os que não estavam contaminados; a organização dos comunitários, que sem recursos, agiram na base da coragem, respeito e pertencimento ao seu território; as ações de mitigação e combate ao crime foram baseadas no conhecimento das comunidades; foi feita uma linha do tempo, relatando os principais eventos atrelados ao derramamento do petróleo; as incertezas decorrentes, os impactos persistentes no território; e a luta e a organização das comunidades pesqueiras frente à negligência dos órgãos públicos.

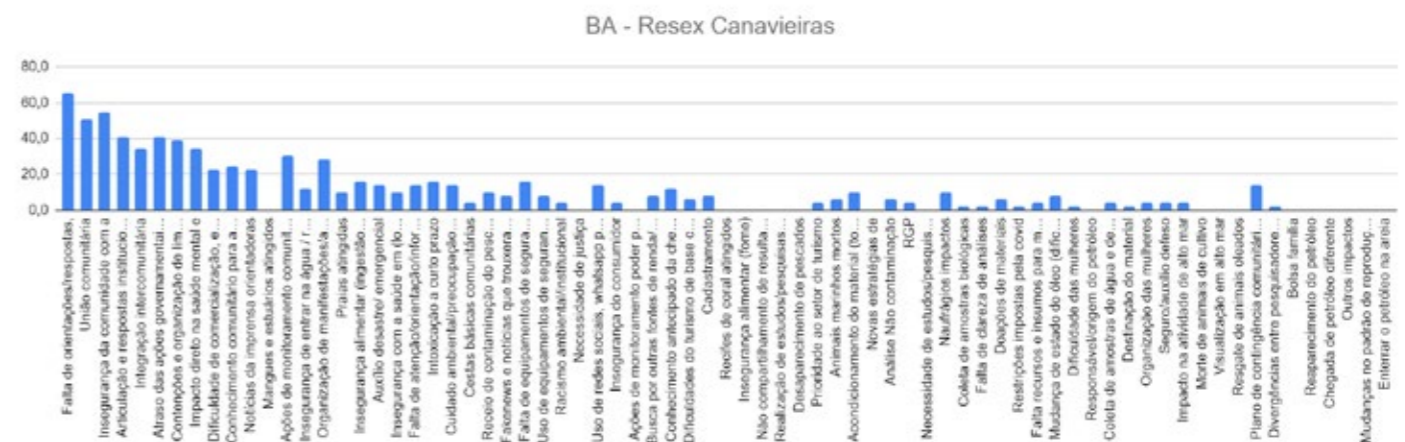
Antes da chegada do petróleo, pescadores e pescadoras convocaram uma reunião com representantes de associações, do ICMBio, da Prefeitura e do comércio da cidade. Através da união comunitária (51,02%) e intercomunitária (34,7%) para o enfrentamento criou-se o grupo SOS MANGUE MAR CANES. Participaram da organização desse grupo as pescadoras e os pescadores artesanais, aquicultores, as associações das comunidades, os comerciantes, os professores universitários e outros voluntários. O grupo foi essencial para a mobilização e organização e articulou o desenvolvimento de um plano de monitoramento e ação antes mesmo da chegada do petróleo com base em diferentes conhecimentos, o Plano de Ação Emergencial para Informação da Sociedade e Minimização de Impactos Frente a Iminente Possibilidade de Contaminação pela Mancha de Óleo em Deslocamento pela Costa do Nordeste Brasileiro (Sos Manguê Mar Canes) (14,28%). Destacam-se as ações de contenção organizadas na entrada de todos os rios e manguezais (38,77%). Alguns membros da comunidade tinham treinamento para atuar em acidentes de petróleo e outros treinamentos foram oferecidos pelo ICMBio e junto às colônias. Quem não conseguia participar, usava do conhecimento comunitário para ação (24,5%) e se informava através de grupos do whatsapp e redes sociais que os pescadores usavam para compartilhamento de informações quase que em tempo real (14,3%). O planejamento e monitoramento foi articulado e construído junto a diferentes associações, ONG 's, universidades, Gestão do ICMBio Canavieiras, voluntários e empresas (41,81%). Não teve participação das instituições governamentais locais. Houveram doações de EPI's e insumos e muitos dos materiais usados para limpeza eram das próprias comunidades (30,61%). Há a demonstração de preocupação com o descarte correto. Alguns relatos chamam a atenção para o acondicionamento e descarte logo após a retirada do petróleo. Os pescadores desconhecem e desconfiam do destino final do material (2,04%).

Destaque para articulação das mulheres no contexto do monitoramento e na distribuição de água e comida doadas para quem estava na vigilância e limpeza do petróleo (4,08%). Muitas levavam as crianças para a praia, o que era prejudicial, pois deixava elas muito expostas ao petróleo. Mesmo com a antecipação, a chegada do petróleo afetou diretamente a estrutura social e financeira de grande parte das comunidades que tinham a pesca como principal fonte de sustento e alimentação (55,10%). Também menciona-se a difi-

culdade de comunicação e entendimento dos informes que vinham do governo e universidades. Há diversos relatos sobre a falta de orientação e informação tanto das instituições governamentais (65,30%) quanto da mídia que atuava na divulgação do que estava acontecendo e dificultou o entendimento sobre temas como contaminação e comercialização dos pescados (22,44%). Há também relatos da diminuição de preços na compra por atravessadores que alegavam contaminação.

Diante da suspensão/redução das atividades de pesca muitos relatam a migração para outras atividades para garantir sua estrutura social e financeira (8,16%). Há menção de estratégias de fortalecimento da economia local, através da organização de feiras e trocas de alimentos organizadas nos períodos em que as comunidades não conseguiam vender o pescado. Sobre a saúde das comunidades, relatam-se os impactos diretos na saúde mental e emocional através da menção de sentimentos de sofrimento, angústia, tristeza, entre outros (34,7%). Reivindicações de direitos através de articulações, reuniões, audiências foram destacadas (28,57%) e como benefícios alguns pescadores receberam antecipadamente uma parcela do seguro defeso (4,08%) e não do auxílio emergencial oferecido pelo governo (14,28%). Por fim, menciona-se a chegada da pandemia e o agravamento das vulnerabilidades já vivenciadas (2,04%).

Gráfico 9. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da Resex de Canavieiras - Bahia.



DESTAQUES GERAIS:

Proposta de um plano de contingência local; união e alinhamentos comunitários e intercomunitários; ações de contenção e limpezas comunitárias; reivindicação de direitos através de reuniões e manifestações; conhecimento comunitário para ação e treinamento para desastres; busca por alternativas de renda.

BAHIA: RESEX DE CORUMBAU

Na Resex de Corumbau, na Bahia, os 5 mapas produzidos expõem múltiplos temas: dentre eles, destacam-se as necessidades das comunidades; a falta de respostas dos órgãos governamentais; a continuidade dos impactos negativos do derramamento do petróleo ao longo do tempo; os impactos no território e na saúde das populações tradicionais e as estratégias de união e a força das comunidades, as quais permitiram o enfrentamento do petróleo. Mesmo com a dor e sofrimento, os conhecimentos dos pescadores foram fundamentais em ações para impedir o avanço do petróleo nos territórios das comunidades.

Os mapas relatam inicialmente os impactos na saúde mental e emocional das comunidades frente ao derrame (32,5%). Junto com o aparecimento do petróleo, vieram a redução das atividades de pesca (20%) e o impacto na comercialização dos pescados que poderiam estar contaminados (20%). Isso provocou inseguranças diretas na manutenção da estrutura social e financeira das comunidades (55%), insegurança alimentar (25%) e preocupação com os efeitos na saúde em longo prazo (25%), visto que a maioria dos pescadores e pescadoras consumiam sua produção.

Durante a organização e mobilização para contenção e limpeza (57,5%) foram relatados alguns sintomas do contato e exposição direta ao petróleo (7,5%). As comunidades relatam ter dúvidas dada a falta de informações disponibilizadas pelo governo e mídia (25%). Menciona-se a realização de estudos sobre contaminação (5%) mas até o momento sem resposta das instituições, pesquisadores e da gestão do ICMBio da RESEX (5%).

As comunidades relatam rotinas de monitoramento e contenção em que o uso dos conhecimentos comunitários (35%) destaca-se como principal informação, bem como, demonstram em seus relatos uma preocupação e cuidado com os ecossistemas afetados (27,5%), principalmente com a saúde dos manguezais (30%) e praias (35%) impactados. O acondicionamento do petróleo também aparece como uma preocupação no texto. Menciona-se que o material era colocado em tonéis (17,5%) porém a destinação parece ser incerta (7,5%). Há relatos de trocas com outras comunidades (47,5%) principalmente sobre diferentes aspectos da contenção e limpeza. Saber da chegada antecipadamente pela mídia (20%) e por grupos de whatsapp (10%) ajudou na antecipação e organização das ações comunitárias (47,5%). A gestão do ICMBio da RESEX auxiliou com insumos, combustíveis e pagamentos de algumas diárias para pescadores.

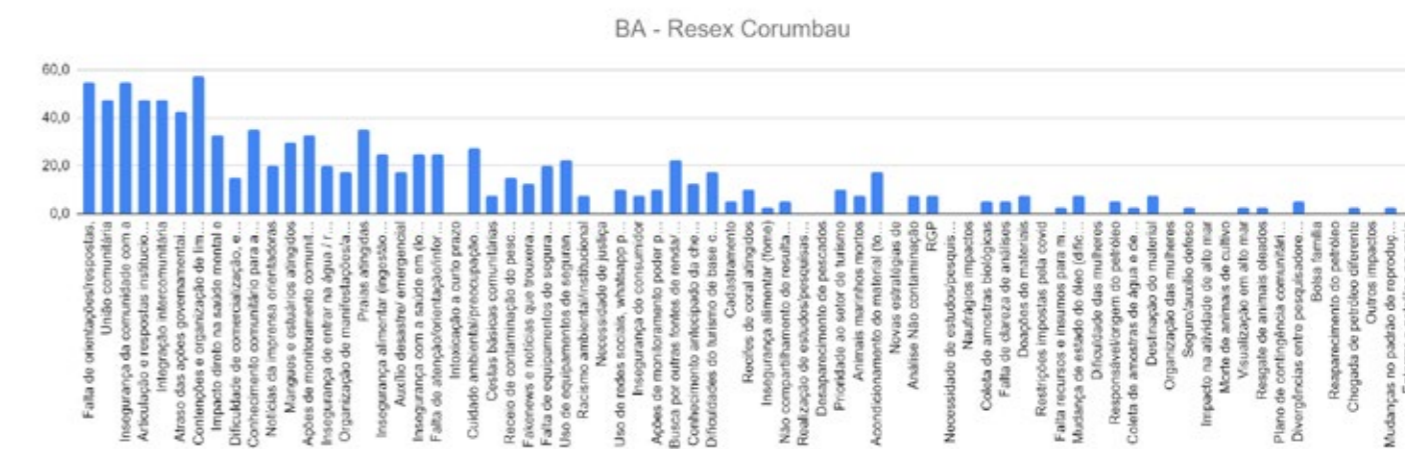
A omissão, falta de respostas e informações (55%) e atraso nas ações governamentais (42,5%) são descritores mencionados em todos os mapas. Em busca de ajuda, mencionam-se diversas articulações e mobilizações junto a outros setores sociais que não o governo (47,5%). Durante a limpeza, houve apoio de das associações de pescadores e de boa parte das comunidades. Alguns moradores, turistas, pessoas que tinham casas na nossa região e alguns dos empresários que não estavam interessados só nos lucros do turismo, auxiliaram fornecendo alimentação e água durante as ações, emprestavam carros e caminhonetes para ajudar no monitoramento. Algumas pessoas, por exemplo, construíram uma carta/Ofício e levaram ao Ministério Público e foi a partir daí que a prefeitura e outras instituições apoiaram minimamente com EPI's (22,5%) e recolhimento dos tonéis. Tivemos que provar que tinha óleo aqui na RESEX de Corumbau. E outros órgãos,

como o ICMBio, a Marinha e os Fuzileiros Navais, que passaram a orientar os cuidados com a limpeza e com a exposição ao petróleo.

A maioria dos pescadores e pescadoras não receberam o auxílio emergencial (17,5%), mesmo com cadastro articulado (5%) e alguns com RGP (7,5%). Mencionam-se articulações e doações de cestas básicas que atenderam as necessidades das comunidades por tempo determinado (7,5%). Há menção de manifestações por respostas e por direitos (17,5%). Alguns pescadores estiveram em Brasília para protestar e cobrar porque não haviam recebido o auxílio e nem tinham o protocolo da carteira. Só depois das mobilizações e da reunião com o Ministério Público Federal que o suporte, mesmo que pouco, começou a chegar. Alguns pescadores receberam o dinheiro e outros que não conseguiram receber, na época.

Alguns relatos mencionam as dificuldades do setor de turismo de base comunitária (passeios, artesanato, mão de obra, etc.) (17,5%) pois muitos pescadores não vivem exclusivamente da pesca e tiveram sua outra forma de renda também prejudicada. Nisso se somam às dificuldades de comercializar produção para restaurantes, pousadas e hotéis (20%) que também tiveram seu funcionamento diretamente afetado (10%).

Gráfico 10. das abundâncias relativas (%) dos descritores extraídos dos relatos do conjunto de mapas da Resex de Corumbau - Bahia.



DESTAQUES GERAIS:

Busca de orientação sobre contaminação; conhecimento comunitário e treinamento; reivindicação de apoio do governo; monitoramento, contenção e limpeza comunitária; desenvolvimentos de planos locais de contingência; busca pelo auxílio; organização do cadastro (parado desde 2013) e melhora no atendimento dos responsáveis pelo cadastramento.

